

78

Uma publicação
da Associação
Palas Athena
ISSN 1413-893X

Thot

FAZENDO AS
PAZES COM A
DIVERSIDADE

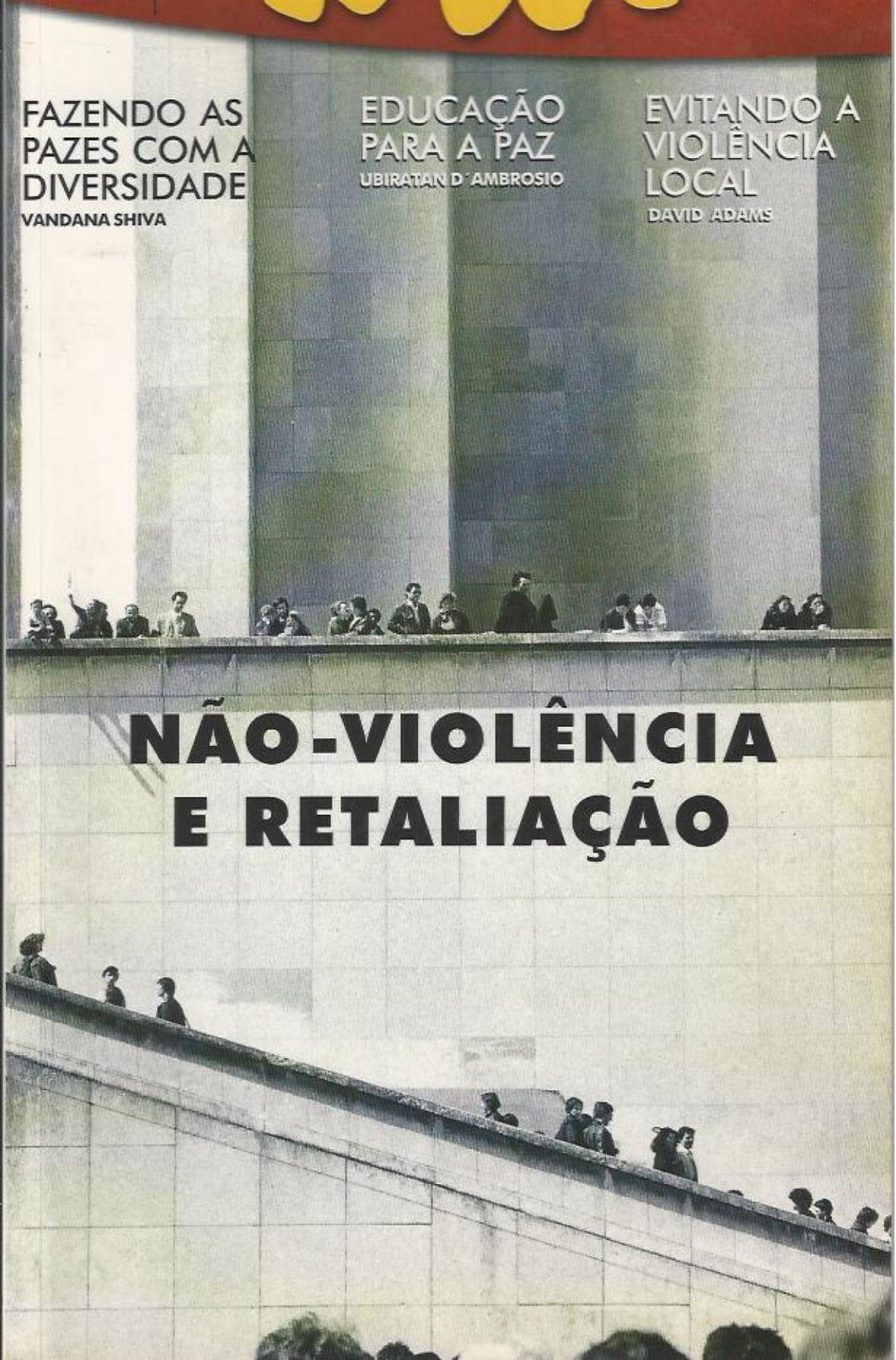
VANDANA SHIVA

EDUCAÇÃO
PARA A PAZ

UBIRATAN D'AMBROSIO

EVITANDO A
VIOLÊNCIA
LOCAL

DAVID ADAMS



NÃO-VIOLÊNCIA E RETALIAÇÃO

Índice

- 1 Editorial
- 2 Fazendo as pazes com a diversidade
Vandana Shiva
- 14 Ética, cidadania e politização: o movimento
"cara pintada"
Luiz Antonio Dias
- 20 A era da avareza
Humberto Mariotti
- 29 Pluralismo ético
Cléa Regina Ribeiro
- 34 Preconceito: uma arma mortífera
Suzete Carvalho
- 42 A noção do outro e o futuro possível
Isabel Rebelo Roque
- 47 Evolução da consciência
Evandro Sanguineto
- 56 Relatório social: ações ou resultados?
Lélio Lauretti
- 63 Educação para a paz
Ubiratan D'Ambrosio
- 75 Evitando a violência local
David Adams
- 88 O Manifesto de Sevilha sobre a violência



THOT é uma publicação da Associação Palas Athena do Brasil.

THOT nº 78 - março/2003
tiragem: 3.000 exemplares
ISSN 1413-893x
R\$ 12,00

Editores: Basilio Pawlowicz, George Barcat, Humberto Mariotti, Lia Diskin, Primo Augusto Gerbelli, Ubiratan D'Ambrosio.

Equipe THOT: José Flávio Rett, José Romão Trigo de Aguiar, Lúcia Benfatti Marques, Mara Novello Gerbelli, Nilton Almeida Silva, Paulina Berenstein.

Colaboradores: Cid Marcus Vasques, Daniela Moreau, Maria José Sesti Neves, Marly Montesano, Roberto Ziemer, Theraza Cavalcanti Vasques.

Produção: Ademir Assaoka, Adir de Lima, Cristina Zaulhy, Emílio Moufarrige, Lucio Brandão S. Moufarrige, Maria do Carmo de Oliveira, Maurício Zabotto, Sergio Marques, Suzete Carvalho, Theresinho Siqueira Campos.

Impressão e distribuição:

Gráfica e Editora

Palas Athena

Rua Serra de Paracaina, 240

Cambuci - 01522-020

São Paulo - SP

tel. (11) 3209.6288

fax (11) 3277.8137

Jornalista responsável:

José Caruso Filho.

As fotos publicadas nesta edição foram gentilmente cedidas pelo fotógrafo *Fernando Chaves*. www.fernandochaves.com.br

Não publicamos matérias redacionais pagas. Permitida a reprodução, citando a origem. Os números atrasados serão vendidos conforme a última tabela de preços publicada pela Editora Palas Athena. Periodicidade: trimestral. Assinatura por quatro números deve ser pedida à Associação Palas Athena do Brasil, no endereço abaixo. A responsabilidade pelos artigos assinados cabe aos autores. Matrícula nº 2046. Registro no DDCP do Departamento de Polícia Federal sob nº 1585 P 290/73.

Associação Palas Athena do Brasil

Rua Leôncio de Carvalho, 99 - Paraíso

04003-010 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3266.6188 Fax: (11) 287.8941

www.palasathena.org

Editorial

Não-Violência: um tema indispensável – Debater a não-violência ultrapassou a área da simples necessidade e entrou no âmbito da indispensabilidade. Ao passar a fazer parte desse domínio, esse debate incluiu-se em um conjunto de vários outros, que se interpenetram e se alimentam mutuamente. Com efeito, a compreensão de cada um ajuda a entender os demais e assim a busca de soluções se torna mais ampla, rica e motivadora.

É importante ter sempre em mente que para lidar com a violência é preciso ir além de seus aspectos físicos. Há outras dimensões dela, sutis e até mesmo inaparentes, que precisam ser investigadas e compreendidas. Entre elas, a principal talvez seja a atual e disseminada tendência mundial à vulgaridade, à espetacularização dos mais diversos aspectos da vida social e à superficialidade. Tudo isso, por sua vez, decorre da recusa ao pensamento. Somos uma sociedade que não quer pensar. É como se o ato de pensar fosse algo estranho ao ser humano – algo incômodo e, sobretudo, não proporcionador de resultados materiais imediatos, em especial os mensuráveis por meio de critérios quantitativos.

Essa é, seguramente, a violência de base, a que perpetramos contra o que há de mais básico em nós mesmos, aquilo que nos tornou humanos e cuja escassez ameaça distanciar-nos cada vez mais dessa condição: a palavra e seu uso para pensar, ampliar e compartilhar o pensamento. Essa violência fundamental é tanto mais intensa quanto menos parece sê-lo, num mundo em que a não-percepção do óbvio se tornou quase que regra geral.

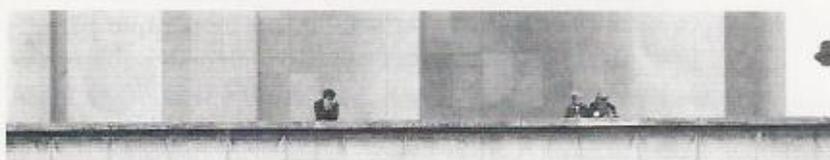
Por tudo isso, é confortador verificar que o convite feito pela **Thot** a seus leitores para que participassem de nosso esforço de reflexão conjunta continua sendo atendido, como se vê neste número, que assim reproduz e amplia a tendência dos anteriores.

Os Editores

VANDANA SHIVA

É física, ecologista, ativista, editora e autora de muitos livros. Fundou na Índia o movimento Navdanya em prol da conservação da biodiversidade e dos direitos dos agricultores. Dirige a Fundação de Pesquisas pela Ciência, Tecnologia e Políticas de Recursos Naturais.

FAZENDO AS PAZES COM A DIVERSIDADE



Enquanto fazendeiros indianos estão adotando satyagraha (compromisso com a verdade) contra o controle global de corporações transnacionais, a Dra. Vandana Shiva examina a violência das monoculturas, tanto agrícolas como ideológicas, e argumenta que a diversidade é uma ferramenta essencial para a mudança não-violenta – e que as questões ecológicas são inseparáveis da “justiça social, paz e democracia”.

Nestes tempos de “limpeza étnica”, em que as monoculturas se espalham pela sociedade e pela natureza, fazer as pazes com a diversidade logo se tornará um imperativo para a sobrevivência.

As monoculturas são um componente fundamental da globalização, cujas premissas são a homogeneização e a destruição da diversidade. O controle global das matérias-primas e dos mercados fazem da monocultura algo necessário.

Esta guerra contra a diversidade não é uma situação nova. A diversidade vem sofrendo ataques sempre que se tornou um obstáculo. A violência e a guerra originam-se na atitude de tratar a diversidade como uma ameaça, uma perversão, uma fonte de desordem. A globalização transforma a diversidade numa doença e numa deficiência, porque não pode ser posta sob um controle centralizador.

Monocultura e violência. A homogeneização e a monocultura introduzem a violência em vários níveis. As monoculturas estão sempre associadas à violência política – ao uso de coerção, controle e centralização. Sem um controle centralizador e força coercitiva, este mundo repleto de um tesouro de diversidade não poderia ser transformado em estruturas homogêneas, e as monoculturas não poderiam ser mantidas. Comunidades e ecossistemas auto-organizados e descentralizados geram diversidade. A globalização dá origem a monoculturas controladas coercitivamente.

As monoculturas estão também associadas à violência ecológica – uma declaração de guerra à diversidade de espécies da natureza. Essa violência não só empurra as espécies para a extinção, mas também controla e mantém as mesmas monoculturas. Elas são vulneráveis e não-sustentáveis, e estão sujeitas ao colapso ecológico. A uniformidade significa que uma perturbação em uma parte do sistema é traduzida em perturbação nas outras partes. Em vez de ser contido, o desequilíbrio ecológico tende a ser amplificado. Do ponto de vista ecológico a sustentabilidade está ligada à diversidade, que provê a auto-regulação e multiplicidade de interações capazes de sanar desequilíbrios ecológicos em qualquer parte do sistema.

A vulnerabilidade das monoculturas está bem ilustrada na agricultura. Por exemplo, a “Revolução Verde” substituiu centenas de variedades locais de arroz pelas variedades uniformes do International Rice Research Institute. O JR-8, lançado em 1966, foi atingido em 1968-69 por uma bactéria, e atacado pelo vírus timgro em 1970-71. Depois foi desenvolvido o JR-36 para resistir às oito maiores doenças, incluindo bactérias e o vírus timgro. Mas, sendo uma monocultura, essa variedade de arroz ficou vulnerável a dois novos vírus: o “ragged scunt” e o “wilred scunt”.

As chamadas variedades milagrosas eliminaram a diversidade das culturas tradicionais, e pela erosão da diversidade, as novas sementes tornaram-se um mecanismo para a introdução e cultivo de novas pragas. As variedades nativas são resistentes a pragas e doenças locais. Mesmo que certas doenças ocorram, algumas das variedades serão suscetíveis, mas outras terão resistência e sobreviverão.

Natureza e sociedade. O que acontece na natureza também acontece na sociedade. Quando uma homogeneidade é imposta a sistemas sociais diversificados por meio da integração global,

uma região após a outra começa a se desintegrar. A violência inerente à integração global centralizada, por sua vez, gera violência entre suas vítimas. As condições da vida diária tornam-se cada vez mais controladas por forças externas e os sistemas locais de governo decaem; as pessoas agarram-se às suas identidades diversas como fonte de segurança num período de insegurança. Tragicamente, quando a fonte dessa insegurança é tão remota que não pode ser identificada, povos distintos que viviam juntos em paz começam a olhar uns para os outros com temor. As marcas da diversidade tornam-se rachaduras de fragmentação; a diversidade torna-se então uma justificativa para a violência e a guerra, como vimos no Líbano, na Índia, Sri Lanka, Iugoslávia, Sudão, Los Angeles, Alemanha, Itália e França. À medida que os sistemas locais de governo se esfacelam sob a pressão da globalização, as elites locais tentam agarrar-se ao poder manipulando os sentimentos étnicos e religiosos que surgem em reação.

Num mundo caracterizado pela diversidade, a globalização só pode ser implantada destruindo-se o tecido plural da sociedade, bem como sua capacidade de auto-organização. Gandhi via nessa liberdade de auto-organização política e cultural a base para a interação entre diferentes sociedades e culturas. "Quero que as culturas de todas as terras se espalhem o mais livremente possível, mas recuso-me a ser levado por qualquer uma delas", dizia ele.

A globalização não é a interação transcultural de sociedades distintas; é a imposição de uma cultura em particular sobre todas as outras. A globalização também não é a busca de equilíbrio ecológico numa escala planetária. Ela é a ação predatória de uma classe, uma raça e muitas vezes um gênero de uma só espécie sobre todos os outros. A palavra "global" no discurso do dominante é o espaço político no qual o dominante local procura exercer controle global, livrando-se das responsabilidades que advêm dos imperativos da sustentabilidade ecológica e justiça social. Nesse sentido, o "global" não representa um interesse humano universal; representa uma cultura e um interesse particular, local e provinciano, que foi globalizado por meio de seu alcance e controle, sua irresponsabilidade e falta de reciprocidade.

A globalização se deu em três ondas. A primeira onda foi a colonização da América, África, Ásia e Austrália pelas potências europeias há mais de 500 anos. A segunda impôs uma idéia

ocidental de “desenvolvimento” durante a era pós-colonial das últimas cinco décadas. A terceira onda de globalização, que se desencadeou há cerca de cinco anos, é conhecida como a era do “livre comércio”. Para alguns comentaristas, isto implica um fim à história; para o Terceiro Mundo é uma repetição da história por meio do recolonialismo.

Globalização e colonialismo. Quando a Europa começou a colonizar as diversas terras e culturas do mundo, também colonizou a natureza. A transformação do modo como percebemos a natureza durante a revolução industrial e científica ilustra o modo como, dentro da mente européia, a natureza como um sistema vivo auto-organizador se transformou em uma mera matéria-prima para exploração humana, que precisa ser gerenciada e controlada.

“Recurso” originalmente denotava vida. Sua raiz latina é *resurgere* ou “ressurgir”. Em outras palavras, recurso significa auto-regeneração. O uso do termo recurso para a natureza também implicava um relacionamento de reciprocidade entre a natureza e os humanos.

Com a ascensão do industrialismo e do colonialismo, deu-se uma mudança no significado. “Recursos naturais” passou a significar matéria-prima para a produção de bens industrializados e comércio colonial. A natureza foi transformada em matéria morta e manipulável. Sua capacidade de renovação e crescimento foi negada.

A violência contra a natureza e a destruição de seus delicados inter-relacionamentos foi uma parte necessária da negação de sua capacidade de auto-organização. E esta violência contra a natureza, por sua vez, foi traduzida em violência na sociedade.

Tudo que fugia ao controle ou gerenciamento do homem europeu era visto como uma ameaça. Isto incluía a natureza, as sociedades não-ocidentais e as mulheres. Tudo quanto fosse auto-organizador era considerado selvagem, descontrolado e não-civilizado. Quando a auto-organização é percebida como caos, cria-se o contexto para impor uma ordem violenta e coercitiva em nome da melhoria e progresso do “outro”, cuja ordem intrínseca é então fragmentada e destruída.

O medo ocidental do agreste e da diversidade a ele associada está intimamente ligado ao imperativo da dominação humana, ao controle e domínio do mundo natural. Assim, Robert Boyle, o famoso cientista, que foi também Governador da New England Company em 1760, via a ascensão da filosofia mecanicista como

um instrumento de poder para dominar não apenas a natureza, mas também os habitantes nativos da América. Ele declarou explicitamente sua intenção de livrar os Índios da Nova Inglaterra de suas idéias absurdas sobre o funcionamento da natureza. Boyle atacou sua percepção da natureza como "uma espécie de Deusa" e argumentou que "a veneração da qual estão imbuídos os homens pela natureza tem sido um terrível impedimento para o império do homem sobre as criaturas inferiores de Deus". O conceito do "império do homem" foi então substituído pelo da "família da terra", onde os humanos estão incluídos no pluralismo da diversidade natural.

Esta diminuição conceitual foi fundamental para os projetos de colonização e para o capitalismo. O conceito de uma família terrena excluía as possibilidades de exploração e dominação; uma negação dos direitos da natureza e das sociedades que reverenciam a natureza foi necessária para facilitar a exploração e os lucros descontrolados.

Globalização II: "Desenvolvimento". A guerra contra a diversidade não terminou com o colonialismo. A rotulação de nações e povos inteiros como "europeus deficientes" teve uma segunda edição na ideologia do "desenvolvimento", que oferecia salvação por meio de generosa assistência e aconselhamento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, bem como de outras instituições financeiras e corporações multinacionais.

Desenvolvimento é uma palavra bonita que sugere uma evolução que vem de dentro. Até meados do século XX era sinônimo de evolução como auto-organização. Mas a ideologia do desenvolvimento implicou a globalização das prioridades, padrões e preconceitos do Ocidente. Ao invés de ser autogerado o desenvolvimento passou a ser imposto. Ao invés de surgir de dentro para fora passou a ter orientação externa. Ao invés de contribuir para a manutenção da diversidade o desenvolvimento criou homogeneidade e uniformidade.

A "Revolução Verde" é um exemplo típico do paradigma do desenvolvimento. Ela destruiu sistemas agrícolas diversificados, adaptados aos diversos ecossistemas do planeta, globalizando a cultura e a economia de uma agricultura industrial. Exterminou milhares de culturas e variedades de cultura, substituindo-as por monoculturas de arroz, trigo e milho em todo o Terceiro Mundo. Substituiu aportes internos por aportes intensivos de capital e químicos, criando dívidas para os fazendeiros e morte para os ecossistemas.

A “Revolução Verde” não significou apenas abrir as portas à violência contra a natureza. Por criar uma agricultura gerenciada externamente e controlada globalmente, ela semeou a violência na sociedade. Mudou a estrutura dos relacionamentos sociais e políticos – antes baseados em obrigações mútuas (embora assimétricas) dentro do vilarejo – e agora transformados em relacionamentos de fazendeiros com seus bancos, lojas de venda de sementes e fertilizantes, compradores de alimento, vendedores de máquinas agrícolas e eletricidade. Os fazendeiros, pulverizados e fragmentados, relacionando-se diretamente com o estado e o mercado, foram levados a uma erosão das normas e práticas culturais. Além disso, diante da escassez de aportes internos, gerou-se conflito e competição entre as classes sociais e entre regiões.

A centralização do planejamento e alocação que possibilitou a “Revolução Verde” não afetou somente a vida dos indivíduos, mas também a própria concepção que têm do ser. Com o governo servindo de juiz, decidindo todas as questões, qualquer frustração passou a ser uma questão política. Num contexto de comunidades diversificadas aquele controle centralizado gerou conflitos comunitários e regionais. Cada decisão política traduziu-se em termos da política do “nós” e “eles” – “nós” fomos tratados injustamente, enquanto “eles” ganharam privilégios não merecidos. Uma pluralidade positiva tornou-se dualidades negativas, competindo umas com as outras, competindo pelos escassos recursos que determinam o poder político e econômico. A diversidade sofreu uma mutação para tornar-se dualidade, uma experiência de exclusão. A intolerância da diversidade tornou-se a nova doença social, tornando as comunidades vulneráveis ao colapso e à violência, à decadência e à destruição.

Globalização III: “Livre comércio”. Globalização e homogeneização estão agora sendo implementados não por nações-estado, mas por forças globais que controlam mercados globais. O “livre comércio” é a metáfora dominante para a globalização nos novos tempos. Longe de proteger a liberdade de cidadãos e das comunidades, as negociações e tratados de livre comércio se tornaram a sede principal para o uso de coerção e força. A Era da Guerra Fria acabou, e a era das guerras de comércio começou.

Entre os exemplos de violência no livre comércio está a Lei de Comércio dos Estados Unidos, especialmente nas cláusulas *301 Super e Special*, que permitem aos Estados Unidos tomar medidas unilaterais contra qualquer país que não abra seu

mercado às corporações norte-americanas. A cláusula *Super 301* impõe a liberdade para os investimentos, e a cláusula *Special 301* impõe a liberdade para monopolizar o controle dos mercados mediante a proteção dos direitos de propriedade intelectual. O livre comércio é na verdade um acordo assimétrico que combina liberalização com protecionismo a favor dos interesses ocidentais.

Na realidade, o livre comércio ampliou vastamente a liberdade e poderes de corporações multinacionais para comerciar e investir na maioria dos países do mundo, ao mesmo tempo reduzindo significativamente os poderes dos governos locais, com vistas a restringir sua atuação. As corporações multinacionais, o verdadeiro poder presente na rodada do Uruguai do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), ganharam novos direitos e se desoneraram de velhas obrigações em relação aos direitos dos trabalhadores e do meio ambiente.

O livre comércio não é livre; ele protege os interesses econômicos das poderosas corporações multinacionais, que já controlam 70% do comércio mundial, e para quem o comércio internacional é imperativo. A liberdade empresarial multinacional está baseada na destruição da liberdade dos cidadãos de todos os países, e no pouco que restava em termos de independência ao Terceiro Mundo depois das duas primeiras ondas de colonização. Em essência o GATT mutila as instituições democráticas dos países individuais – conselhos locais, governos regionais e parlamentos – tornando-os incapazes de realizar a vontade de seus cidadãos.

Os ajustes estruturais e programas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que tentaram impor o livre comércio na era pré-GATT, dão-nos uma indicação dos três níveis de violência criados pela terceira onda da globalização.

Primeiro, temos a violência dos próprios programas de ajuste estrutural, que roubam ao povo o alimento, os cuidados com a saúde e a educação.

Quando a própria sobrevivência do povo está ameaçada, ele protesta para proteger seus direitos. Esses protestos, por sua vez, enfrentam repressão dos regimes comprometidos com as condições de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI. Um economista peruano estimou que ao longo dos vários protestos contra os ajustes estruturais, cerca de 3.000 pessoas morreram, 7.000 foram feridas e 15.000 foram presas.

Por fim, a vulnerabilidade política e econômica criada pela tática de roubar aos povos sua capacidade de auto-organização,

autogoverno e auto-suficiência também cria condições para a engenharia da violência, na qual interesses sob disfarce organizam grupos vulneráveis sob pretextos éticos ou religiosos para que declarem guerra uns aos outros. Nenhum continente está livre dessas guerras civis, engendradas a partir das diferenças raciais, religiosas ou étnicas. Com o fim da Guerra Fria vimos a introdução da guerra em nível global na sociedade civil. A diversidade transformou-se num problema.

Em toda parte a globalização leva à destruição das economias e organizações sociais locais, jogando as pessoas na insegurança, medo e inquietação civil. A violência contra o meio de subsistência das pessoas acaba levando à violência da guerra.

Diversidade e sobrevivência. Só há uma maneira de deter essa epidemia de violência. Devemos usar de sensibilidade e responsabilidade, onde quer que estejamos, quem quer que sejamos, e novamente fazer as pazes com a diversidade. Devemos aprender que a diversidade não é uma receita para o conflito ou o caos, ela é nossa única chance para um futuro mais justo e sustentável, em termos sociais, políticos, econômicos e ambientais. É nosso único meio de sobrevivência.

A ameaça da engenharia genética. Tanto a tecnologia como o direito tendem para a monocultura e a uniformidade. Sua proposta é eliminar as opções tecnológicas variadas bem como as formas diversificadas com que as pessoas têm se relacionado com a natureza e desenvolvido sistemas de direitos e obrigações. O controle monopolizador do pensamento de monocultura tornou-se muito poderoso pelo surgimento das ferramentas de engenharia genética. Como alertou Jack Kloppenburg: "Embora a capacidade de mover material genético de uma espécie para a outra seja um meio de introduzir maior variedade, é também um meio para produzir uniformidade entre as espécies".

A produção de espécies transgênicas foi conseguida por meio de cruzamentos que desrespeitam a fronteira entre espécies, que foi a forma que a natureza encontrou para manter as diferenças e a diversidade. Embora o impacto ecológico do desrespeito a essa fronteira ainda não tenha sido totalmente previsto ou avaliado, algumas especulações são possíveis. Por exemplo, produzir plantas resistentes ao herbicida é uma das áreas em que mais se tem investido dentro da biotecnologia agrícola. O objetivo é concentrar o controle do mercado agrícola nas mãos

de umas poucas empresas. Ao mesmo tempo, entretanto, isto introduz mais pressão pela uniformidade, pois variedades não resistentes ao herbicida não podem ser plantadas em terrenos contaminados por seu uso excessivo. Além disso, em regiões de biodiversidade a introdução de lavouras geneticamente modificadas para tolerar herbicidas poderá criar ervas daninhas super resistentes, quando os genes resistentes a herbicidas se relacionarem com ervas daninhas da mesma família.

A questão da biodiversidade é uma oportunidade para resgatar a diversidade nos níveis ético, ecológico, epistemológico e econômico.

Os direitos das culturas e de outras espécies. A conservação da biodiversidade, em seu nível mais fundamental, é o reconhecimento ético de que outras espécies e culturas têm direitos, e que seu valor não deriva simplesmente de serem economicamente exploradas por alguns humanos privilegiados. O patenteamento e a apropriação de formas de vida é uma declaração ética da crença em contrário.

Portanto, a conservação da biodiversidade envolve a conservação da diversidade cultural e da pluralidade de tradições de conhecimento. Essa pluralidade, por sua vez, é ecologicamente necessária para a sobrevivência em tempos de rápida mudança e colapso acelerado.

Navdanya (nove sementes) e *barnaja* (onze lavouras) são exemplos de sistemas de cultivo altamente produtivos ou policulturas baseadas na diversidade, que produzem mais do que qualquer monocultura conseguiria. Infelizmente, elas estão desaparecendo – não por baixa produtividade, mas porque não precisam de aportes, pois funcionam baseadas na simbiose com legumes que oferecem nitrogênio para os cereais. Além disso, sua produção é variada, suprimindo todo o conteúdo nutricional que uma família precisa. Entretanto, essa diversidade vai contra os interesses comerciais, que precisam aumentar a produção de uma única espécie para maximizar os lucros. As policulturas, por sua própria natureza, são ecologicamente prudentes. Assim, ao resgatar a diversidade da produção se estará criando uma força contrária aos sistemas de produção globalizados, centralizados e homogêneos que estão destruindo meios de subsistência, culturas e ecossistemas em toda parte.

Pluralizando nossas escolhas, estamos ao mesmo tempo criando ferramentas para a reconstrução e a resistência. Na Índia, um movimento gigantesco – *Satyagraha das Sementes* – surgiu

nos últimos anos como resposta aos tratados de recolonização por meio do GATT, especialmente em suas cláusulas de propriedade intelectual. Segundo Gandhi, nenhum tirano pode escravizar pessoas que consideram imoral obedecer a uma lei injusta. Como declara no *Hind Swaraj*: "Enquanto existir a superstição de que as pessoas devem obedecer a leis injustas, existirá a escravidão". Somente uma resistência passiva pode remover tal superstição.

Satyagraha é a chave para o autogoverno, ou *swaraj*. A frase mais pronunciada durante o movimento de libertação da Índia foi *Swaraj bamara jannasidb adbikar bai* (O Autogoverno é nosso direito de sangue). Para Gandhi, e para os modernos movimentos sociais da Índia, o autogoverno não implicava governo por parte de um estado centralizado, mas sim por comunidades descentralizadas. *Nate na raj* (nosso governo em nossa vila) é uma das palavras de ordem para os movimentos ambientais na Índia.

Direito à soberania local. Em março de 1993 houve uma manifestação em massa na cidade de Delhi, e uma carta dos direitos dos fazendeiros foi elaborada. Um dos direitos é o de soberania local. Os recursos locais têm que ser gerenciados sob o princípio da soberania local, segundo o qual os recursos locais do vilarejo pertencem ao vilarejo.

O direito do fazendeiro de produzir, comerciar, modificar e vender sementes é também uma expressão do *swaraj*. Os movimentos de fazendeiros na Índia declararam que irão violar o tratado do GATT, se ele for implementado, já que viola seu direito de sangue.

Outro princípio gandhiano que o movimento *Satyagraha* da Semente adotou foi o de *swadeshi*. *Swadeshi* é o espírito da regeneração, um método para a reconstrução criativa. Segundo a filosofia do *swadeshi*, as pessoas já possuem, material e moralmente, tudo que precisam para livrar-se de estruturas opressivas.

Swadeshi para Gandhi era um conceito positivo baseado na construção em cima de recursos, habilidades e instituições já existentes na comunidade, quando necessário, transformando-os. Recursos, instituições e estruturas impostos oprimem o povo. Para Gandhi *swadeshi* era fundamental na criação de paz e liberdade.

Na era do livre comércio as comunidades rurais da Índia estão redefinindo não-violência e liberdade pela reinvenção dos

conceitos de *swadeshi* (espírito de regeneração), *swaraj* (autogoverno) e *satyagraha* (compromisso com a verdade). Elas estão dizendo “não” a leis injustas como o tratado do GATT, que legaliza o roubo da herança biológica e intelectual das comunidades do Terceiro Mundo.

Uma parte central do *Satyagraha da Semente* é declarar os direitos intelectuais comuns às comunidades do Terceiro Mundo. Embora as inovações das comunidades do Terceiro Mundo possam diferir no tocante a processos e objetivos destas em relação ao mundo comercial ocidental, elas não podem ser excluídas por serem diferentes. O conhecimento dos ricos tesouros da diversidade natural tem sido uma dádiva para o Terceiro Mundo. Mas a *Satyagraha da Semente* é mais do que simplesmente dizer “não”. Ela criou alternativas mediante a implantação de bancos de sementes, do fortalecimento do estoque de sementes dos fazendeiros, e da busca de opções agrícolas sustentáveis apropriadas para aquelas regiões.

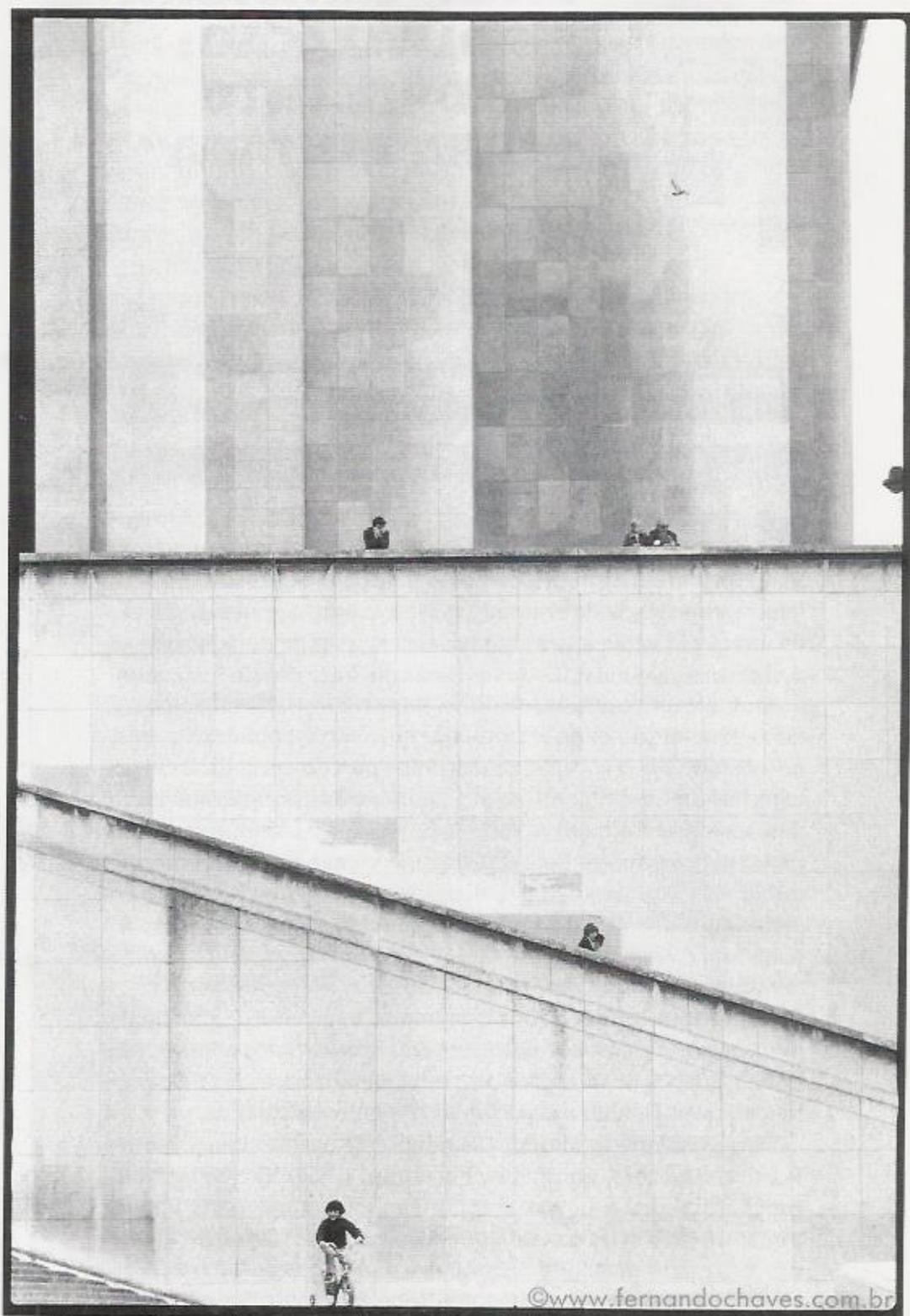
A semente tornou-se a sede e o símbolo da liberdade na era da manipulação e monopólio de sua diversidade. Ela faz o papel da roca de fiar de Gandhi nesta era de recolonização por meio do livre comércio. A charka (roca de fiar) tornou-se um importante símbolo não por ser grande e poderosa, mas por ser pequena; ela ganhava vida como símbolo de resistência e criatividade no menor dos casebres da mais pobre família. Na pequenez repousava sua força.

A semente também é pequena. Ela representa a diversidade e a liberdade de continuar vivo. E a semente continua sendo a propriedade comum dos pequenos fazendeiros da Índia. Na semente convergem diversidade cultural e biológica. As questões ecológicas convergem com justiça social, paz e democracia. **THOT**

Este artigo foi extraído do livro *Biopiracy: the plunderer of nature and knowledge* (Biopirataria: saqueadora da natureza e do conhecimento), escrito pela Dra. Vandana Shiva e publicado pela South End Press, EUA, e pela Green Books Ltd. Inglaterra.

Tradução: Tânia Van Acker – Revisão Técnica: Lia Diskin – Associação Palas Athena

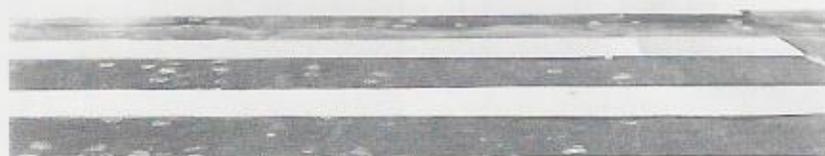
Distribuído com permissão de *Season for Nonviolence* – M. K. Gandhi & Martin Luther King Jr.



LUIZ ANTONIO DIAS

É doutor em História Social, professor titular de História do Brasil da Universidade de Santo Amaro e coordenador do NEC (Núcleo de Estudos Contemporâneos) da UNISA.
E-mail: luizantoniodias@bol.com.br

ÉTICA, CIDADANIA E POLITIZAÇÃO: O MOVIMENTO “CARA PINTADA”



No Brasil, o movimento dos “caras-pintadas” foi surpreendente pela sua intensidade e aparente espontaneidade. Esses elementos contribuíram para gerar distorções nas análises feitas pelos meios de comunicação de massa. Os mesmos que, de um modo geral, antes chamavam a juventude de “alienada” e acabaram sendo tomados de surpresa com a eclosão do fenômeno.

Durante as manifestações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor, ocorreu um processo de politização que, no entanto, não foi capitaneado pelos partidos políticos. Os jovens, de um modo geral, se afastaram dessas instituições, mostrando o seu descrédito em relação às formas tradicionais de participação política. Esse distanciamento não pode ser entendido, de modo algum, como um processo de alienação. Muito ao contrário, a juventude continuou a participar em outras esferas e com outros recursos.

A militância continuou – e continua ocorrendo – para uma parcela dos jovens, em outras esferas como, por exemplo, nas ONGs, grupos de alfabetização, movimentos musicais e de promoção da cidadania nas periferias das grandes cidades.

Nas palavras de M.C.M. Carvalho (“O que Pode a Ética na Política? *Reflexão*, Campinas, PucCamp, nº 67/68, 1997): “Corrupção, fraudes e outros comportamentos atentatórios à ética tomaram-se banais na cena política; de tão corriqueiros já não nos espantam mais. Por outro lado, não é apenas o comportamento individual de muitos dos representantes do povo que

agride nossa sensibilidade. Existe ainda uma espécie de imoralidade sistêmica: a desigualdade social reinante no Brasil”.

Essa análise é importante por dois aspectos: em primeiro lugar, mostra que a corrupção nas instituições, ao tornar-se uma coisa corriqueira, deixa de despertar interesse, enfraquecendo os movimentos pela ética. Na realidade, percebemos que a cada novo escândalo novas vozes indignadas se levantam. A constância dos atos imorais pode até diminuir o impacto dos escândalos de corrupção. No entanto, parece não ter força suficiente para diminuir a indignação dos cidadãos.

Outro ponto que merece uma análise mais aprofundada é a “imoralidade sistêmica”. Ao que parece, uma parcela dos jovens optou por agir contra ela. Isso fica patente em seu envolvimento com as ONGs e campanhas de solidariedade. A participação juvenil nessas iniciativas cresceu muito, depois de 1992, dando indícios de que estaríamos, realmente, diante de uma transformação na forma de atuar.

Talvez o melhor exemplo dessa diversidade na mobilização da juventude tenha sido seu forte envolvimento, entre 1993 e 1995, na Ação da Cidadania Contra a Fome e pela Vida. Esse movimento, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, surgiu justamente a partir da forte mobilização, ocorrida em 1992, e do MEP (Movimento pela Ética na Política). Milhares de moças e rapazes, em todo o país, participaram na campanha “Natal sem Fome” e arrecadaram toneladas de alimentos.

Tudo isso torna evidente que não ocorreu uma desmobilização após o movimento pelo *impeachment*, mas sim uma mudança na forma de agir, um redirecionamento. O grande problema são as abordagens cristalizadas dos meios de comunicação de massas, que determinam o que é “politizado” e “alienado” por meio de modelos rígidos. Não se dão conta das mutações juvenis, não percebem sequer que a juventude não é única ou homogênea, mas sim composta por vários grupos distintos, com idéias e modos de ação diferenciados.

A expectativa e a cobrança por novas manifestações dos jovens continuam partindo da mídia. A todo momento, busca-se o “resgate” do movimento dos “caras-pintadas”. Nesse aspecto, cabe ressaltar que os meios de comunicação de massa buscaram, em todos os movimentos posteriores, uma representação dos protestos pelo *impeachment*. No entanto, cada “deslize” ou ato não estritamente “político” ganhou mais destaque que a própria essência da manifestação.

Sobre o congresso da UNE, em 1993, o primeiro depois das manifestações dos “caras-pintadas” a *Folha de S. Paulo* destacou: “Caras-pintadas estréiam na UNE e mudam o visual: garotas bonitas, de batom e decotes ousados formam o grande bloco das ‘milindocas’ – militantes dondocas.” (05/07/93, pág.5). Em matéria de página inteira, o jornal não mencionou nenhuma das propostas discutidas no Congresso. Fez apenas uma pequena referência à falta de consenso sobre a eleição direta ou indireta para a presidência da agremiação.

Por outro lado, sobram referências aos drinques mais consumidos e suas receitas; ao preço da latinha de cerveja; às roupas dos participantes e, principalmente, às festas (“pelo menos umas três por noite”) que varavam a madrugada e impossibilitavam as plenárias na manhã seguinte. É interessante notar como o jornal descaracterizou o debate político. Tentou apresentar o militante como um alienado, que participa de congressos apenas pela quantidade de festas.

Outros congressos da UNE também não foram poupados pelos meios de comunicação. Em 1997, a mesma *Folha* destacava a semelhança de um deles com um show de rock, no qual os estudantes trocaram a rebeldia por música e cerveja. O jornal deixou a impressão de que, pelo fato de dançarem, passearem e comprarem, os estudantes não seriam mais manifestantes verdadeiros, legítimos.

Antes das manifestações pelo *impeachment*, tornou-se lugar-comum rotular a juventude como alienada, como “geração shopping center”, muito mais preocupada com suas necessidades pessoais e consumistas do que com os aspectos sociais e políticos do país.

As passeatas de 1992 reverteram esse quadro, e os meios de comunicação alçaram os jovens ao comando do processo pró-*impeachment*. Passou-se com facilidade de uma posição à outra, diametralmente oposta. A geração supostamente alienada tornou-se da noite para o dia a que “derrubou” o presidente Fernando Collor.

Não se vêem análises mais aprofundadas. Os rótulos criados pelos meios de comunicação de massas são sempre superficiais. Nos movimentos posteriores, esses clichês voltaram a ser novamente usados – e sem critério. De uma forma rápida, a geração politizada, que lutou pela ética, tornou-se alienada e preocupada apenas com batom, festas e cerveja.

Em 1998, no *Folbateen* – caderno especial da *Folha de S. Paulo*, dedicado aos jovens –, o jornal dá “cores científicas” à

sua tese de alienação da juventude: “A história de que jovem não está nem aí para política parece não ser mito, não. Afinal, revelam os números, o desinteresse pela participação política aumenta entre uma eleição e outra. O desejo de votar, entre os brasileiros de 16 e 17 anos de idade, caiu em relação às eleições municipais de 96.” 14/09/98, pág. 5).

Em 1998, os números do Tribunal Superior Eleitoral indicavam uma diminuição da procura pelo título de eleitor pelos jovens dessa faixa etária. Contudo, entender essa circunstância como alienação é um equívoco. Os jovens podem se interessar por política – e por temas sociais e econômicos – sem que para isso sejam obrigados a votar. Como já destacamos, ocorre um distanciamento das maneiras tradicionais de mobilização sem que haja, contudo, um processo de alienação. Mais uma vez, nesse caso, a mídia não aprofunda a análise e acaba chegando a conclusões equivocadas.

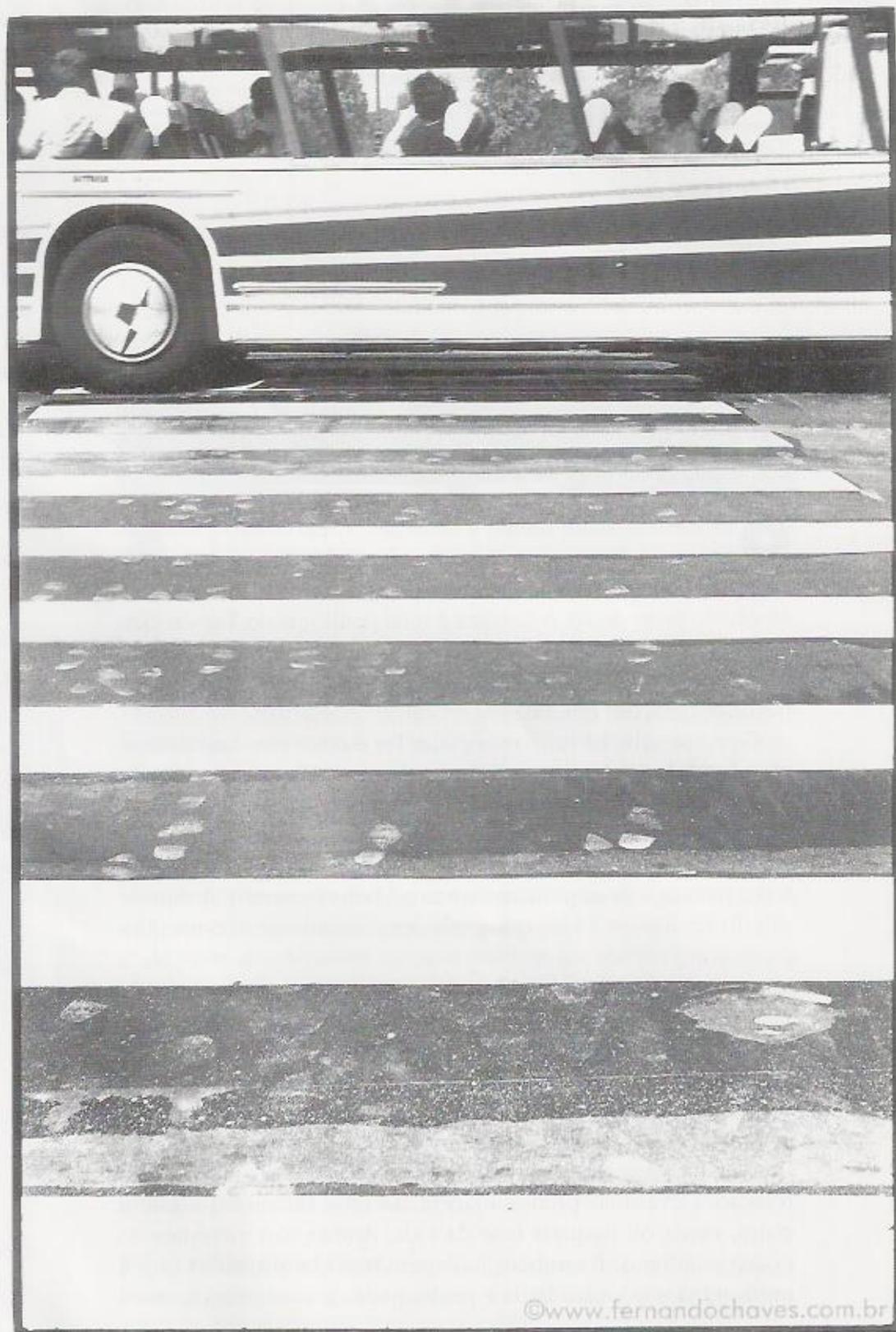
Em maio de 1996, novamente moças e rapazes com rostos pintados pararam a Avenida Paulista, em São Paulo, para protestar contra a política econômica do governo Fernando Henrique. Cerca de 5.000 manifestantes exigiram a criação da CPI dos Bancos, para investigar algumas falências de instituições bancárias, tidas como irregulares, e a ajuda financeira concedida pelo governo aos banqueiros.

Novamente, os meios de comunicação deram grande destaque às manifestações. A *Folha de S. Paulo* mostrou o entusiasmo dos participantes – mas utilizou grande parte do espaço para criticar a desinformação deles, afirmando que poucos sabiam o que significava a CPI

Mesmo nesse caso, porém, os jovens entenderam a motivação da passeata. A confusão entre bancário e banqueiro ocorre apenas no aspecto lingüístico e não na essência dos termos. O jornais, no entanto, apresentam elementos que estão às margens do problema em evidência. Quando não são rotulados como “alienados”, os jovens são vistos como desinformados. A pressão política das passeatas acaba sendo deixada em segundo plano, para destacar seus aspectos superficiais.

Forma-se a idéia de que a juventude participa dessas manifestações como se elas fossem festas, encontros de amigos. A militância desaparece, dando a impressão de que as pessoas são constantemente manipuladas – coisa que efetivamente não ocorre.

Em suma, os “duzentos mil” da passeata de São Paulo pelo *impeachment* continuam por aí, participando de entidades estudantis e de ONGs. A mobilização continua e, para vislumbrá-la, basta abandonar os esquematismos e o senso comum. E, assim, a juventude tem demonstrado a sua vontade de participar – não importa se com a cara pintada ou lavada. **THOT**



**HUMBERTO
MARIOTTI**

é médico,
psicoterapeuta e
coordenador do
Grupo de Estudos
Contemporâneos
(Complexidade,
Pensamento Sistêmico
e Cultura) da
Associação Palas
Athena, em São Paulo.

A ERA DA AVAREZA

A concentração de renda como semente de violência



o dicionário assim define a avareza: “1. Excessivo e sórdido apego ao dinheiro. 2. Falta de generosidade, mesquinhez”. É principalmente nesses dois sentidos que o termo será usado e ampliado neste texto. A avareza é uma patologia do Ter – e essa é uma definição que a amplia. Assim, ao falar em avarentos podemos incluir, além de pessoas, grupos humanos, períodos históricos, nações inteiras.

Como se sabe há muito tempo, o Ter e o Ser são duas dimensões fundamentais da condição humana. O Ter relaciona-se às necessidades concretas, da vida dita mecânica, que correspondem à satisfação de exigências como alimentação, excreção, sexo, reprodução, abrigo. E também à inclinação – que varia de pessoa a pessoa – de acumular dinheiro e bens materiais. A dimensão do Ser liga-se à vida que pode ser chamada de não-mecânica, e compreende os sentimentos, as emoções, a intuição, a imaginação e os impulsos de realização pessoal e interpessoal.

Centrarei minhas considerações na aquisição e acumulação de dinheiro e bens materiais, mas sem esquecer que todas as formas de avareza são manifestações de um fenômeno básico: a perversão da dimensão do Ter.

É importante, porém, que não adotemos uma posição moralista diante das relações entre o Ter e o Ser, ou mesmo em relação à eventual predominância de uma dimensão sobre a outra, nessa ou naquela fase da vida. Ambas são inerentes ao nosso cotidiano. É também indispensável compreender que a predominância exacerbada e prolongada de uma delas sobre a

outra acaba trazendo conseqüências marcantes – e é aqui que começam os problemas.

Na avareza, a posse das coisas não faz cessar a necessidade que sentimos delas, como observou Rousseau. Nem ao menos a diminui. Ao contrário, estimula-a indefinidamente. O avarento caminha sempre na direção da ansiedade e o faz ao longo de uma seqüência: a) a posse não o satisfaz; b) por isso, a necessidade de seguir acumulando jamais o abandona; c) a essa circunstância se juntam o medo de perder o já acumulado e o pavor de não conseguir continuar concentrando.

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, afirma que o processo econômico pode se tornar mais produtivo se olhar mais para o lado ético do comportamento humano. A recíproca é verdadeira. Para Sen, o fenômeno econômico tem aspectos “engenheiros”, que são os que tratam principalmente do lado numérico da economia e constituem a tendência dominante na teoria econômica atual. Mas também tem um lado ético, ligado aos valores e necessidades humanas e que é parte integrante da economia, por mais que com isso não concorde o pensamento econômico hoje dominante.

Nos últimos tempos, começam a despontar tentativas de recuperar a dimensão ética por tanto tempo deixada em segundo plano. A obra de Sen faz parte desses esforços. Em seu modo de ver, os aspectos numéricos da economia podem ser úteis ao lado ético e vice-versa. Ao raciocinar dessa maneira, ele reconhece, de modo implícito, que é indispensável a interação entre a vida mecânica e a não-mecânica que, como já vimos, são dois aspectos destacados do Ter e do Ser.

Sen observa que os economistas “engenheiros” pressupõem que os seres humanos têm um comportamento racional, que deve ser considerado como o comportamento real. Eis um bom exemplo de como funciona a lógica que predomina em nossa cultura: ela separa o irracional do racional e toma este último como o “real”. Afasta-se do mundo real (fragmentando-o) e em seguida afirma que o comportamento humano “real” é o racional – como se a conduta humana irracional fosse desprovida de realidade. Ao proceder assim, esse modo de pensar se revela irracional, porque atribui o *status* exclusivo de realidade a um fragmento cujo oposto foi artificialmente tornado irrelevante.

Como assinala Sen – entre outros –, é comum em economia identificar-se a racionalidade com a maximização do auto-interesse, ou seja, do egocentrismo. É o que caracterizo como o

impulso básico do avarento: privilegiar o “meu” e buscar por todos os meios transformar o “não-meu” em “meu”.

É importante, contudo, fazer a diferença entre auto-interesse e maximização do auto-interesse. Trata-se da mesma diferença que pode ser feita, por exemplo, entre fome e voracidade. O auto-interesse faz parte da condição humana e não tende a excluir o próximo. É um dos componentes da individualidade, e permite que o ser humano se afirme como indivíduo sem negar a sua pertença à condição humana. Quando ele é exacerbado, porém, entra-se na área do individualismo, que é excludente.

As conseqüências éticas de cada uma dessas circunstâncias são bem conhecidas. A principal delas, que vimos há pouco, é identificar a maximização do auto-interesse com a racionalidade – que é o mesmo que apresentar a avareza como comportamento racional, fingindo ignorar que o fato de ela ser muito disseminada não a torna normal.

Hoje, porém, há outros modos de abordar a questão, que levam a conseqüências éticas bem diferentes. Em obra já clássica, os biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela observam que freqüentemente se diz que os seres vivos são mais ou menos adaptados, ou que sua adaptação é o resultado de sua história evolutiva.

Afirmam ainda que essa interpretação da adaptação é equivocada, pois baseia-se em crenças, modelos e critérios estabelecidos por observadores que se julgam externos aos processos que investigam. Tais critérios traduzem os pressupostos desses observadores e suas necessidades de confirmá-los, e não aquilo que de fato acontece no âmbito dos fenômenos.

Como acentuam os dois biólogos, se estão confinadas ao contexto das descrições feitas pelo observador, as comparações sobre maior aptidão e maior adaptação só podem gerar descrições e teorias que não têm relação direta com as histórias individuais de manutenção da adaptação dos seres vivos. Conclusão: não existe sobrevivência do mais apto (a chamada “competitividade”), e sim sobrevivência do apto (que chamo de competência).

Nos dias atuais, vários outros autores vêm publicando estudos sobre as relações entre biologia, cultura e solidariedade, que apontam para evidências de que no mundo natural há cooperação e competição, e não apenas competição.

No entanto – e na contramão de todas essas novas evidências –, a idéia de sobrevivência do mais apto continua a ser apresentada como sobrevivência do mais forte. Essa concepção

só é possível quando se acredita que somos separados do mundo natural. Ela gera a "certeza" de que o mundo é uma fonte de "recursos" e "bens" dos quais somos os "usuários". A visão utilitarista, que vê os seres humanos como coisas (chamando-os de "recursos humanos"), é a mesma que vê o mundo como uma coisa (considerando-o uma fonte de "recursos naturais").

Enquanto não for abalada a nossa convicção da separação entre o homem e o mundo, continuaremos a nos considerar "autorizados" a ver a natureza como o objeto da guerra que travamos uns contra os outros em nome da sobrevivência dos "mais fortes". Estamos de tal modo condicionados a essa atitude, que de pouco adiantam os relatos sobre a má situação do meio ambiente e a lamentável qualidade de vida da maioria das populações.

O avaro vê a si mesmo como um funcionário da acumulação. Em seus esforços para desempenhar essa função, ignora o fato de que cedo ou tarde suas ações acabarão privando ou outros – muitas vezes totalmente – de seus haveres. Como, em sua opinião, os valores humanos se reduzem ao valor dos bens e do dinheiro, acaba convencido de que quando fica sem estes o ser humano deixa de existir: deixa de ter interesse, transforma-se num estorvo. Em conseqüência, precisa ser excluído. Portanto, a avareza é também uma patologia da inclusão social.

Sabemos que projetar os ganhos para o futuro, com o objetivo de acumular, é um dos princípios do capitalismo. O avaro apropria-se dele e o transforma em patologia. Adia a experiência do viver em troca dos prazos necessários à acumulação. Prorroga a vida para um porvir no qual os ganhos de capital e demais benefícios do valor econômico permitirão a "realização".

O universo da acumulação é também o do controle e da padronização. E tudo aquilo – principalmente as pessoas – que não puder ser reduzido a essas dimensões precisa ser excluído. O diferente, o incerto, o imprevisível – ou seja, o criativo e o vivo – aterrorizam o avaro. Apavoram-no sobretudo as idéias novas, os fenômenos não-quantificáveis e a diversidade.

Por isso, é imperioso que ele imagine um mundo em que todos pensem sempre do mesmo modo e continuem indefinidamente assim. Tal estado de coisas lhe convém, dada a sua necessidade de prever as ações dos outros (que considera adversários a serem eliminados), suas estratégias, seus mínimos movimentos.

É por essas razões que aquilo que não se move – ou que se move repetitivamente, de modo previsível – vale mais. É por isso

que as coisas têm mais valor do que as pessoas. Coisas juntas, concentradas, padronizadas, proporcionam poder e tranqüilidade.

Já pessoas reunidas e pensando de modo diferente umas das outras trazem problemas – a não ser que seja possível controlá-las, bitolá-las. Ou seja: dar o máximo de valor aos homens-coisa e excluir ao máximo os homens-pessoa. Dessa forma, como é fácil concluir, a avareza é também uma patologia da autoridade, um elogio do autoritarismo.

O historiador Eric Hobsbawm observa que a estrutura fundamental da globalização do neoliberalismo é a área econômico-financeira e não a política. O centro de tudo é o dinheiro. Para apropriar-se dele e acumulá-lo, é necessário padronizar as pessoas e o seu cotidiano. É o que se vem tentando fazer, por meio de esforços destinados a apresentar a padronização das culturas e o “pensamento único” como valores éticos e sociais.

Hobsbawm assinala que um dos maiores problemas do século 21 será definir até onde se pode ir, em termos de eliminação da diversidade das culturas humanas, sem provocar reações mais ou menos drásticas. Em outras palavras: determinar até onde é possível prosseguir com a estratégia de transformar as pessoas em clientes/investidores, descartando as que não puderem (ou não quiserem) adaptar-se a essa condição. A padronização da educação como instrumento de imposição da “cultura única” é um aspecto importante desse fenômeno.

Vimos que a experiência do Ter implica controlar, prever, ter “certezas”. Já a experiência do Ser significa abertura, convivência com a incerteza. Controlar equivale a imobilizar, a isolar. Conviver significa experienciar, o que por sua vez implica deixar fluir, observar participando, estar atento. O Ter se volta para a coisa. O Ser se orienta para o processo. São duas vivências fundamentais. Cada uma delas, se tomada isoladamente, mostra-se necessária – mas não suficiente – para nos capacitar a lidar com a complexidade do mundo e com a nossa própria.

A conclusão é óbvia: precisamos das duas. Precisamos aprender a complementá-las, a equilibrá-las. A relação entre elas deve ser de inclusão mútua, jamais de exclusão. É essa interação que precisamos aprender a pôr em prática, mas é exatamente isso que temos mais dificuldade de fazer. Por enquanto, voltamos para um lado só – e quanto mais o fazemos mais somos levados à repetição.

Por todas essas razões é possível afirmar que hoje, mais do que nunca, estamos em plena Era da Avareza. Atravessamos

uma situação em que se enfrentam essas duas grandes dimensões: a da coisa e a do processo, isto é, o Ter e o Ser. Mas é uma luta sem sentido, pois a exclusão de uma delas em prejuízo da outra dificulta nossa interação com o mundo real.

É o que acontece quando as pessoas estão muito voltadas para o objetivo, para o concreto (o que leva, no exagero, à avareza), ou quando elas estão demasiadamente orientadas para o experiencial, o sensualismo (o que leva, no limite, ao esbanjamento). Como em nossa cultura essas tendências se manifestam mais em termos econômicos, pode-se complementar as idéias de Amartya Sen e dizer que, na Era da Avareza, a economia "engenhreira" (o universo do Ter) está separada da ética (o universo do Ser).

Sen afirma que a economia voltada apenas para os números atrasa o desenvolvimento. Quando baseado apenas em indicadores como o crescimento do PIB ou a industrialização (ligados ao universo do Ter), o desenvolvimento se reduz aos critérios da avareza. Dessa forma, deixa de lado as liberdades políticas e sociais, a educação, os anseios de auto-realização das pessoas, o saneamento básico, a extensão e qualidade da assistência médica e assim por diante.

Estes últimos parâmetros são intimamente ligados ao Ser. Permitem uma qualidade de vida que, além de ajudar na manutenção das necessidades fundamentais, proporciona às pessoas oportunidades de pensar com suas próprias cabeças e fazer escolhas. Não é nada disso, porém, que estamos vivendo hoje em dia. Ainda não aprendemos que a avaliação do desenvolvimento econômico deve se basear tanto nos critérios do Ter quanto nos do Ser.

Eis alguns dos resultados da avareza no mundo atual: a) a progressiva deterioração dos hábitos comunitários e associativos; b) o progressivo abandono de formas de convivência capazes de contrabalançar o individualismo agressivo e predatório; c) a crescente erosão das conexões sociais; d) o desprestígio da idéia de um Estado em que haja lugar para a assistência (não o assistencialismo) e a compaixão; e) a visão das pessoas como coisas e suas conseqüências; f) a diminuição da solidariedade e da lealdade.

Como nota Hobsbawm, nos dias de hoje nosso grande problema é garantir a sobrevivência dos excluídos por uma economia que é capaz de produzir cada vez mais com cada vez menos pessoas. A questão da produção – diz ele – já foi resolvida. Nunca se produziu tanto. Acrescento que a grande dificuldade é como distribuir a riqueza produzida, numa época em que a avareza reina, globalizada e triunfante.

Sabemos que o Estado é a instituição que tem mais condições de contrabalançar a avareza e, portanto, de ser um agente eficaz de distribuição de renda. Mas ultimamente ele vem sendo posto em xeque (com razão, em alguns casos, mas nem sempre) pela ordem econômica dominante. Se – como consideram Hobsbawm e muitos outros – por um lado as funções econômicas do Estado já não têm a importância de outros tempos, de outra parte o seu papel de agente desconcentrador de renda continua. Mas como conciliar essa circunstância com a mentalidade avara predominante?

As propostas de solução comumente apresentadas têm uma limitação fundamental: partem do princípio de que não há nada de errado com o modelo mental dominante em nossa cultura, isto é, com o sistema de pensamento, excludente e de causalidade imediata, que recorta o todo e imagina poder pensá-lo apenas por meio de fragmentos isolados.

Imagina-se que tal modelo seja capaz de produzir idéias que resolvam problemas criados por ele mesmo, mas não é o que mostra a prática. Há muitos anos, Albert Einstein disse que nenhum problema pode ser resolvido pelo mesmo estado de consciência que o criou. Há muitos séculos, Platão já denunciava a limitação do modelo mental parcelar: “Separar cada coisa de todas as demais é a maneira mais radical de reduzir a nada todo o raciocínio. Pois o raciocínio e a conversa nasceram em nós pela combinação das formas entre si”.

Há pessoas que só se impressionam com números. É pensando nelas que passo as seguintes informações, relativas a alguns dos resultados da globalização: a) nos dias atuais, 1,3 bilhão de seres humanos está abaixo da linha de miséria. Essa população constitui mais de um quinto dos habitantes do globo, e sobrevive com menos de US\$ 2 por dia; b) apenas um quinto da população mundial possui 86% das riquezas da Terra; c) somente 10% da população produzem e consomem mais de 70% dos bens e serviços do planeta.¹

É inegável que houve mudanças positivas no mundo, em especial no século 20. Mas os efeitos colaterais danosos da visão mecanicista mostram que o outro lado da moeda é também significativo. Como disse Hobsbawm, o século 20 foi ao mesmo tempo o melhor e o pior dos séculos. De qualquer maneira, as melhorias conseguidas poderiam ter produzido muito menos efeitos colaterais, ou seja, seu preço não precisaria ter sido tão alto.

Há outro ângulo da questão política que pode fornecer mais alguns dados esclarecedores. É conhecida a apatia de populações inteiras diante do processo político, em especial da política partidária. Como se sabe, a manipulação das eleições pelas pesquisas de opinião pública tem contribuído muito para disseminar essa situação. As pessoas estão se acostumando a acreditar que, vença quem vencer, os resultados práticos são previsíveis.

Existe uma relação entre esse fenômeno, algumas situações históricas e certas concepções de política e economia. Um exemplo clássico é a chamada "tese de Lee", atribuída a um antigo primeiro ministro de Cingapura, Lee Yuan Yew, segundo a qual suprimir os direitos políticos e civis dos governados favorece o desenvolvimento econômico.

Convém lembrar que essa tese faz parte da estratégia de inúmeros regimes autoritários, tanto anteriores como posteriores a ela. E tem a ver com o pressuposto de que o povo é ignorante e, portanto, sua atuação política e o fato de ele poder exercer direitos civis são fatores de atraso econômico e social. Esse fenômeno é revelador. Com efeito, a observação dos fatos históricos mostra que, em muitos casos, as elites econômicas projetam inconscientemente sua própria ignorância sobre as populações mais pobres.

Tudo isso visto, façamos uma última pergunta: afinal de contas, quem são os avarentos? Quem com tanto entusiasmo participa da atual escalada da avareza?

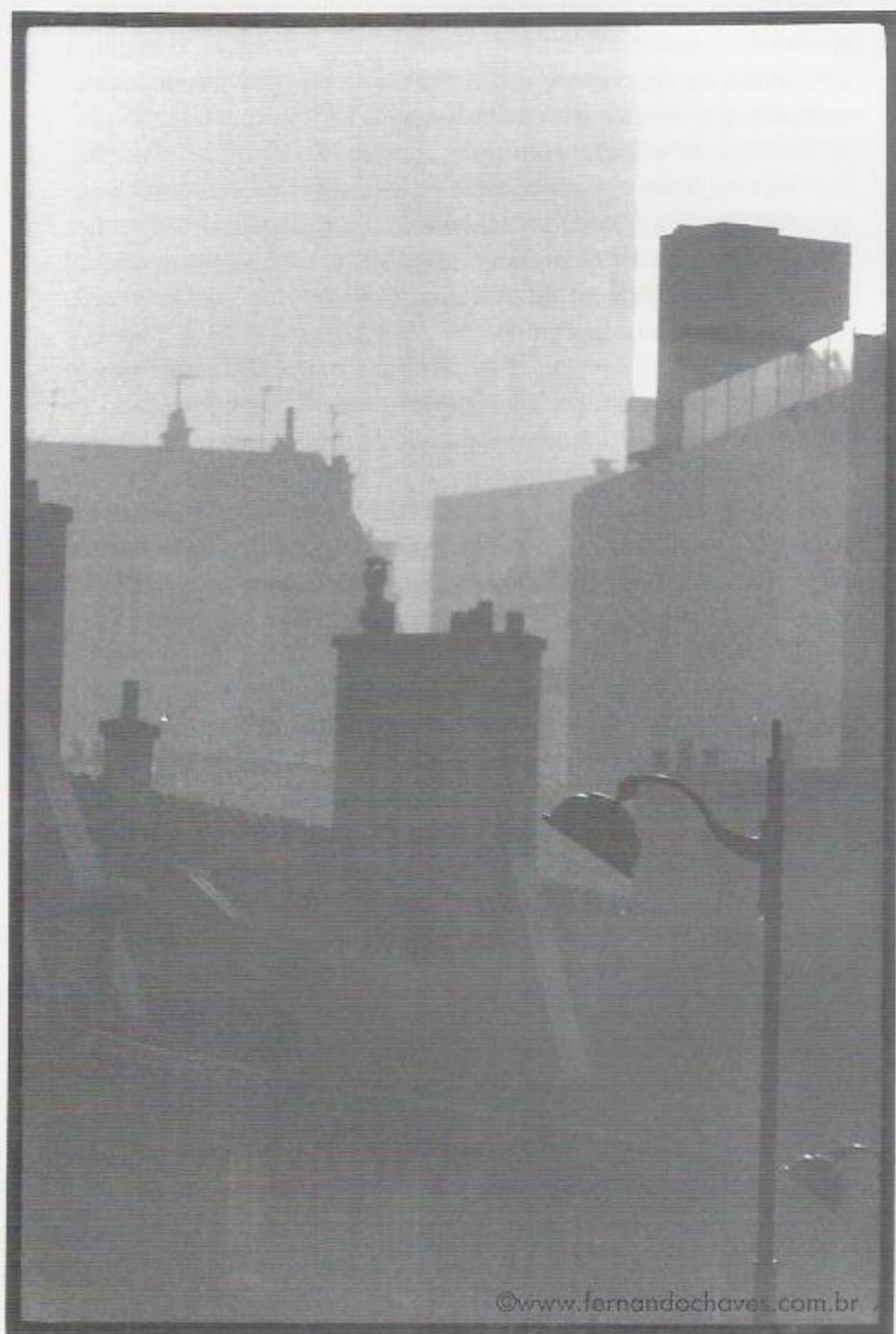
A resposta é fácil: esses avarentos somos nós. Somos nós próprios, na medida em que – cada um à sua maneira e cada qual num determinado grau – achamos que é "racional" negar a legitimidade humana do outro e excluí-lo; pensar apenas em termos de partes isoladas do todo; fingir que o mundo real não existe e tentar ser observadores não-participantes e "imparciais".

Enfim, somos avarentos na medida em que entramos e permanecemos nesse grande jogo, que nos permite exercer um sem-número de formas de auto-engano. Uma delas consiste em eleger representantes que pensam e agem do mesmo modo que nós e depois, comodamente, alegar que tudo o que ocorre de desagradável é culpa exclusiva deles. **THOT**

NOTA

1. "Porto Alegre x Davos: Eles, o Povo". *República*, No. 52, fevereiro de 2001, págs. 48-54.

Este artigo inclui bibliografia. Os interessados deverão entrar em contato com o autor: homariot@uol.com.br



©www.fernandochaves.com.br

**CLÉIA REGINA
RIBEIRO**

É professora de
Filosofia e coordena-
dora da área de
Ética da Escola de
Enfermagem de
Ribeirão Preto/USP.

PLURALISMO ÉTICO

A diversidade frente à violência da homogeneização



Aos poucos despontam, nos últimos tempos – embora na maioria das vezes não consigamos identificá-los –, anseios de recuperar perspectivas e posturas esquecidas. Uma delas se relaciona à ética.

Às vezes, nos surpreendemos com o tanto que se fala em ética. Afinal, referem-se a ela não só os especialistas, os profissionais, os filósofos, os políticos, mas muitas outras pessoas. O que pensamos retomar, quando nos lembramos dela ao vermos algo imoral, inadequado, desrespeitoso, injusto, desleal?

Referimo-nos a uma esfera da ação humana que seja pautada pelo que consideramos correto e justo em relação ao outro, à comunidade e a nós próprios como indivíduos. Pretendemos recuperar um modo de agir caracterizado por valores baseados em princípios irrecusáveis e insubstituíveis.

E vem a pergunta: olhando ao nosso redor, e vendo a multiplicidade e diversidade de posturas e visões de mundo, qual o sistema moral a ser adotado? Por qual ética decidir? Mais ainda, quais são os valores que posso identificar em mim mesmo que sejam capazes de justificar o resgate de alguma ética? Parece-me que há duas questões igualmente importantes e interligadas: a) se consigo olhar para meus próprios valores e identificá-los; b) se sou capaz de detectar esse fato e, portanto, se tenho meu próprio sistema de valores.

Se as respostas forem afirmativas, como devo me posicionar frente à perspectiva de recuperação de uma ética (que pode

não ser a minha) que perpassa a vida de uma comunidade sem ferir os sistemas de valores de outros grupos? Afinal, a ação humana que se pretende justa deve ser aquela em que todos tenham as mesmas oportunidades de fazer valer o que defendem como correto.

Neste momento histórico, em que se tenta resgatar o humanismo nas relações entre os seres humanos, precisamos buscar uma maneira de pensar e agir na qual todos tenham algum espaço para suas posições. Embora o pluralismo não seja uma forma contemporânea de conceber alguns sistemas teóricos nas várias áreas, é da perspectiva pluralista como modo de pensar a ética que o bioeticista, filósofo e médico americano Tristram Engelhardt apresenta uma maneira original de abarcar as várias éticas, numa tentativa de conciliar as diferenças.

Ainda que de modo breve, proponho que façamos de seu pensamento um instrumento (há outros, é claro) de análise de algumas questões da ética na atualidade.

A idéia de pluralismo parte do pressuposto – ou melhor, da constatação – de que há uma variedade de pessoas, visões morais, obrigações, direitos e valores, muito diferentes entre si: homens, mulheres, judeus, católicos, protestantes, muçulmanos, hindus, budistas, marxistas, liberais, capitalistas, socialistas e assim por diante. Um exemplo dos resultados dessa diversidade pode ser visto na discussão sobre a eutanásia. Há quem afirme que ela seja uma postura médica moralmente defensável. Para outros, é uma prática imoral. (Fica claro que neste exemplo não se consideram as implicações em relação ao Código de Ética Médica.)

Dado que tudo isso é facilmente verificável – é só observar o comportamento e a maneira de entender a vida das mais variadas comunidades humanas do planeta –, Engelhardt não acredita na proposta de uma ética predominante, hegemônica, que ele chama de “canônica”. Ela seria a detentora de valores particulares, princípios diretivos inquestionáveis e normas totalitárias de conduta.

Quer dizer, não existe uma única ética que seja suficientemente abrangente para suprir os contornos culturais de todas as comunidades ou povos. Com base nesse argumento, torna-se coerente a opção de Engelhardt pelo pluralismo moral, ao discutir as possibilidades da ética no momento em que vivemos.

Mas o que se entende por pluralismo moral? Em primeiro lugar, pluralismo moral não é universalismo moral. Este seria o estabelecimento de uma ética universal, essencial (a essência de

todas as demais), que congregaria todas as pessoas, independentemente de preceitos religiosos, culturais, ideológicos e existenciais. É como se a maneira de solucionar a questão da diversidade moral fosse a homogeneização ética – um reducionismo, portanto, dado que exigiria a renúncia de certos valores em nome da adoção de outros, em busca de um pacto moral em que todos estariam de certo modo contemplados.

Mas pluralismo não significa abrir mão de valores próprios para adotar outros em nome de todos. Também não quer dizer ecumenismo. Ecumenismo moral é o pressuposto de que toda ética – religiosa ou não – tem algo em comum com as demais.

Seria o caso, portanto, de reconhecer e identificar tais pontos, para estabelecer uma ética que contivesse princípios que satisfizessem a todos. Eis a idéia de consenso moral. Tomando novamente o exemplo da eutanásia, seria isso possível?

Segundo Engelhardt, parece difícil para os ecumenistas entender a vida no interior das comunidades particulares – e, portanto, respeitá-las. Ao tentar estabelecer ou encontrar pontos em comum, eles rejeitam a idéia de que cada um é diferente, particular e, desse modo, irreduzível. Sendo assim, a questão é como propor uma ética para os que se estabelecem como diferentes, ou melhor, como ele diz, uma “moral secular dos estranhos morais”.

Essa dificuldade não existe entre “amigos morais”, ou seja, os que compartilham o mesmo sistema de crenças e valores. E o problema não se resolve na tentativa de minimizar as diferenças entre os “estranhos morais”, isto é, os que têm uma perspectiva moral diversa e incompatível com a nossa. Também não pode ser resolvido argumentando que há pelo menos um elo, ou tentando criar uma moral universal.

Assim, o desafio é, para Engelhardt, estabelecer um “quadro moral no qual os indivíduos que pertencem a comunidades morais diversas (e não partilham uma mesma visão moral) ainda podem se considerar unidos por uma textura moral comum, em uma mesma língua moral”.

As estruturas sociais morais assim constituídas funcionariam de acordo com um procedimento de permissão dos indivíduos envolvidos. E a autoridade moral só poderia ser obtida com base na concordância entre esses indivíduos. Essa é a proposta da “ética secular” – uma forma de pluralismo moral –, que em linhas gerais pode ser assim expressa: “Tudo o que existe é um meio de dar autoridade moral aos empreendimentos comuns,

sem estabelecer o valor ou a aceitabilidade moral de qualquer escolha particular”.

Visto dessa forma, o pluralismo moral – como procedimento ético de respeito à diversidade de posições – tem um caráter libertário, se comparado a outros sistemas morais. No contexto de sua proposta, ele seria aplicável a situações em que se necessite opinar sobre circunstâncias em relação às quais não há acordo sobre as bases e atitudes a tomar.

Na área da saúde – em especial nos dilemas bioéticos em que haja necessidade de optar por procedimentos polêmicos –, a ética secular poderia ser bem-vinda, pois funcionaria sem que as pessoas implicadas tivessem de renunciar a seus valores em nome de outros. Por exemplo, seria possível entrar em acordo sobre um caso em que fosse corretamente indicada uma transfusão de sangue, e o cliente se recusasse a recebê-la em nome de suas crenças e modo de vida.

Embora estejamos vivendo tempos confusos, tanto pelos muitos desacordos quanto pela ortodoxia de nossas concepções, convém que reflitamos sobre essa diversidade moral. Talvez uma das maneiras de abrir mão da hegemonia ética seja o pluralismo ético – o acordo diante de tomadas de decisão e suas conseqüências. Lembremos a filósofa Hannah Arendt: “Quem habita este planeta não é o Homem, mas os homens. A pluralidade é a lei da Terra.”

THOT

Este artigo inclui bibliografia. Os interessados deverão entrar em contato com o autor: clearib@eerp.usp.br

WWW.FERNANDOCHAVES.COM



www.fernandochaves.com.br

**SUZETE
CARVALHO**

Especializada em
Filosofia do Direito,
Mestre em Direito
do Trabalho pela USP.
É conferencista e
publica ensaios
sobre temas
abrangentes da
experiência humana.
É membro da
Associação Palas
Athena.

PRECONCEITO: UMA ARMA MORTÍFERA



Em simpósio sobre a sempre atual temática do preconceito, o jornalista Eugênio Bucci afirmou, muito apropriadamente, que é ingênua ou pretensiosa a postura dos que se imaginam livres deles. O encontro, realizado em meados da última década, na Faculdade de Direito da USP, contou com a participação da antropóloga Ruth Cardoso e outras expressivas personalidades, cujas palestras foram editadas por Júlio Lerner, sob o título *Preconceito*, de leitura imprescindível aos interessados em aprofundar o tema.

Etimologicamente, preconceito vem do latim *praeconceptu*. Significa prejulgamento, tem sempre uma conotação negativa e de alguma forma agressiva a respeito de algo ou alguém, apoiada no pensar estereotipado. Enquanto o prejulgamento permanece em nível mental, estamos no âmbito do pré-juízo individual, sem questionamentos e leviano; no sítio de uma moral que é imposta como pressuposta verdade e que não passa pelo crivo da consciência. Posto em ação, o preconceito envereda por um campo minado, ilegal, o da discriminação.

A-ético, o preconceito não pensa, é preguiçoso e covarde, não se dá ao trabalho nem se arrisca; anti-ética, a discriminação age pensadamente, é pedante e atrevida, violenta e irresponsável.

Discriminar é segregar, separar, excluir, fruto do preconceito cujas perversas conseqüências geralmente não se restringem ao plano individual, chegando a afetar imensos contingentes de seres humanos. O exemplo clássico, tido como protótipo da

intolerância discriminatória, é o holocausto dos judeus, friamente levado a efeito pelos nazistas sob a mais sem sentido das desculpas – a da pureza da raça. Mas a história também dá conta de inenarráveis atrocidades perpetradas sadicamente em nome de Deus, do bem ou da liberdade.

Em todos os tempos, e em todas as partes onde ocorreram, as alegações dos agressores apenas tentavam dissimular seu verdadeiro fundamento: preconceito, prepotência, ódio cego, inveja avassaladora ou a mais perigosa ignorância – a de quem pensa que sabe. Interpretações literais e, portanto, superficiais, de Escrituras Sagradas ou de teorias científicas mal formuladas, justificadoras de diferenças demoníacas ou biológicas entre os seres humanos, têm oferecido subsídios para a alegada supremacia de alguns privilegiados, em prejuízo de incontáveis e indefesos inocentes.

Fundamentalismos têm gerado “guerras santas”, de que são conhecidos como exemplos históricos as cruzadas medievais ou a chamada *jihad* islâmica, que se equivalem em violência e na crença cega de que a verdade é exclusiva e está contida num único Livro Sagrado, do qual só pode existir uma interpretação. Sua característica maior é, portanto, a intolerância religiosa.

Mas a intolerância humana tem muitas caras. Ignorância, prepotência, expansionismo, superstição, chauvinismo, fascismo, nazismo, são alguns dos fenômenos detonadores da cega intransigência com índios, negros, “bruxas”, judeus, “infiéis”, homossexuais, etc. Esses grupos têm sido sistematicamente perseguidos ou explorados, excluídos socialmente, confinados a guetos em sub-humanas condições de vida, quando não violentamente torturados e massacrados, com a conivência daqueles a quem a situação aproveita.

No Brasil, o colonizador fez a sua parte com extrema competência: a pretexto de salvar almas, escravizou, explorou e dizimou os nativos; a pretexto de uma infundada superioridade biológica – dissimuladora do fundamento econômico que o movia –, traficou, acorrentou, açoitou e violentou barbaramente mulheres e homens negros.

Mas a exclusividade da violência não é lusitana. Espanhóis, franceses, belgas, holandeses, ingleses, deixaram principalmente na África as marcas da ignomínia do homem branco.

Esses são alguns dos exemplos de discriminação violenta que nos chegaram – para citar apenas a Europa laica –, ainda que já um tanto amenizados por historiadores inadvertidamente envol-

vidos pela ideologia mercadológica e expansionista predominante. A barbárie é universal, e parece estar adormecida nas entranhas da alma humana, passível de ser despertada a qualquer sobressalto.

A incursão legal brasileira contra a discriminação é recente, limitada e ineficaz. Os aplicadores ainda patinam numa noção claudicante de cidadania, atrelados que estamos a um saber ideológico que privilegia o argumento do opressor, aquele que não pertence às chamadas minorias, que na verdade constituem a maioria da população, um imenso contingente de deficientes cívicos.

Em suma, o cidadão no Brasil, como em boa parte do mundo ocidental, é preferencialmente o homem branco, rico, culto e heterossexual. A tragicomédia maior é a capacidade de pactuar dos próprios oprimidos, seja por interesse, covardia, ignorância, ou por introjeção inconsciente do preconceito.

Marilena Chauí lembra que os homens aceitam servir para serem servidos e que “combaterão até a morte na defesa das opiniões dos dominantes”. Nancy Mangabeira Unger comunga com a idéia: “O tirano é um só. Com que força reina sobre tantos? Pela força dos que o servem”.

As vítimas, desconhecendo sua própria força e muitas vezes nem mesmo se reconhecendo como tal, passam a participar do processo. Dessa forma, perpetuam a situação de exclusão e ausência de cidadania, acomodando-se ou aderindo à competitividade predatória, à violência e a outros meios inábeis de convivência social.

Atualmente se fala muito em cidadania plena, com inclusão e participação ativa de todos os grupos minoritários nos destinos sociais, mas o paradigma é discursivo, muito distante da realidade. O fato é que a cidadania plena vem sendo adiada, através dos tempos, por uma cultura autoritária que se atribui poderes e saberes, apropriando-se da verdade absoluta.

Essa espécie de fascismo, que se renova e perpetua independente de tempo e espaço, regime, cor ou tendência política – não se restringindo, pois, a uma militância de esquerda ou direita –, é a “supremacia do preconceito”, no dizer do jornalista Alberto Dines.

O preconceito e a ausência de cidadania, de que são vítimas bilhões de pessoas, principalmente nos países ditos do terceiro mundo, revelam-se na consideração absurda de que a fome e a exclusão social são ocorrências “banais”, meros “efeitos colaterais”

da pobreza reinante, debitada à ignorância, à incompetência e a uma alegada indolência natural nativa.

Em 1996, a psicanalista Maria Rita Kehl apontava o *preconceito contra os pobres* como o maior em vigor no Brasil, enquanto outros autores entendiam que ele recaí fundamentalmente sobre os *negros* e as *mulheres*. Os noticiários nos dão conta de que são principalmente essas “minorias” que constituem, como regra, o tripé sobre o qual se assentam os vários tipos de preconceito desenvolvidos pelo *Homo sapiens demens*, para usar a expressão cunhada por Edgar Morin.

As ações terroristas, que abalaram recentemente os Estados Unidos, parecem ter deslocado, ainda que temporariamente, a pressão sobre os negros, que se uniram ao homem branco contra um hipotético inimigo comum: os árabes e seus descendentes.

O cineasta negro americano Spike Lee, porém, demonstrou seu ceticismo a respeito da hipótese, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, de 18 de outubro de 2001, ao enfatizar: “Não, não, não. Isso não vai erradicar 400 anos de racismo.” Esse fato mostra o caráter ideológico do preconceito, que permite a eleição circunstancial de bodes expiatórios para as mazelas sociais, pois a personificação do mal pode servir de alívio às consciências culpadas.

Assim, a política incita a mídia a praticar cada vez mais um populismo histórico, como forma de catarse popular, enquanto paradoxalmente irradia discursos sobre Direitos Humanos. Essa forma de violência simbólica induz ao preconceito e afasta a justiça, realimentando a desigualdade. A contradição é utilizada propositalmente pelos exploradores da ignorância popular, de maneira a desencadear uma espécie de esquizofrenia coletiva.

Criado o duplo vínculo, a ralé – todos aqueles que se deixam levar por ideologias inconseqüentes e irresponsáveis – não vê saída para a situação. E então se deixa conduzir pela “falsa consciência”, expressão utilizada por Marx para designar a ideologia transmitida pelos detentores do poder.

De acordo como os interesses da moral dominante, desloca-se o objeto do preconceito, reforçando-se antigos estereótipos ou criando-se novos, inclusive por meio de arremedos, chavões e piadas grosseiras, tão ao gosto dos fazedores de ralé.

A estereotipia é um movimento reacionário, que consiste na atribuição de características fixas a alguém, geralmente a um grupo, como se essas representações lhe fossem iminentes,

desconsiderando-se o contexto, as particularidades e a riqueza das diferenças individuais.

Há uma diversidade de tipos de preconceitos, aos quais correspondem estereótipos diferentes. Como regra, a pessoa preconceituosa não se limita a um único modo, pois, o preconceito é uma espécie de paixão que se apodera dos egos. Existe como que uma predisposição emocional, que torna os indivíduos mais sugestionáveis, levando-os a incorporar os pressupostos elaborados pela cultura, muitas vezes como mecanismo inconsciente de defesa.

Quando a subjetividade se petrifica, o sujeito – individual ou coletivo – se anula e a frieza racional se instala como componente automático da atitude preconceituosa. O consenso alienado da população sobre assuntos dos quais não conhece realmente as origens – e os meandros político-ideológicos – chama-se senso comum. Para Marilena Chauí, essa massificação do modo de sentir e de pensar, quando cristalizada passa a formar o “sistema de preconceitos”.

Entendendo o processo, devemos estar atentos para o fato de que, ao contrário do que acreditávamos, a opinião pública (e, conseqüentemente, a nossa) não é construída por nós, mas tem sido sutilmente moldada por estratégias de poder. Infelizmente, este é um dado, como todos os condicionamentos a que estamos submetidos, sustentado com alguma colaboração de nossa parte, ainda que mínima e inconsciente.

Muitas vezes chegamos a nos comprazer, ainda que inocentemente, em incentivar estereótipos, como quando achamos graça em piadas que ridicularizam grupos discriminados (mulheres, negros, judeus, homossexuais). Patriarcal e dualista, nossa cultura está fundada no mito da superioridade masculina, que pretensiosamente desconsidera a necessária interdependência entre os gêneros, subestimando e discriminando literalmente a metade sem a qual a humanidade sequer existiria.

O tema é extremamente complexo e suas origens, na maioria dos casos, remontam a séculos e até a milênios. Bem a propósito é a consideração de Hannah Arendt, de que “somos prisioneiros das tradições que recalamos”. Aliás, vem da cultura grega nosso modelo linear de pensamento, responsável pela fragmentação dos saberes e pela competitividade – agravada, nos últimos séculos, pela vulgata do darwinismo – que ajudaram a acentuar as desumanas formas de exclusão social.

O preconceito está ligado a essa linearidade do pensar, que se torna repetitiva exatamente por exigir uma rigidez mantenedora

do *status quo*, um “andar sobre trilhos” que se apavora diante de novos procedimentos mentais e comportamentais. Se o raciocínio aristotélico, matemático, seqüencial, nos impunha leis como a da causalidade e do terceiro excluído, a enunciação de Descartes, ao separar corpo e mente, sedimentou bipolaridades ancestrais, como bem/mal, rico/pobre, vítima/algoz, simpatia/antipatia, apego/rejeição.

A primeira – bem/mal – serve como lema à mais recente e inusitada guerra de que se tem notícia, porque declarada contra um grupo suspeito de terrorismo, sediado em um país cuja soberania foi absolutamente ignorada. A última – apego/rejeição – também é extremamente atual, embora os antigos ensinamentos hinduístas já lhe atribuíssem a paternidade de todos os pares de opostos que caracterizam nossas emoções e, por isso, nossa maneira de pensar, como tantas outras perversões agitadoras da consciência.

A dicotomia bem/mal, que remonta às nossas origens, simbolizada na árvore edênica, retorna como a “bola da vez” após ser adotada pelo mais poderoso líder mundial, como mote para uma guerra de retaliação vingativa e preconceituosa.

Hoje, à lei do mais forte agrega-se a do mercado, que tem na globalização o grande agente de manutenção do *status quo*. Globalizam-se a pobreza, os preconceitos, a exploração de mão-de-obra, concentrando-se cada vez mais o capital em mãos de uma minoria privilegiada. A liberdade das pessoas atrela-se à situação econômica que desfrutam. O ser humano é o objeto que acompanha o seu dinheiro, pois que este é o sujeito para quem as portas se abrem.

O consumismo alimenta a exploração e retroalimenta o preconceito, que consumimos inadvertidamente, na voracidade de comprar mercadorias, na perspicaz visão de Eugênio Bucci. Mas como toda moeda tem duas faces, a “descoberta” de novos filões consumistas tem o condão de abrir algumas portas sociais e até jurídicas, levando segmentos ancestralmente discriminados, como homossexuais, negros e deficientes físicos, a vislumbrarem a possibilidade da cidadania.

A própria linguagem induz ao preconceito, especialmente os termos tidos como técnicos, utilizados pelas ciências médicas e jurídicas, como por exemplo a expressão “loucos de todo gênero”, nos quais se incluem indiscriminadamente todos os deficientes mentais. Aliás, a própria palavra “deficiente” traz embutida a noção de incompletude.

O problema engloba questões e experiências mal resolvidas interiormente, que têm origem numa herança tradicional autoritária que introjetamos. A este processo de absorção de condicionamentos, Edgar Morin chama *imprinting*. Essas impressões não se apresentam à luz de nossa consciência crítica, contaminando subrepticiamente os relacionamentos, traduzidos em monólogos inaudíveis pelas partes envolvidas, ou seja, ninguém ouve ninguém.

José Leon Crochik, professor de Psicologia Social e autor de uma tese sobre o tema, propõe a criação de um clima cultural geral que promova a importância do diálogo, destacando o relevante papel da família, sem subestimar a importância dos demais segmentos sociais de (in)formação. Não é outra a proposta da Associação Palas Athena, que mantém um grupo permanente de diálogo.

A questão é também educacional e, portanto, não prescinde do empenho de pedagogos, religiosos, militantes de ONGs, profissionais da mídia e, principalmente, da boa vontade das autoridades para promover políticas públicas de integração e incentivo à educação e cultura, a par de uma legislação anti-discriminatória mais eficaz.

Além disso, a meu ver, o caminho passa pela busca individual de autoconhecimento, sem o qual os homens jamais superarão o automatismo que caracteriza suas relações interpessoais. Reaprender a pensar e a conviver, imprimindo relevância à imprescindibilidade do diálogo e à aceitação da diversidade como fatores inalienáveis do desenvolvimento humano, são algumas das metas que se propõem para um melhor entendimento entre os homens.

THOT

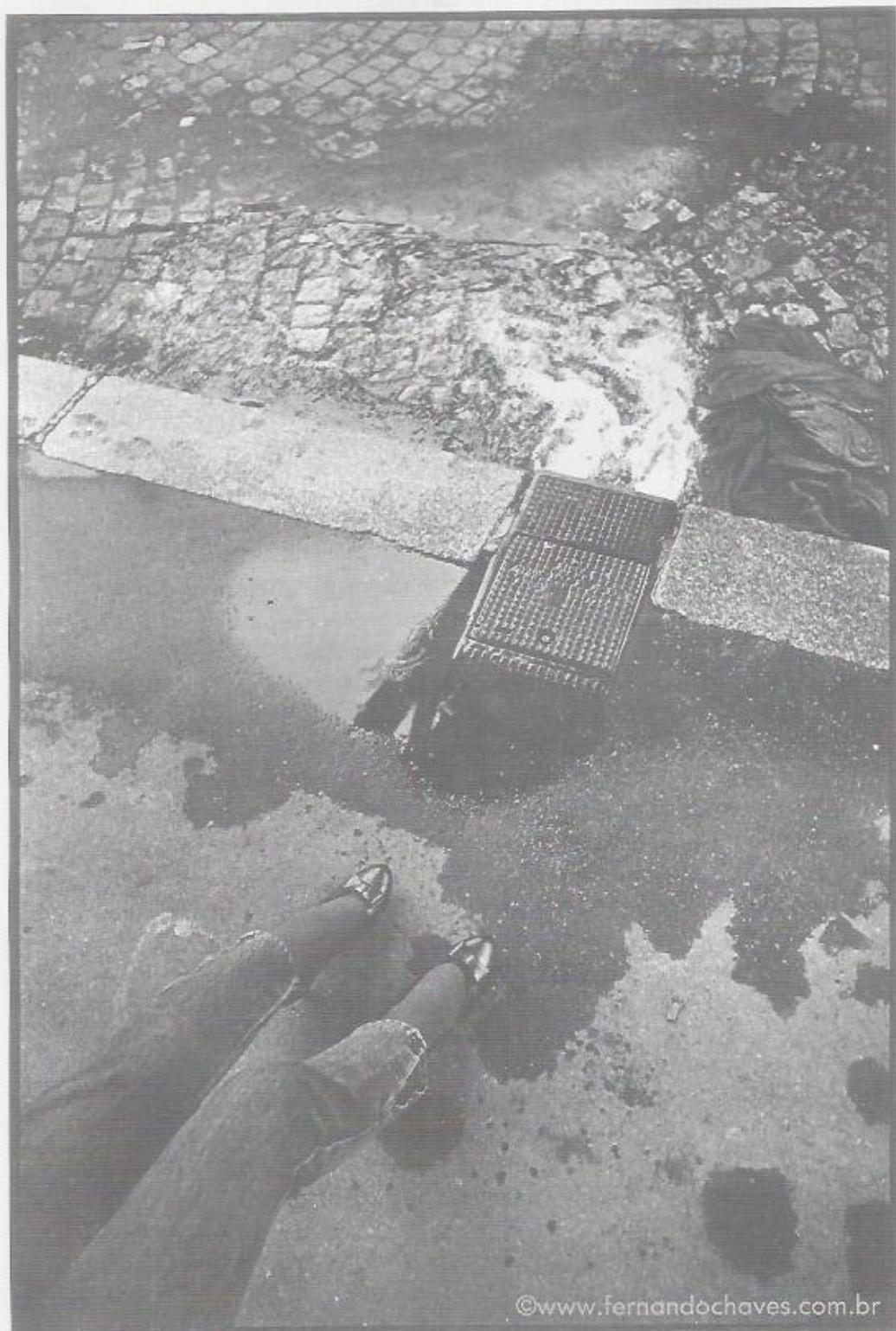
INDICAÇÕES DE LEITURA

LERNER, Júlio, (ed.). *O Preconceito*. SP:IOE,1996/1997.

UNGER, Nancy M. *O Encantamento do Humano - Ecologia e Espiritualidade*. São Paulo: Loyola,1991.

CROCHICK, José. *Preconceito - Indivíduo e Cultura*. São Paulo: Robe Editorial,

Este texto é edição atualizada de palestras sobre o tema, realizadas pela autora sob os títulos "Discriminação X Cidadania" e "Preconceito".



**ISABEL REBELO
ROQUE**

É editora de livros didáticos vinculada à Editora Ática e aluna da Associação Palas Athena.
isabel.rebello@atica.com.br

A NOÇÃO DO OUTRO E O FUTURO POSSÍVEL

**Alternativas práticas à exclusão
e à violência**



Cena 1: *Close* em matéria publicada no boletim *Valor Econômico*, em outubro de 2000, segundo a qual o Brasil ocupava, na época, o honroso 2o. lugar oficial em reciclagem de alumínio, apenas perdendo para o Japão. Na mesma matéria, a previsão otimista de que, a partir da experiência com as latinhas, a sociedade passaria a se interessar também pela reciclagem de outros materiais, como o vidro e o plástico.

Cena 2: longa tomada mostrando o rio Tietê abarrotado de peixes. Só que não são os peixes que costumamos ver em aquários ou nos espetaculares documentários dos canais da TV paga. Trata-se de peixes surrealistas, criados pelo homem moderno: as absurdas, ainda que práticas, garrafas PET.

Dois anos separam as duas cenas descritas acima. O que, no decorrer desses dois anos, foi feito em relação a cenas como a do rio Tietê? O que falta para que a sociedade se mobilize em torno da reciclagem dos plásticos do mesmo modo que se mobiliza em relação ao alumínio?

Mais uma vez, nos vemos diante de uma lei cruel do mercado. O valor pago por uma latinha de alumínio é muito superior ao que se paga por uma garrafa plástica. Ou seja: não há "valor econômico" na coleta e reciclagem dos plásticos. O Brasil não é vice-campeão de reciclagem de alumínio por uma questão de consciência ecológica, mas sim por uma contingência econômica.

Coletar latinhas passou a ser o meio de subsistência de uma expressiva parcela de brasileiros. Gente que, de outro modo,

estaria relegada a uma vida em condições miseráveis. Em última análise, a outra face da moeda da reciclagem não é a consciência ecológica, mas a pobreza.

Às duas cenas acrescentamos uma terceira: plásticos e mais plásticos ocupando prateleiras de supermercados. Embalagens requintadas que serão descartadas logo após a compra. Nelas estampado, em alto relevo, o código do tipo de plástico, para orientar a reciclagem: o passaporte para aquele consumidor que se julga ecologicamente consciente expiar sua culpa.

Corte rápido. Nesse ponto, esbarramos em duas questões de ordem ética: por que a mesma indústria que desova mais e mais materiais apenas *potencialmente* recicláveis não se faz responsável pela absorção – leia-se reciclagem – desses mesmos materiais? E por que não atribuímos a essa omissão o caráter que ela de fato tem: que estampar uma mensagem de “reciclável” sem efetivamente dar conta dos mecanismos desta é uma falácia, é propaganda enganosa?

Aqui cabe ainda outra pergunta: por que a sociedade se deixa, assim, manipular, ficando à deriva nesse oceano conturbado chamado mercado? O que falta para que tomemos o leme ou os remos dessa embarcação?

Talvez o que esteja faltando seja educação. Mas não falamos, aqui, de educação nos moldes tradicionais. É cada vez mais evidente que algo não está funcionando no modo como se ensina educação ambiental nas escolas. Promover atividades de coleta seletiva e reciclagem na escola – trocando latinhas por microcomputadores, isto é, um tipo de lixo por outro, a médio prazo – revela-se uma prática inócua se, ao final do dia, a criança ou o adolescente desaprende tudo numa simples ida com o pai ou a mãe ao supermercado.

Como poderá esse jovem reter ou elaborar qualquer mensagem recebida na escola, se, numa viagem com a família para o litoral, vê o pai abrir a janela do carro e atirar fora a latinha de refrigerante? (Aqui, aliás, nos vemos mais uma vez diante da estranha lógica dos dias de hoje: ao atirar a latinha para fora do carro, alguns de nós julgam estar favorecendo a prática ecológica, uma vez que esse ato facilitaria ao marginalizado o acesso a ela – seu meio de subsistência).

O problema é que nos acostumamos a ver o ambiente e o outro como entidades alheias a nós. Quando jogamos a latinha para fora do carro, ou colocamos o saco de lixo na rua, estamos

preservando o “nosso” ambiente imediato, o “nosso” patrimônio: a casa, o carro. O lixo que os olhos não vêem, a consciência não sente. Limpamos a nossa casa e seguimos felizes. Talvez seja essa a explicação para o fato de a educação ambiental vir se revelando tão inócua.

Talvez, também, por isso, se torna cada vez mais premente mudar o conceito que temos do que seja educação. Começar do começo e, em vez de oferecer respostas – entre outras, para a questão ambiental –, estimular crianças e adolescentes a fazer cada vez mais perguntas. A exemplo da imagem cômica que alguns fazem do pensar filosófico, passar o filme do fim para o começo e propor novas questões: o que é educação ambiental? o que é educação? o que é ambiente? o que são *dentro e fora*? que papel ocupa cada um de nós nesse contexto? o que significa esse “cada um” em nós?

Cada vez mais se evidencia, em face da degradação aparentemente irreversível do ambiente, que, muito antes da educação ambiental, precisamos é de educação humana. Ensinar e, ao mesmo tempo, (re)aprender o que somos nós, do que somos feitos. Perceber que somos constituídos da mesma matéria que constitui o “excluído” que se abaixa para recolher a lata que atiramos fora. A mesma matéria, também, que forma “esse tal de” ambiente, a Terra, o pó de estrelas que alguns chamam Gaia.

É urgente ensinar aos que estão chegando agora a (re)aprender o que sejam humanidade e valores éticos. E convém ressaltar que não se trata de ensinar a pôr em prática a máxima um tanto egoísta do “não fazer ao outro o que não queremos que façam a nós mesmos”.

Quando estabelecemos que o outro existe como *outro*, estabelecemos também que nada temos a ver com ele, que o que acontece a ele não nos diz respeito. Daí, só o que podemos fazer depois é correr atrás do prejuízo de termos colocado esse outro do lado de fora do nosso muro – junto com o nosso lixo.

É premente uma ação que sensibilize as pessoas para o fato de que, do ponto de vista da vida, não há o outro: há a humanidade como espécie e há todo e qualquer ser vivo como participante da teia da vida. Há o mesmo, o estarmos todos no mesmo barco – num mar que significa a nossa sobrevivência como espécie, e que transcende em muito a mediocridade e as imposições do mercado.

Para isso é preciso que existam vontade e instinto de autopreservação por parte da sociedade humana. A ciência não está aí apenas como tecnologia para desenvolver televisões e refrigeradores cada vez melhores. É imprescindível que se cobre dela a criação do antídoto, no momento mesmo em que cria o veneno. Se veio dela o plástico que entope os rios, que venha dela também a solução para o problema. Ou, então, que venha de nós a decisão de dizer *não* à comodidade suicida do uso do plástico.

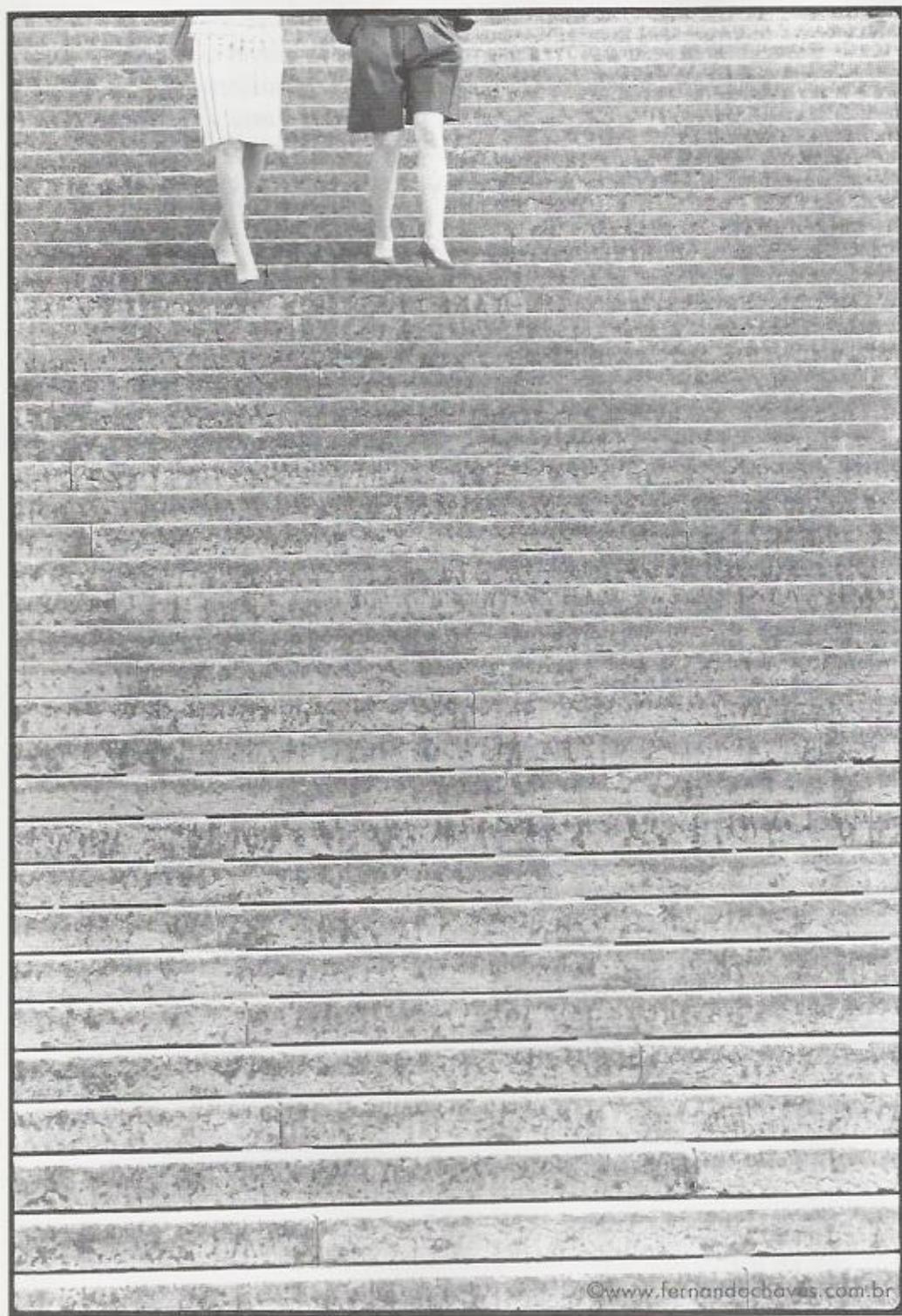
Ou será que, no final de tudo, cumpriremos não o vaticínio ingênuo da Cena 1, mas sim o destino previsto pela respeitada bióloga Lynn Margulis (uma das idealizadoras da teoria de Gaia, segundo a qual nosso planeta constitui um sistema que se auto-regula)? “Pessoalmente, acho que a preocupação com o ambiente é inútil. Porque o que as pessoas irão fazer é se reproduzir, se reproduzir e se reproduzir. E aí elas destroem terras para construir casas e carros para os seus filhos. Mas o ambiente e o sistema de Gaia continuarão. Só que sem as pessoas” (Lynn Margulis).

Está em nós a capacidade de mudar essa previsão. Façamos por merecer o direito a continuar neste barco. **THOT**

TEXTOS CITADOS

“Brasil vai tornar-se campeão de reciclagem”. *Valor Econômico*, 26 out. 2000.

“Biologia sem fronteiras”, entrevista de Lynn Margulis a Isabel Gerhardt. *Folha de S.Paulo*, 15 abr. 2001.



EVANDRO SANGUINETTO

Coordena o projeto Semeador de Belezuras. Trabalha com Educação Ambiental e Social junto a crianças e adolescentes. Ministro Oficinas de Sensibilização Sócio-ambiental para adultos, principalmente professores.

EVOLUÇÃO DA CONSCIÊNCIA



A evolução da ciência e tecnologia vem acontecendo em escala exponencial, acompanhada de uma outra revolução, muitas vezes silenciosa, que acontece ao largo do pensamento racional, linear, cartesiano, mecanicista. Embora com dificuldades em reconhecê-lo, a consciência que a humanidade tem de si mesma e do universo do qual faz parte vem evoluindo na mesma proporção ou, talvez, numa amplitude ainda maior.

Nas savanas africanas, há 4,5 milhões de anos, nossos ancestrais mais remotos lutavam contra o meio para se manterem vivos. A sobrevivência em meio a adversidades (clima, tempo, predadores, busca de alimentos, etc.), moldou um forte instinto de sobrevivência: prevenção e/ou respostas rápidas eram a chave para a manutenção da vida.

Vida pessoal. Comer, beber, dormir e procriar eram, então, as forças mais presentes na incipiente consciência individual. Olhar para o próprio umbigo e viver em função disso era garantia de vida. A lei consistia em garantir um território para alimentação e reprodução, em que o outro era visto como rival, inimigo, caça ou predador. Guardamos essa época em nossa evolução individual, como a criança recém-nascida que reconhece apenas a si mesma e suas necessidades de comida, bebida e sono.

Permanecemos nesse estágio durante milhões de anos, interagindo com o meio, aprendendo, incorporando geneticamente esse conhecimento, aprimorando técnicas de sobrevivência. À medida que evoluía a compreensão de si mesmos e do

meio, vagarosamente nossos ancestrais foram passando a uma segunda etapa de evolução.

Há 1,5 milhão de anos surgiu o *Homo erectus*, hominídeo capaz de se agrupar para a caça, embora ainda de maneira rudimentar e pouco eficiente. No entanto, esse início de agrupamento para uma atividade coletiva indica uma mudança significativa em termos evolutivos: a consciência de si mesmo se expande para a percepção do outro como um parceiro, não apenas um inimigo, mas um possível igual. A consciência individual há milhões de anos estabelecida, inicia a percepção do coletivo, algo muito mais que apenas instinto – uma opção de trabalho em grupo que facilitava a sobrevivência comum.

Há 800 mil anos, o *Homo heidelbergensis* já é bem mais parecido conosco. O trabalho em grupo por comida, segurança e cuidado indica um salto evolutivo e de consciência já estabelecido: a percepção do outro como ser próximo, diferenciado, com existência própria e individualizada.

O universo de percepção de si mesmo se expande para o grupamento próximo, com o reconhecimento dos iguais entre os membros de uma mesma família. Mantêm-se, porém, outros grupamentos como distintos. Reproduz-se assim um conhecimento e aprendizado de milhões de anos: a visão se amplia do eu individual para o coletivo, embora restrito aos entes mais próximos, pertencentes a uma mesma família. Na evolução da criança, esse estágio poderia ser representado pelo reconhecimento da mãe, pai e irmãos como entes diferenciados, cujas necessidades também têm de ser atendidas.

Passam-se outros milhares de anos. Há 40 mil, surge o *Homo sapiens* moderno. A confecção de instrumentos musicais, arcos, flechas e pintura em cavernas são determinadas por uma estrutura cerebral bastante diferenciada em relação a seus antepassados. Isso se concretiza com o surgimento dos primeiros povoados e, há 10 mil anos, a domesticação dos animais e a agricultura.

Em termos evolutivos isso significa um novo salto de consciência: além do si mesmo e dos familiares (o outro mais próximo), existe agora o outro mais distante, sem laços de sangue, sem a proximidade da família. Reconhecer no outro habilidades, capacidades, potencialidades e talentos próprios abre caminhos para a vida em sociedades mais amplas: tribos, aldeias, cidades, povos, nações, Estados nacionais, comunidades regionais.

No paralelo com a evolução da criança, surge agora a pessoa inserida na sociedade (por meio da escola, por exemplo),

percebendo o outro como alguém dissociado da própria família, pertencente a outro núcleo familiar, com necessidades, interesses, conhecimentos e práticas distintas.

Na evolução das espécies, a busca da manutenção da vida implicou e implica estratégias as mais diversas. Mesmo no nível instintivo, o ser reconhece que em determinados locais o alimento é abundante e em outros escasso. Com o desenvolvimento do neo-córtex, dos processos cognitivos, da descoberta de si mesmo como ser diferenciado do meio, o humano logo tomou consciência desse fato e adotou estratégias para minimizá-lo.

Em relação aos alimentos e à água, a descoberta ou manutenção de locais de abundância permitia a coleta, fixação e/ou transporte para locais de escassez. A sucessão das estações, o regime de chuvas e cheias intercalavam uma e outra. A territorialidade garantia o acesso ao abundante e o uso da força a sua manutenção. O acúmulo, a previsão, a guarda e a provisão garantiam abundância mesmo em tempos de escassez, e os excedentes garantiam as trocas. Logo o comércio se estabeleceu. Como pano de fundo, a competição e as guerras.

O imperativo aqui é a manutenção pessoal num primeiro momento, familiar depois, grupal logo a seguir, entendido este num sentido mais amplo, de diferentes famílias unidas por interesses comuns: as tribos, cidades, nações, países, sociedades.

No fundo, a economia se baseia nisso. A noção de escassez diz que algo que se utiliza sempre, um dia acaba. O petróleo um dia vai acabar e, quanto mais perto desse dia chegamos, mais caro ficará o produto – é a lei da oferta e procura. Para o pensamento linear baseado na escassez, nada mais correto.

Com o tempo, nas trocas entre indivíduos, povos e nações adotaram a moeda. E o dinheiro, como forma de valorar e mediar, assumiu a simbologia de poder que se vê nas próprias moedas de alguns países, equiparado à divindade: “In God we trust” e “Deus seja louvado”.

A riqueza e diversidade naturais passaram a ser transformadas em riquezas materiais, na forma de ouro – moeda que pode ser facilmente acumulada, trocada e poupada para os períodos de escassez. Nos dias de hoje, nem mesmo da moeda necessitamos, pois parte dessa riqueza existe apenas sob a forma eletrônica, viajando pelo planeta ao ritmo de 1,5 trilhão de dólares por dia.

Dinheiro puramente especulativo, sem nenhum lastro no mundo real. Dinheiro obtido pela transformação predatória dos

recursos naturais em moeda virtual, com custos altíssimos não considerados na contabilidade dos indivíduos, empresas e nações – o chamado passivo ambiental.

Em 1776, Adam Smith publicou seu famoso estudo *A Riqueza das Nações*, em que defende que o livre mercado se auto-regula e a competição e a ausência de controles governamentais garantem que o indivíduo, ao perseguir seus próprios interesses, produz os bens mais necessários à sociedade. Inaugura ou coroa assim, no Ocidente, o individualismo, a competição, a lei do mais forte, o “levar vantagem em tudo” como regras fundamentais do mercado.

Pouco depois, em 1789, a Revolução Francesa encerra a Idade Moderna e inaugura a Idade Contemporânea com o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

É interessante notar que o individualismo e a competição são compatíveis com a liberdade de mercado, mas não com a fraternidade. A questão da igualdade ficou por conta, no mercado, do direito a consumir o igual, o padronizado. Surgiram então os iguais, os normais, os normalizados, os normatizados, os normóticos da sociedade de consumo.

O final da década de 1950 e a década de 1960 transformam radicalmente a visão que temos de mundo. Em 1957, a União Soviética lança o *Sputnik I*, primeiro satélite artificial da Terra. Logo a seguir os Estados Unidos, por meio do *Explorer 6* (1959) mostra ao mundo as primeiras imagens do planeta, transmitidas do espaço, por televisão. Em 1969 o pouso da *Apollo 8* leva os primeiros humanos a pisar o solo da Lua.

A visão da Terra, a partir do espaço, deu-nos a percepção de que estamos todos em uma mesma nave-mãe, local de origem, vida e transformação de todos nós, com fronteiras políticas ilusórias, construídas ao longo das eras pela consciência limitada por um ponto de vista restrito que agora se amplia.

Vista do espaço, a Terra sinaliza para a existência de uma única humanidade, que compartilha um único mundo com todas as formas de vida nele contidas. O outro se amplia para além da sociedade humana. Percebemos claramente a interconexão desta com as demais formas de vida planetária, os recursos compartilhados, as riquezas e experiências de cada individualidade. Tudo isso compõe um planeta/ser-vivo a que demos o nome GAIA. Como possibilidade de raciocínio, temos um planeta que se individualiza, que inicia a percepção de si mesmo – como os humanos fizeram há milhões de anos.

O desenvolvimento da ciência e tecnologia tem-nos levado ainda mais distante. Em 1990 foi lançado ao espaço o telescópio Hubble. Captando imagens cada vez mais longínquas do Universo, transformamos essas imagens em conhecimentos cada vez mais impressionantes. Nosso olhar adquiriu a capacidade de ver o início dos tempos, as fronteiras do espaço. Transformou em realidade a viagem ao passado através de incontáveis eras e até o provável começo de tudo. E possibilitou prever viagens ao futuro, aprendendo sobre a evolução de outros sistemas e planejando nossa ida às estrelas.

Ao olharmos para fora de nosso sistema solar, para as galáxias, aglomerados de galáxias – centenas de bilhões delas, cada qual com centenas de milhões de estrelas –, percebemos que fazemos parte de uma dança cósmica; que somos parte de um todo infinitamente maior que nosso próprio umbigo terreno; que outros como nós, portadores de vida e consciência, podem, estatisticamente, existir em grau semelhante, inferior ou superior de evolução.

Indícios vindos de Marte, trazidos por um meteorito encontrado na Antártica, fizeram a NASA divulgar, em agosto de 1996, a possibilidade de existência de vida no planeta vermelho mais ou menos à mesma época do surgimento da vida na Terra. Experimentos científicos relacionados a cometas têm descoberto aminoácidos e cadeias carbônicas que sugerem a possibilidade de vida – e num sentido muito mais amplo do que suspeitávamos.

Em outras palavras, cresce na comunidade científica a possibilidade de que a vida seja algo inerente à própria concepção do Universo, que a possibilidade de vida tenha nascido junto com o nascimento do Universo. Se assim for, não estamos sozinhos, separados do todo: somos parte de uma complexa cadeia de eventos de vida e consciência que ainda estamos longe de compreender.

Como somos parte do sistema vivo do planeta Terra, talvez também ela, pertencente a um sistema maior, faça parte de uma galáxia e um universo plenos de vida e consciência auto-reflexiva.

A conclusão inevitável de todas essas possibilidades é que nossa visão de mundo, a visão que temos de nós mesmos e da relação que guardamos com a totalidade, está mudando. E vai mudar ainda mais radicalmente nos próximos anos e décadas, intensificando uma espiral de conhecimento e auto-conhecimento da humanidade em relação a perguntas cada vez mais próximas

(e, paradoxalmente, mais distantes) das respostas: de onde viemos? quem somos? para onde iremos?

A mudança de estágios de conhecimento e autoconsciência vem se acelerando ao longo do tempo e despertando a humanidade para um universo inimaginável. Naquilo que chamamos evolução da consciência, podemos até agora reconhecer cinco dimensões:

- *Primeira Dimensão*: instinto. Universo do Eu Único, centrado em si mesmo e na realização de suas necessidades básicas de comida, bebida, sono e reprodução, instinto. Evolução: últimos 4,5 milhões de anos.
- *Segunda Dimensão*: família. Universo do Eu Próximo, centrado na família e na realização de necessidades coletivas restritas ao núcleo familiar. O outro diferenciado do si mesmo, mas como sua extensão próxima. Paixão, emoção, cuidado, carinho, ternura, apego, posse, medo, emoção. Evolução: últimos 1,5 milhão de anos.
- *Terceira Dimensão*: sociedade. Universo do Eu Social. É mais amplo. Contemplando os outros como grupamentos de famílias distintas, interligadas por interesses, conhecimentos, valores, língua e cultura semelhantes, aglutinadas em povos, nações, estados. Razão Concreta: originou a ciência e tecnologia. Evolução: últimos 10 mil anos.
- *Quarta Dimensão*: sociedade planetária, Eu Planetário. O outro é reconhecido para além da própria espécie e visto com direitos iguais em relação à vida e à evolução. É um parceiro na jornada comum. Todos são abrigados por uma mesma casa, um mesmo planeta: a teia da vida, o ser vivo Gaia. O amor incondicional ou razão abstrata dá origem às redes virtuais de comunicação e ação (Internet, trocas globais). Evolução: últimos 40 anos.
- *Quinta Dimensão*. Observação de outros mundos, viagens a outros planetas, descoberta de outras formas de vida e contato com possíveis civilizações planetárias. A teia universal de vida e consciência promove intercâmbios entre diferentes mundos e culturas. O outro é visto como uma unidade planetária, parte de uma mesma humanidade. Sociedade galáctica, Eu Galáctico. Vida no espaço e colonização de outros planetas.

Evolução: últimos 10 anos e futuro imediato (próximos 20 anos, talvez).

O foco do crescimento e desenvolvimento da produção de riquezas, mesmo com todo crescimento e desenvolvimento da ciência e tecnologia e da compreensão e consciência humanas, tem sido a noção inicial da escassez.

Embora pareça utópica, a possibilidade de pensarmos e fazermos diferente existe e é cada vez mais presente. Na física atual estuda-se o Campo Zero, local de origem da matéria a partir do “vazio”, do “vácuo quântico”.

Talvez nossa história pudesse ter sido diferente se houvéssimos escolhido – ou tivéssemos a possibilidade de ter escolhido – como foco de nossa atenção a abundância no lugar da escassez. Uma nova-economia tomaria o lugar da antiga, dessa vez com ênfase na abundância, para promover o equilíbrio com a falta, a escassez.

Como resultado desse centramento, poderíamos ter o desenvolvimento do comércio com a visão de equilibrar a escassez sazonal ou regional com a abundância presente em outro espaço-tempo. A promoção do bem comum, da generosidade, da partilha, do compartilhar, da promoção da paz, poderiam ser a tônica das relações entre pessoas, famílias e sociedades.

É possível que esse local, esse vazio pleno de possibilidades de onde tudo emerge – como sugerem a física atual e as tradições – exista muito perto de nós. Talvez seja mesmo uma função ainda não compreendida ou desenvolvida de nossa mente. Talvez seja uma questão de escolha, de olhar, de decisão pessoal e coletiva vivermos segundo leis de escassez ou abundância.

Portadores do livre-arbítrio, talvez seja nossa – e só nossa – a responsabilidade de escolher e construir o mundo em que queremos viver. E como seria essa economia da abundância?

Essa parece ser uma pergunta cuja resposta merece novas investigações. Não porque não possamos obter, por meio da ciência, da tecnologia e mesmo das tradições ancestrais, muitas das respostas. Mas a crise, como sabemos, não é de cunho técnico ou científico. Ela é antes de tudo uma crise de valores, de conceitos, de pensamentos. É uma crise humana.

Estamos mudando de estado de consciência. Cientistas e técnicos nos fazem ampliar a visão que temos do Universo e as possibilidades de interagir com ele. Cada vez mais numerosos,

grupos humanos buscam a cooperação entre os povos e a evolução da consciência.

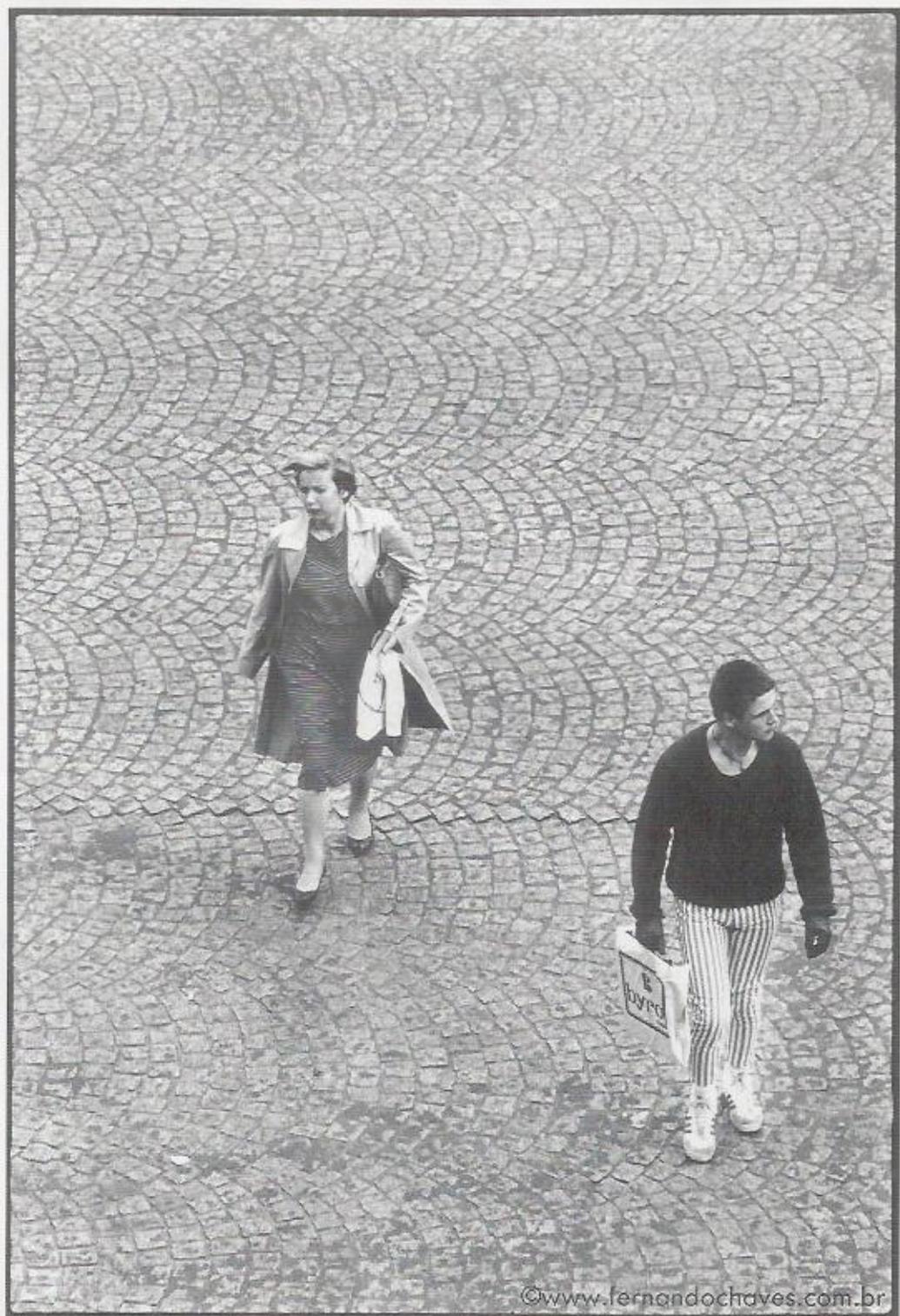
Algo extraordinário vem acontecendo na história da humanidade e estamos dando pouca importância a esses acontecimentos. Mudanças profundas estão em curso e precisamos estar atentos a elas, acompanhá-las, assumir um papel ativo em sua evolução e desdobramentos. Como daremos rumo a essa história, como construiremos o amanhã? A escolha é sempre nossa, e nossos filhos e netos colherão os frutos das sementes que plantarmos.

Entre as inúmeras possibilidades, uma parece muito atraente. Presos às visões acima, incluídas na Primeira, Segunda e Terceira Dimensões expostas, convivemos cotidianamente com a possibilidade da escassez, o que nos leva à competição, guerras, violência. Sob a perspectiva da *Quarta Dimensão*, é possível assumir uma postura diferente: a escassez não seria um problema, pois a Terra pode suprir as demandas individuais por meio dos excedentes.

A questão central é a distribuição dos bens, alimentos e serviços – da riqueza que construímos e acumulamos pelo gerenciamento com base na escassez (o conceito de economia está enraizado na crença da escassez). Finalmente, pela perspectiva da Quinta Dimensão, tem-se a idéia de que o padrão poderia ser a abundância. **THOT**

Este texto é parte da referência teórica para as práticas, atividades, vivências, cursos, oficinas e palestras desenvolvidas pelo autor.

Contato como autor: evandrosanguinello@hotmail.com



©www.fernandochaves.com.br

LÉLIO LAURETTI

É consultor financeiro em São Paulo.

Este texto é a edição de uma palestra por ele proferida no Auditório da BOVESPA, em 2001.

RELATÓRIO SOCIAL: AÇÕES OU RESULTADOS?

Ética e responsabilidade social nas organizações: uma análise crítica



Mais uma vez, abordo o tema Relatório Social. Como fiz em ocasiões anteriores, gostaria de chamar a atenção para alguns pontos que devem ser ponderados.

Em primeiro lugar, o fator franqueza deve merecer maior atenção. Sabemos que, mesmo nas melhores empresas do mundo, há frustrações de metas, problemas imprevistos, dificuldades já diagnosticadas mas ainda não superadas, ou seja, uma série, ainda que pequena, de aspectos aparentemente negativos. Se isso é verdade, deve-se concluir que um relatório no estilo “tudo azul” é necessariamente um relatório incompleto.

Em segundo lugar, é importante que as empresas falem mais sobre suas *metas*. É difícil entender uma exposição de estratégias sem referências a *metas*. Não estou falando de *projeções* ou de *estimativas*. Warren Buffett diz sempre que projeções não lhe interessam, porque até hoje ninguém conseguiu prever os acontecimentos realmente importantes de nossa história, como, por exemplo, a amplitude da guerra do Vietnã, os choques do petróleo, o desabamento do império soviético. Temos exemplos ainda mais gritantes e muito recentes. Diferentemente de *projeções*, as *metas* são indicadores de direção e não têm a conotação de compromissos.

Em terceiro lugar, acho que nossos Relatórios Sociais, ou Balanços Sociais, estão mais focados em ações do que em resultados. É de inteira justiça reconhecer que os relatórios sociais são um dos capítulos de nossos relatórios anuais que melhor evolução têm apresentado em quase todas as empresas, e vou ficar muito feliz em vê-los ainda melhores nos próximos anos.

O Relatório Social é, sem dúvida, o estágio mais avançado no processo de comunicação externa da empresa moderna. Partindo da simples divulgação das demonstrações financeiras, o relatório anual foi se enriquecendo passo a passo, incorporou a análise dos fatores externos, como mercado e conjuntura econômica, que influenciam poderosamente os resultados, e incluiu a dimensão "futuro".

Deixou de ser puramente retrospectivo, passou a abordar temas da atualidade, como desenvolvimento tecnológico, planejamento estratégico, globalização, produtividade, inovação, etc., e ampliou admiravelmente seus horizontes com o Relatório Social. Neste se desenham quatro ângulos básicos: a) geração de riqueza (DVA); b) a empresa e o meio ambiente (relatório ambiental); c) aspectos humanos da organização; d) a responsabilidade social da empresa.

Com base no conhecimento que todos temos do poder e da influência que as empresas exercem em nossa sociedade, particularmente na ocidental, somos tentados a partilhar o otimismo de Francis Fukuyama, ao enxergar na sociedade capitalista, democrática e liberal, "O Fim da História e o Último Homem". Algo que se a gente tentar melhorar estraga...

Mas não é bem assim. Há um outro lado da moeda nesse "tudo pelo social". A geração de riqueza é mais do que um objetivo: é uma obrigação da gerência e, ao aumentar nossa capacidade de agregar valor, estamos também contribuindo para o crescimento da riqueza nacional; o objetivo mais imediato, porém, é criar valor para o acionista. O país ganha por tabela.

As iniciativas no campo da defesa do meio ambiente, em sua maioria, vieram de fora, sob a forma de imposições das agências reguladoras e sob pressão da opinião pública. Esse foi o primeiro estágio. Evoluímos já para o segundo estágio, em que as empresas tomam iniciativas espontâneas, particularmente na área da educação, para criar uma "consciência ambiental".

No que se refere ao relacionamento com empregados, hoje preferencialmente chamados de "nosso pessoal", "nossos colaboradores", "nossa gente", temos um paralelismo de exemplos: alguns, muito dignificantes, de respeito pela pessoa humana; outros, deprimentes, de hipocrisia explícita. Condições de remuneração impostas pelo mercado de trabalho, em que os mais capazes têm, a cada dia, mais opções, são rotuladas de liberalidade ou magnanimidade. Há um jeito muito prático de a empresa

demonstrar o êxito de sua política de pessoal, por meio do respectivo índice de rotatividade.

Mas é no capítulo da *responsabilidade social* que quero me alongar um pouco. Primeiro, recomendando a leitura de dois livros fascinantes: *A História da Arrogância*, de Luigi Zoja, e *As Paixões do Ego*, de Humberto Mariotti. Se mergulharmos no tempo, para 2.500 anos passados, vamos encontrar, na Grécia de Sócrates, Platão, Aristóteles, Sófocles e outros nomes de igual calibre, uma sociedade em que o lema central, inscrito até nos oráculos, era “nada em excesso!”: tudo o que o homem faz em excesso é invasão do domínio dos deuses, e tem conseqüências danosas para o transgressor.

Lembram-se dos conselhos que Ícaro recebeu do pai, ao partir para o seu vôo solo inaugural? “Não voe muito baixo, porque as gotas de água do mar impregnarão as penas de suas asas, que ficarão pesadas e provocarão a queda. Não voe muito alto, porque o calor do sol derreterá a cera que liga as asas ao seu corpo, elas se desprenderão e você cairá no mar”. Não deu outra: Ícaro se entusiasmou e, literalmente, começou a “voar muito alto” (expressão que usamos até hoje); a cera se derreteu e ele caiu ao mar.

Vinte e cinco séculos depois, o lema, em grande parte da sociedade ocidental, é “tudo em excesso e quanto mais melhor”. “Tudo” quer dizer tudo mesmo: comida, dinheiro, sexo, fama, conforto, etc. Até aqui, nada de surpreendente. Pode ser mesmo que, como sociedade, estejamos muito melhores que os gregos daquela época. Acontece que a “sociedade do excesso” tem alguns subprodutos muito incômodos e indesejáveis. Vamos identificar alguns.

O primeiro que me ocorre é que se criou um falso conceito de *elite*. Aprendemos com Ortega y Gasset que, em todos os países, em todas as épocas, em todas as camadas sociais, *elite* é aquele grupo de pessoas que trabalham o tempo todo na construção de um mundo melhor. Portanto, há *elite* entre operários braçais, entre professores, executivos, funcionários públicos, faxineiros, etc. Basta que eles, no âmbito de sua atuação possível – em casa, no trabalho, na sociabilidade, no lazer –, estejam construindo um mundo melhor.

Portanto, classificar de elite as pessoas de maior fortuna é uma distorção gritante, se essas pessoas não estiverem também preocupadas em erigir uma sociedade mais justa. Na prática, se

um idiota pobre ganha na Sena, a única mudança é que teremos um idiota rico. Nada mais.

Outro subproduto facilmente identificável é que o lema “quanto mais melhor” cria uma legião de insatisfeitos, habilmente conduzidos pelo marketing a desvalorizar “o que se tem” para eleger, como meta, “o que não se tem”. Fico pensando, com meus botões, que diferença pode haver na vida de uma pessoa que tem um bilhão e dólares, e de outra que tem dois bilhões de dólares (há quase 500 bilionários no mundo de hoje, dos quais quase dois terços estão nos Estados Unidos. Milionários – em dólares, é claro! – há mais de 7 milhões, e a proporção de norte-americanos é parecida).

É curioso como essa falsa elite valoriza os símbolos. Veja, por exemplo, a caneta-tinteiro; para que serve hoje, além de assinar cheques e outros documentos? E qual a diferença entre minha assinatura com uma Bic, com uma Parker de ouro ou uma Mont Blanc?

Não nos esqueçamos de que estamos revogando uma lei básica da Economia, a de que valor deriva de escassez. Na “sociedade sem limites”, pretende-se igualar *valor* com *abundância*, o que é um enorme contra-senso. Não é à toa que o principal acionista da rede de sorveterias Friendly’s, com mais de 80 anos de idade, já está no 22º Rolls Royce, e não pretende parar por aí...

Há outros subprodutos desse tipo de visão de mundo, como o isolacionismo, o narcisismo, a insensibilidade em face de qualquer problema que não nos atinja diretamente e assim por diante. Mas há um deles que deve chamar muito especialmente a nossa atenção: a perda da *auto-estima* e do *sentimento de dignidade*. Façamos aqui uma pequena quebra na linha de exposição para falar de um livro que, para mim, é o melhor relatório social que já foi publicado: *O Banqueiro dos Pobres*, do Prof. Muhamad Yunus.

A ação se passa em Bangladesh, um dos países mais miseráveis do mundo. São 120 milhões de habitantes em 144 mil quilômetros quadrados (o Uruguai tem 3 milhões de habitantes em 189 mil quilômetros quadrados)! Milhares de vidas, amontoados de pessoas, especialmente crianças, lutam dia e noite pela comida, já que a fome é a principal *causa mortis*.

As mulheres são particularmente vitimadas, porque os maridos têm o direito de repudiá-las e, quando isso acontece, as próprias famílias não as aceitam de volta, porque mulher repudiada pelo marido não merece o respeito da família.

A experiência do Prof Yunus e de um grupo de amigos foi identificar vocações e capacidades de trabalho nas pessoas relegadas aos níveis mais baixos da escala social. Um engraxate, por exemplo, que precisa de uma caixa e não pode comprá-la, se submete a uma "parceria" com um "atravessador" que lhe empresta uma, em troca de 50% da renda do dia. Ou uma mulher que, se dispusesse de algumas centenas de *takas* (alguns dólares, apenas), poderia fazer e vender roupa, doces, móveis de bambu e coisas do tipo, mas que acaba caindo nas mãos dos "atravessadores", a quem entrega o fruto de seu trabalho em troca de alguns centavos.

O Banco Grameen é uma experiência comovente que já está, felizmente, sendo reproduzida em vários países, inclusive no Brasil. Sua forma de atuação difere radicalmente do que estamos acostumados a ver como atividade bancária. Em primeiro lugar, as pessoas não vão às agências: é o banco que as procura em suas pequenas comunidades. Em segundo lugar, você precisa provar que é miserável; caso contrário, não se qualifica para o financiamento.

Não há garantias de qualquer espécie. As prestações são semanais, na base de alguns centavos de dólar, e os prazos são longos. Os empréstimos raramente superam a casa dos 50 dólares. Ao longo de seus 25 anos de existência, o Banco Grameen já atendeu 12 milhões de pessoas, cerca de 10% da população de Bangladesh.

Com a independência financeira, as pessoas se libertam da caridade, das esmolas, e passam a alimentar e vestir a si e a seus filhos. A primeira consequência é o retorno do sentimento de auto-estima, de dignidade; a segunda é a antecipação de uma "sociedade de autônomos" – que parece ser uma direção para a qual o mundo ocidental está caminhando.

Acabo de tocar num ponto extremamente sensível. Sem *auto-estima* não há *estima* por ninguém. No Evangelho, a regra de ouro é "amar o próximo como a si mesmo". No mundo dos negócios, a regra de ouro é "quem tem o ouro faz a regra"...

Nada a estranhar, nos crimes em que vidas são ceifadas, cruelmente, em assaltos ou brigas estúpidas nos bares ou no trânsito. Quem mata não se estima: como poderá estimar qualquer outro? Não tenho dúvidas de que o principal fracasso dos sistemas prisionais decorre de sua incapacidade de restaurar os sentimentos de dignidade e auto-estima. Ao contrário, acentuam a falta deles.

Qual o papel dos meios de comunicação nesse quadro global? Um mundo de tão gigantescas desigualdades só se sustenta enquanto os grandes contingentes de menos favorecidos não tomam conhecimento de sua própria situação e não dispõem de termos de comparação.

Em face da magnitude do problema, não há perspectivas de solução por meio, apenas, de filantropia (os países desenvolvidos só destinam 0,5% da renda nacional, por ano, para "ações humanitárias"). Cabe, portanto, aos meios de comunicação criar a consciência generalizada da realidade em que vivemos e valorizar as medidas de efeito profundo e duradouro.

A "produção de celebridades", a ênfase exagerada no "sucesso", a exploração da vaidade e do narcisismo, podem agir em sentido contrário. Cabe a nós, e às nossas empresas, trabalhar com objetividade para desenvolver os sentimentos de *auto-estima* e de *dignidade*. Não estou propondo uma campanha para reformar o mundo. Sabemos que nossa capacidade de mudar as coisas é muito limitada. Mas devemos fazer tudo o que podemos, pouco ou muito.

Minha sugestão é que, ao desenvolver seus programas de ação social, as empresas dêem maior atenção aos *resultados*. Alguns são por demais passageiros, como a distribuição de alimentos ou de roupas, apesar de necessários. Mas são as iniciativas que recriam o amor-próprio, a auto-estima e o sentimento de dignidade que devem receber o nosso maior empenho.

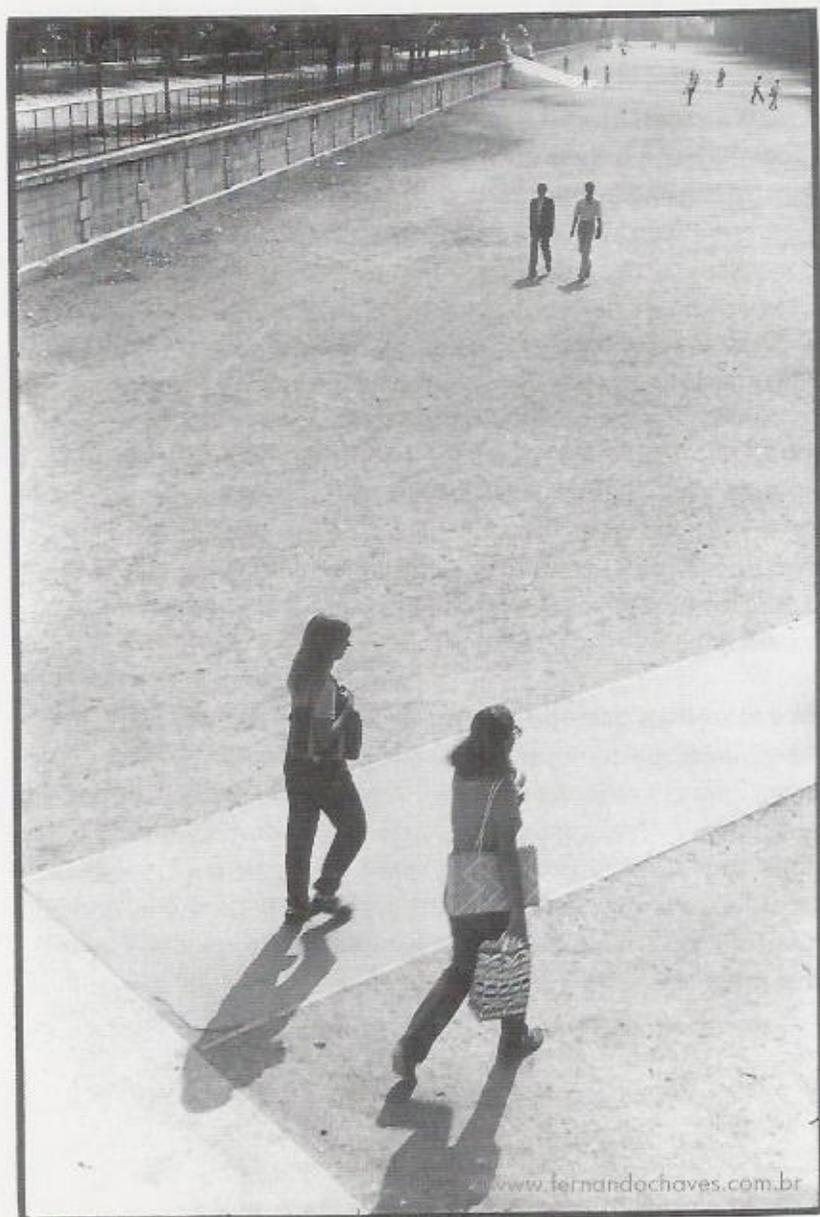
Programas que divulguem as artes apontam na direção de um entendimento maior entre as pessoas, porque as artes são uma linguagem universal, que fala a todos os povos, de todos os lugares e de todas as épocas. O ensino de línguas também facilita a compreensão entre pessoas de origens diferentes, e a compreensão substitui a desconfiança, o isolacionismo. Intercâmbios culturais e ações sociais conjuntas caminham na mesma direção.

Há conceitos que merecem ser carinhosamente cultivados e trabalhados. O de necessidade é um deles, porque foi esquecido pela "sociedade sem limites". A revalorização do conceito de *necessidade* tem um efeito direto e palpável contra um dos demônios de nossa civilização, que é o *desperdício*. Desperdício de tudo, mas especialmente de inteligências, que se dedicam vidas inteiras a uma única tarefa, nem sempre gloriosa, que é a de ganhar dinheiro.

O de *cooperação* é outro conceito a valorizar, especialmente porque substitui o de rivalidade. Era grande a diferença entre os torneios olímpicos e as lutas entre gladiadores. Naqueles, todos se empenhavam em vencer, mas os vencidos eram os primeiros a saudar os vencedores. Nas arenas romanas, a vitória só era completa quando o vencedor eliminava o vencido (algo a ver com a nossa concorrência?).

Resumindo: cabe a nós e às nossas empresas – elite verdadeira que nos propomos a ser – orientar e multiplicar nossas ações pelos conceitos que, provavelmente, são fundamentais para a criação de um mundo melhor: necessidade, cooperação, entendimento, confiança, solidariedade, auto-estima, dignidade. Eles são os grandes diferenciais de um relatório social que não se restringe a desfilas ações, mas coloca os resultados como sua verdadeira meta.

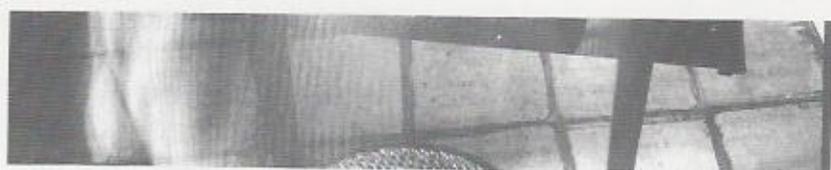
THOT



**UBIRATAN
D'AMBROSIO**

É matemático,
Professor Emérito
da UNICAMP (São
Paulo) e consultor
da UNESCO e das
Organizações dos
Estados Americanos
(OEA).
E-mail: ubi@usp.br

EDUCAÇÃO PARA A PAZ



UMA CONCEITUAÇÃO DE PAZ

A problemática de paz deve ser o centro de nossas reflexões sobre o futuro. Violações da paz não se resumem em confrontos militares, que são as guerras. Na verdade, a paz é um conceito pluridimensional. Nosso objetivo deve ser atingir um estado de paz total, sem o que o futuro da humanidade estará comprometido.

Por paz total entendo a paz nas suas várias dimensões: a) a interior – estar em paz consigo mesmo; b) paz social – estar em paz com os outros; c) paz ambiental – estar em paz com as demais espécies e com a natureza em geral; d) paz militar – a ausência de confronto armado.

Paz não é apenas a inexistência de divergências e conflitos. As diferenças e, conseqüentemente, as divergências e conflitos, são parte da diversidade que caracteriza todas as espécies, e são, portanto, intrínsecas ao fenômeno vida. Cada indivíduo é diferente do outro. A homogeneização da espécie humana é algo que contraria frontalmente as leis biológicas e tem como resultado a anulação da nossa vontade individual, em outros termos, causa a subordinação da nossa consciência e a eliminação dos traços culturais. Essa homogeneização é hoje uma ameaça efetiva em vista das possibilidades atuais de manipulação genética.

A existência de diferenças é natural e o encontro com o diferente é, em todas as espécies vivas, essencial para a continuidade da espécie. Mas é incrível como, num curto tempo de

sua presença neste planeta, a espécie humana tornou esse encontro um ato sujeito à arrogância, à inveja, à prepotência, à ganância e à agressividade. A ética tem como grande objetivo transcender esse comportamento.

UMA REFLEXÃO SOBRE O COMPORTAMENTO HUMANO

Uma reflexão sobre a paz pressupõe uma abordagem teórica. Teorias resultam da escolha de categorias de análise. Para abordar a problemática da paz, trabalho com categorias que permitem entender a natureza humana e o fenômeno conhecimento, que é característico da nossa espécie. Nenhuma outra espécie animal revela conhecimento com as características da humana.

Devemos entender primeiramente o que é vida e como o ser humano se comporta como uma espécie diferenciada.

Minha visão de homem repousa sobre a análise das seguintes categorias: a) cosmos; b) planeta; c) vida, como a resolução das relações entre cada indivíduo, outro(s) e a natureza; d) sobrevivência do indivíduo e da espécie; e) homem, como uma espécie diferenciada; f) transcendência; g) intermediações, criadas pelo homem, entre indivíduo, outro(s) e natureza; h) comunicação; i) comportamento; j) conhecimento; k) consciência e ética.

O problema fundamental é entender a relação entre o indivíduo e o seu comportamento, isto é, entre o ser humano (substantivo) e ser humano (verbo).

Ao longo da sua curta história, o homem tem procurado explicações sobre quem é – e tem se acreditado o favorito de algum deus – sobre o que é – e tem se acreditado um sistema complexo de músculos, ossos, nervos e humores – sobre como é – e tem se acreditado uma anatomia com vontade, e sobretudo quanto pode – e tem se acreditado sem limitações à sua vontade e ambição.

Procurando entender quem é, o que é, como é, o homem constrói sistemas de explicações que se organizam como história, religião, ciência, arte. E na explicação do quanto pode, concebe o poder. Essas explicações determinam a construção de modos de comportamento e de conhecimento.

Temos avançado muito no conhecimento do ser humano. Mas a grande angústia existencial, que resulta de não se encontrar uma resposta satisfatória à questão maior “por quê sou?”, dá origem a contradições na qualidade de ser humano.

As violações da dignidade humana na civilização moderna, que chegam até a exclusão e mesmo eliminação de indivíduos, levam alguns a duvidarem da viabilidade de uma sociedade eqüitativa. A agressividade desmensurada contra a natureza põe em risco a continuidade da espécie.

As distorções da maneira como o homem tem se acreditado induziram poder, prepotência, ganância, inveja, avareza, arrogância, indiferença. Neste trabalho vou refletir sobre esse comportamento pelo exame do conhecimento. O conhecimento tem sido utilizado para justificar nossas ações, muitas vezes desencorajando críticas e dando um caráter de verdade absoluta a crenças. Isso é particularmente notado no pensamento ocidental, fragmentado em disciplinas.

O grande pensador Sri Aurobindo (1872-1950) escreveu, numa das mais interessantes apreciações da cultura ocidental: "Para a filosofia ocidental uma crença intelectual fixa é a parte mais importante de um culto, é a essência de seu significado e o que o distingue dos outros. Assim são que as crenças formuladas fazem verdadeira ou falsa uma religião [uma teoria, uma filosofia, uma ciência], de acordo com sua concordância ou não com o credo de seus críticos."

O comportamento e o conhecimento se constroem sobre crenças intelectuais basilares, por muitos chamadas paradigmas. Comportar-se e conhecer são identificados com o fazer e o saber. Na filosofia ocidental, que culmina com a chamada filosofia moderna, fazer e saber comparecem como ações distintas. O fazer está associado ao material, ao corpo, ao manual, ao colarinho azul. O saber está associado ao espiritual, à mente, ao intelectual, ao colarinho branco.

As conseqüências dessa dicotomia e a valorização do saber sobre o fazer são evidentes na organização da sociedade moderna, na economia e na própria burocracia. Todo um processo de exclusão e de hierarquização está ancorado nessa dicotomia. Quem sabe manda e o fazer é interpretado como um ato de obediência.

A vida como uma tríade. O fenômeno da vida é inconclusivo e complexo, está em permanente transformação e sujeito a uma dinâmica da qual sabemos muito pouco. Identifico três elementos fundamentais para que a vida se realize, que represento no que chamo de triângulo da vida (subentende-se "indivíduo" e "outro" como da mesma espécie, e "natureza" como a totalidade planetária e cósmica):

cações sobre o passado e predições sobre o futuro, transcendendo espaço e tempo, criando representações sobre o que não vê.

A busca desse algo mais leva a indagar sobre o fenômeno vida, para o que é necessário conhecer o cosmos e o nosso habitat – o planeta Terra. O cosmos tem sido uma das grandes indagações do ser humano. Explicar o cosmos tem sido uma das primeiras motivações para construir sistemas de conhecimento. Inserido no cosmos está o nosso planeta, a Terra. Tem havido muito progresso nas explicações sobre o cosmos e o planeta Terra, e conseqüentemente sobre o fenômeno vida, sempre revelando incertezas e contradições.

AS INTERMEDIACÕES CRIADAS PELA ESPÉCIE HUMANA

Onde se situa a diferença de comportamento entre a espécie humana e as demais espécies?

O comportamento humano resulta de duas grandes pulsões: 1. A sobrevivência, do indivíduo e da espécie que, como em toda espécie viva, se situa na dimensão do momento; 2. A transcendência do espaço e do tempo que, diferentemente das demais espécies, se situa numa outra dimensão, levando o homem a indagar “por quê?”, “como?”, “onde?”, “quando?”.

Sobrevivência e transcendência guardam uma relação simbiótica e distinguem o ser humano das demais espécies. Na resposta às pulsões de sobrevivência e de transcendência surgem intermediações nas relações essenciais do indivíduo com a natureza e com o(s) outro(s) e o homem incursiona no passado, buscando explicações, e no futuro, buscando predições. Nesse incursionar gera conhecimento, que é reconhecido nas habilidades, nas técnicas, nos mitos e nas artes, nas religiões e nas ciências.

A diferença essencial entre a espécie humana e as demais espécies é o fato de termos criado, ao longo da nossa evolução, instrumentos, comunicação, principalmente a linguagem, e um sistema de produção, que servem de intermediações para a resolução do triângulo da vida:



Criar e utilizar essas intermediações são possíveis graças ao encontro de comportamento e conhecimento. A percepção dos acertos e equívocos desse encontro é o que chamo consciência. No encontro com o outro, que também está em busca de sobrevivência e de transcendência, desenvolve-se a comunicação.

Valores. O comportamento de cada indivíduo é aceito pelos seus próximos quando subordinados a parâmetros, que denominamos valores, e que determinam os acertos e equívocos na produção e utilização das intermediações criadas pelo homem para sua sobrevivência e transcendência.

Valores, assim conceituados, relacionam os meios com os fins. Os fins constituem as grandes utopias de indivíduos e de sociedades, dos sistemas de explicações e dos mitos, da cultura. Os meios dependem dos instrumentos materiais e intelectuais de que dispomos, também dependentes da cultura. Assim, os valores são manifestações culturais.

Uma excursão pela história revela que novos meios de sobrevivência e de transcendência fazem com que valores mudem. Mas, alguns valores permanecem: a) respeito pelo outro (o diferente); b) solidariedade com o outro; c) cooperação com o outro. Esses valores constituem uma ética maior, sem a qual a qualidade de ser humano se dilui.

Mas por que a humanidade caminha em direção contrária a essa ética, sem a qual a espécie humana não pode sobreviver?

Essa questão maior tem sido a motivação dos grandes modelos filosóficos, religiosos e científicos. Esse modelos propõem "verdades" que têm sido aceitas como absolutas e que constituem sistemas de valores que orientam o comportamento humano. Os valores mudam, subordinados ao que prevalece nos sistemas sociais e econômicos.

Em muitas sociedades, a prioridade passa a ser a defesa do sistema de valores. A questão fundamental, que é a busca de sobrevivência associada à transcendência, passa a ser subordinada à defesa do sistema de valores (fundamentalismos). É oportuno lembrar a citação de Aurobindo no início deste trabalho. Os sistemas de valores, da mesma maneira que as ciências e as religiões, são vistos na cultura ocidental como saberes concluídos, que têm uma arrogância intrínseca à própria concepção do concluído.

O conhecimento disciplinar, e conseqüentemente a educação, tem priorizado a defesa de saberes concluídos, inibindo a criação de novos saberes e determinando um comportamento social a eles subordinado. Ele evoluiu para a multidisciplinari-

dade, praticada nas escolas tradicionais, e para a interdisciplinaridade, ainda difícil de ser conseguida. Mas o verdadeiro avanço, abrindo novas possibilidades para o conhecimento, é a transdisciplinaridade.

A transdisciplinaridade, assumindo a inconclusão do ser humano, rejeita a arrogância do saber concluído e das certezas convencionadas e propõe a humildade da busca permanente. O comportamento humano responde às pulsões de sobrevivência e de transcendência, que estão intimamente ligadas. Vai além de comportamento orientado pelo cérebro. Existe algo mais: a mente, que tem intrigado os filósofos desde a antiguidade, e a consciência, igualmente intrigante.

Onde se situam mente e consciência? No cérebro, que vem sendo tão bem estudado pelos neurologistas? Ou no que se costuma chamar inteligência, hoje bem estudada, inclusive no âmbito de uma disciplina que curiosamente se denomina inteligência artificial? E o que é inteligência?

As teorias vão surgindo, vão sendo aceitas ou recusadas, algumas marginalizadas e outras refutadas. Algumas idéias, que são aceitas por se desviarem pouco das anteriores, tornam-se as novas explicações e encontram seu espaço nas universidades. Outras idéias se desviam dos chamados paradigmas e criam novos paradigmas. As teorizações sobre a evolução do conhecimento em geral se limitam a apenas alguns dos fatores que participam da dinâmica do conhecimento.

Uma categoria fundamental para a análise do comportamento humano é o poder, entendido no sentido amplo da organização sobre a qual se fundam famílias, sociedade e nações. As sociedades humanas modernas são grupos de indivíduos que se comportam em conformidade com normas e valores estabelecidos ao longo da história, resultado de tradições e eventos.

UMA PROPOSTA EDUCACIONAL

Por meio de sistemas educacionais, as sociedades transmitem e inculcam valores que servem de apoio às normas vigentes e aos estilos de comportamento, sobre os quais se apóia a estrutura de poder. Embora para muitos possa parecer um paradoxo, nesses mesmos sistemas educacionais estão embutidos os instrumentos intelectuais que permitem a crítica e a contestação do poder, eventualmente a sua modificação. Juntamente com a transmissão de valores, um sistema educacional tem como meta o desenvolvimento da capacidade de crítica e de contestação.

Há modelos educacionais nos quais não se desenvolvem a capacidade de crítica e de contestação. São baseados na obediência. Mas o que se nota é que mesmo na transmissão pura e simples de valores, os sistemas educacionais muitas vezes falham. Sempre ficamos chocados quando vemos uma pessoa com um bom nível educacional comportando-se de maneira criticável, algumas vezes até abominável. Por que a educação muitas vezes não influi no seu comportamento? Paradoxalmente, o conhecimento é muitas vezes utilizado para um comportamento ainda mais criticável.

Uma discussão sobre valores não pode escapar de uma reflexão sobre a relação meios-fins. E uma discussão sobre educação tampouco pode escapar dessa relação, que se traduz em afirmações sobre a importância da educação. São valores associados à ação educativa. Espera-se o efeito da ação educativa no comportamento dos indivíduos. O currículo, que é a estratégia da ação educativa, tem como finalidade maior o comportamento dos indivíduos que passam pelo processo. Como o currículo é baseado em conhecimento, em saberes e fazeres, somos levados a uma questão maior: como se relacionam conhecimento e comportamento?

Obediência e ética. Valores e obediência muitas vezes se confundem com conhecimento e comportamento. A obediência é muitas vezes resultado de temor de represálias pela autoridade legítima. Poder é muitas vezes identificado associado à obediência. Desde o temor de punição eterna, num cenário místico, até o temor de punições físicas, como suplício, mutilação e morte, materiais, como multas e confiscos, e morais, como censura, confinamento e exclusão.

Mas a ameaça de represálias geralmente não está no discurso que respalda o poder. A obediência se obtém de maneira mais sutil, sem recurso às ameaças. Muitas vezes se dá por meio de recompensas, tais como prêmios, distinções e cooptação nos círculos de poder. Mas, sobretudo, graças à aceitação de um sistema de valores.

No sistema de valores estão incorporadas as atitudes com relação ao outro, que se estendem a grupos de outros identificados por características étnicas, culturais e religiosas. A partir daí se constroem os fundamentalismos, comuns nas sociedades, com os mais variados graus de intensidade.

A percepção de uma ameaça no outro é o ponto de partida para a intolerância do diferente e, a partir daí, parte-se para a defesa preventiva, que leva inevitavelmente ao ataque.

Uma outra forma de obediência que resulta de um sistema de valores é assumir como normal a prática de consumismo irresponsável, ganância desmedida e corrupção. São os ingredientes sobre os quais repousa o abuso e posteriormente a agressão ambiental. Muitas vezes nos deparamos com indivíduos que tiveram educação esmerada e adquiriram um bom nível de conhecimento, mas que têm um comportamento agressivo com relação ao ambiente.

Devemos subordinar o sistema de valores a uma ética maior, uma ética que cruze culturas e que coloque prioridade na sustentação do triângulo da vida. Uma proposta é a ética da diversidade: 1) Respeito pelo outro, com todas as suas diferenças; 2) Solidariedade com o outro na satisfação das necessidades de sobrevivência e transcendência; 3) Cooperação com o outro na preservação do patrimônio natural e cultural comum.

Essa é uma ética que conduz à paz interior, à paz social, à paz ambiental e, conseqüentemente, à paz militar. Atingir essa paz total é o objetivo maior da educação. Como organizar os sistemas educacionais em função desse objetivo maior?

Sobre o currículo. Como estratégia da ação educativa global, proponho um currículo dinâmico, que foge radicalmente das propostas conteudistas que dominam o currículo atual. Uma profunda reconceituação de currículo tem sido rejeitada por educadores, em geral. Mas o que vem a ser currículo? É muito importante que se reconheça que uma aula ou prática educativa é um processo. A esse processo chamamos ação educativa que, como toda ação, resulta de uma estratégia. Para o desempenho da ação educativa o professor vai munido de uma estratégia. Daí a definição que tenho adotado: currículo é a estratégia para a ação educativa.

O ponto crítico é a passagem de um modelo de currículo cartesiano, estruturado previamente à prática educativa, a um currículo dinâmico, que reflete o momento sócio-cultural e a prática educativa nele inserido. O currículo dinâmico é contextualizado no sentido amplo.

O currículo cartesiano, tradicional, é baseado nos componentes objetivos, conteúdos e métodos. Obedece a definições obsoletas de objetivos do que era a sociedade – objetivos conservadores. Ensina conteúdos que num determinado momento histórico tiveram sua importância, mas que agora são ancorados em argumentos insustentáveis.

E assim eles são transmitidos com métodos definidos a priori, sem conhecer os alunos e baseados numa estratificação destes em faixas etárias e "níveis de desenvolvimento intelectual" estabelecidos numa situação de laboratório. Tais objetivos, conteúdos e métodos não reconhecem as experiências e as expectativas de cada indivíduo, que resultam de sua história individual e coletiva. Sintetizando: são conclusões em geral inúteis, transmitidos com uma metodologia falsificada e falsificadora.

O currículo dinâmico parte do reconhecimento de que nas sociedades modernas as experiências e interesses dos indivíduos são distintas e, portanto, as classes são heterogêneas, tendo alunos de interesses variados e detentores de uma enorme gama de conhecimentos prévios. Todos esses alunos têm potencial criativo, porém orientados em direções imprevisíveis e com as motivações mais variadas.

O currículo, isto é, a estratégia da ação educativa, depende de se facilitar a troca de informações, conhecimentos e habilidades entre alunos e professor/alunos, mediante uma socialização de esforços em direção a uma tarefa comum. Essa tarefa comum pode ser um projeto, uma discussão, uma reflexão e inúmeras outras modalidades de ação comum, em que cada indivíduo contribui com o que sabe, com o que tem, com o que pode, levando ao máximo o seu empenho na concretização do objetivo comum.

Resumindo: o currículo dinâmico é uma estratégia de ação comum e repousa sobre três etapas que se desenvolvem simultaneamente: a) motivação, resultado de condições emocionais e da interface passado/futuro; b) elaboração de novo conhecimento, mediante a troca/construção/reconstrução de conhecimentos; c) socialização, por meio da realização de tarefas comuns.

Socialização. Esse conceito de currículo serviu de fundamento para um curso de Mestrado que coordenei, a partir de 1975, na Universidade Estadual de Campinas, em convênio com o Ministério de Educação e com a Organização dos Estados Americanos, destinado a preparar lideranças para inovações no Ensino de Ciências.

O curso era focalizado na problemática da paz no sentido pluridimensional discutido neste trabalho. Essa foi minha primeira organização das idéias expostas neste trabalho como uma efetiva proposta curricular. Foi a oportunidade de se investigar a possibilidade de uma prática educacional baseada na transdisciplinaridade.

Outras maneiras de propor a transdisciplinaridade vêm surgindo de muitas áreas do conhecimento. A visão holística, a complexidade ou pensamento complexo, as teorias da consciência, as ciências da mente, a inteligência artificial e inúmeras outras propostas transdisciplinares vêm sendo elaboradas e se tomando conhecidas.

O pensamento complexo tem sido particularmente destacado. Humberto Mariotti deixa bem claro o que se pretende com o pensamento complexo: "Referindo a algo que pode atenuar um modo de viver segundo o qual com enorme freqüência a palavra é separada do real, a justiça se preocupa menos com o sofrimento dos homens do que com a letra da lei, e esta busca verdades que pouco ou nada têm a ver com o cotidiano." E propõe cinco saberes que caracterizam o pensamento complexo e que constituem a essência de uma outra maneira de estar no mundo: a) saber ver; b) saber esperar; c) saber conversar; d) saber amar; e) saber abraçar.

Esses saberes implicam comportamentos. O abraço se inicia a partir da mão estendida, que é o ponto de partida para o processo de busca da espiritualidade por meio do encontro com o outro. Nesses comportamentos está implícito um sistema de valores. Vivenciar esse sistema de valores no cotidiano é o código de conduta que pode redimir o ser humano. Esse vivenciar implica, muitas vezes, desobediência a ordens e normas de conduta. Alguns se sentem encorajados a essa desobediência numa ação de grupo. São transgressões que, mesmo sujeitas a repressão, deflagram os grandes movimentos sociais.

Outros, mesmo sem estar amparados por alguma forma de poder e, às vezes, até contrariando a autoridade, têm a coragem de agir só, fazendo valer o maior dom de ser humano, que é o exercício de sua livre vontade. Cumprir ordens, em conflito com a vontade, não é suficiente como código de conduta. A conduta que pode conduzir o ser humano à redenção resulta de se atingir o estado de consciência, quando conhecimento e comportamento estão solidários.

THOT

Este texto corresponde a palestra feita por ocasião do 5º Congresso da Escola Particular Gaúcha, patrocinado pelo SINEPE/RS em Porto Alegre, de 19 a 21 de julho de 2000.



DAVID ADAMS

Diretor da Unidade para o Ano Internacional da Cultura de Paz da UNESCO até 2001. Professor de Psicologia e autor de vários livros nas áreas de Neuropsicologia, Antropologia Intercultural e Psicologia Social entre outras.

EVITANDO A VIOLÊNCIA LOCAL



- Há relação entre a violência nacional/internacional e a violência local?
- Há relação de causa e efeito da violência nacional/internacional sobre a violência local?
- Há relação causal inversa, ou seja, da violência local sobre a violência nacional/internacional?
- Por que há tão pouca relação causal entre não-violência local e não-violência internacional?
- O que podemos fazer?

Hoje falarei a vocês sobre a violência, que é um tema de vital importância. Mas antes devo mencionar outros assuntos, que oferecem um pano de fundo para o que vamos falar.

Na verdade, estamos agora na Década para a Cultura de Paz e Não-violência para as Crianças do Mundo, que se estende de 2001 a 2010. Soube, pela Lia Diskin (da Associação Palas Athena), que foi produzido em parceria com a UNESCO um livro muito bonito, e sei que haverá mais livros desta série. Haverá um material muito rico e projetos para esta década aqui em São Paulo.

Hoje, entretanto, falarei a vocês na qualidade de cientista. Vamos formular uma pergunta muito simples, e verificaremos se há uma resposta científica para ela. A questão é: Qual é a relação entre a violência na família, na comunidade, nas escolas e a violência nos planos nacional e internacional? Tenho aqui duas referências tiradas de estudos científicos sobre esta questão.

O primeiro estudo mostra comparações entre nações. A resposta é muito clara. Nações que se envolvem em guerras produzem maiores índices de violência em suas comunidades; índices mais altos de assassinatos, assaltos e outros tipos de violência que podem ocorrer na comunidade. Portanto, a primeira constatação científica está clara. Há um forte relacionamento entre a violência internacional e a violência local. Para ser mais exato, se examinarmos os períodos antes e durante a guerra, veremos que nestes anos o índice de homicídios e assaltos cresce, e depois de terminada a guerra os índices voltam lentamente a cair.

O estudo contempla também outros aspectos como, por exemplo, a pena de morte aplicada a assassinatos e outros crimes. Os dados são claros, há um relacionamento direto entre a pena de morte e o índice de homicídios. Quanto mais penas de morte, mais homicídios. E se a pena de morte é abolida, nos anos que se seguem a incidência de homicídios é menor.

O segundo estudo não compara nações, mas mostra informação etnográfica vinda da antropologia. A resposta também é muito clara. Sociedades com grande participação em guerras também têm altos índices de homicídio, assalto e outras formas de violência. À medida que essa mesma sociedade se torna mais pacífica, esses índices de violência caem.

Em termos científicos, estabelecemos assim o que chamamos de correlação. Sabemos que há um relacionamento, mas ainda não chegamos à causa e ao efeito. Precisamos examinar mais a fundo para entender as causas e efeitos. Podemos examinar mudanças ao longo do tempo. Já que o índice de homicídios cai depois que a pena de morte é abolida, dizemos que a causa é a pena de morte. Da mesma forma, quando a sociedade se pacifica e o índice de violência diminui, podemos dizer que a causa é a guerra, a preparação para a guerra – e o efeito é o alto índice de homicídios.

Usando o método científico, devemos considerar também outros elementos que se interpõem entre a guerra e o homicídio. No caso são dois: um é a socialização para a violência. Se treinarmos nossos jovens para serem soldados e para matar, usarão esse treinamento também dentro da família e na comunidade. O outro elemento é a questão do padrão moral e ético. Se o Estado se envolve em violência, ele reitera o direito moral de praticar a violência. As pessoas passam a considerar que estão moralmente justificadas a praticar a violência.

Formularei agora uma outra pergunta. É possível que a violência nas famílias e nas comunidades (a violência local) seja a causa, e a guerra o efeito? Realmente, ao ler muitos livros e jornais e assistir à televisão, ficamos com a impressão de que a guerra internacional é simplesmente o produto de pessoas agressivas. Esta é uma questão importante. Por isso nos reunimos em 1986 em Sevilha, Espanha, com os maiores especialistas do mundo todo para discutir a violência. Nós nos colocamos a seguinte questão: há algo em nossa biologia, na natureza da nossa condição humana que nos leva a fazer a guerra?

A questão foi examinada do ponto de vista evolutivo, genético, da fisiologia cerebral (pois a minha especialidade é esta), da sociologia, e juntos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, médicos e especialistas em comportamento animal, chegamos à conclusão de que não – a natureza humana não é naturalmente violenta nem tampouco não-violenta.

Farei ainda uma outra pergunta, para a qual não há uma resposta científica. A maioria de nossos relacionamentos humanos – na escola, na família, nos governos locais – transcorre sem violência. A maioria dos relacionamentos não é violenta. E nesse ponto é preciso fazer uma distinção entre conflito, ódio e violência. Não é possível ter famílias, comunidades e escolas sem conflito. Há sempre divergências de opinião e sobre como fazer as coisas. Mas esses conflitos não são necessariamente violentos.

Igualmente, é impossível viver a vida inteira sem às vezes ficar com raiva. A raiva é uma reação natural à injustiça. Observe as crianças brincando: quando uma acha que a outra fez algo injusto, fica com raiva. Mas é desnecessário dizer que isto não é violência.

Portanto, a pergunta agora é: se nós somos capazes de conviver com conflitos e ficar com raiva sem praticar a violência dentro da família e das comunidades, por que isso não seria possível no plano internacional e nacional? Não tenho uma resposta científica para isso, mas tenho uma opinião política. Durante cinco mil anos o Estado tem promovido a guerra e se identificado com ela. Na verdade o nascimento do Estado se deveu ao esforço para conquistar escravos e controlá-los. Mais tarde foi para conseguir colônias, e tivemos o colonialismo. Hoje demos a isso o nome de neo-colonialismo.

Assim sendo, há fortes interesses no nível do Estado que levam à guerra. Não só à guerra externa, mas também à guerra para controlar internamente o país. Visto que vocês conhecem

muito bem o caso do Brasil, usarei o exemplo dos Estados Unidos. Nos últimos 150 anos houve em média 15 intervenções militares dentro dos Estados Unidos envolvendo 15 mil soldados. O Estado tem sido identificado com a guerra há tantos anos – e hoje há também interesses econômicos para a guerra.

Outra coisa muito importante é que o dinheiro que advém da indústria do armamento (associada com a guerra) é o mesmo dinheiro que controla os meios de comunicação de massa. Darei a vocês um exemplo: a Declaração de Sevilha sobre a Violência, de 1986, foi endossada oficialmente pelas mais importantes associações científicas dos Estados Unidos – a Associação Americana de Sociologia, a Associação Americana de Psicologia, a de Antropologia.

Então, quando a Declaração foi adotada, convocamos uma entrevista coletiva. Conforme descrevi no meu artigo sobre a história da Declaração de Sevilha, uma empresa de notícias nos disse que não estavam interessados, que não era interessante que a guerra não fosse geneticamente determinada, mas que quando descobríssemos o gene da guerra, aí sim deveríamos entrar em contato com eles.

Então, o que fazer? Quando elaboramos o programa de ação pela Cultura de Paz para as Nações Unidas tratamos de algumas questões bastante importantes. Evidentemente tratamos da não-violência e da educação, mas também tratamos da participação democrática e do livre fluxo de informações, pois agora temos uma situação na qual tanto o processo eleitoral quanto os meios de comunicação tendem a dar o controle àqueles que lucram com a guerra, e o que precisamos fazer é desenvolver processos democráticos, meios de comunicação que possibilitem às pessoas falarem o que pensam. Para fazer isto, devemos acreditar que a maioria das pessoas quer um mundo onde os conflitos são resolvidos de maneira não-violenta. O fundamento está no fato de que a natureza humana é basicamente não-violenta.

A história é violenta, os seres humanos, não. Devemos regenerar a história. Como fazer isto? Creio que esta é a nossa pergunta mais importante.

Sei que muitos de vocês estão lidando diariamente com questões como drogas, violência, conflitos familiares, e é difícil para vocês se preocuparem com questões tão distantes como a História e as Nações Unidas. Mas nós sentimos a mesma coisa ao trabalhar para a ONU. Ali nós trabalhamos justamente para

nações que têm interesse na guerra, mas lutamos diariamente para encontrar uma forma de estabelecer contato com os povos dessas nações.

Portanto, espero que vocês possam entrar em contato com os livros que a Lia Diskin está produzindo e que fazem a ponte entre o que acontece na ONU e o que acontece na sua comunidade. Reunindo estes dois níveis, poderemos construir um mundo de não-violência.

Obrigada por sua atenção, agora gostaria de abrir um espaço para discussão.

Pergunta: Sou Assistente Social, trabalho no presídio de Segurança Máxima, o maior do Centro-Oeste do Brasil, onde temos 1100 presos. Como o senhor explica que o Brasil, que não tem guerras, que tem um povo tranqüilo, esteja vivendo com essa perspectiva de violência. Os presos que eu atendo não demonstram nenhuma visão de futuro. Eles estão sem referência. Como o senhor explica isso? Olhando para os países que têm guerra, eu até accito. Mas no Brasil, não entendo.

Dr. Adams: É muito difícil trabalhar em sistemas onde as pessoas são violentas, sempre será. Muito difícil. Isto vale para todos que trabalham em presídios. Agora, com relação à sua pergunta: Quanto ao Brasil – em vez de falar sobre o Brasil, vou contar uma história.

Estávamos em Paris, numa reunião pela Cultura de Paz da UNESCO, com diplomatas de vários países. Um dos encontros foi com diplomatas africanos, e um deles disse algo muito simples. “Não pense que a violência é um problema africano, mas pergunte a si mesmo três coisas: 1) De onde vêm as armas? 2) De onde vêm os programas violentos da televisão? 3) Onde são feitas as decisões econômicas que determinam quem serão os ricos e quem serão os pobres?”

O Brasil não pode escapar da cultura globalizada da guerra. Não pode escapar da indústria armamentista, do relacionamento com os exércitos de outros países e as decisões políticas feitas por eles; não pode escapar da violência na televisão, mesmo nos programas feitos aqui no Brasil. Esta é uma situação mundial. Mostrei a vocês estes estudos para usar o método científico, mas agora vivemos na era da globalização. A Cultura da Guerra é uma Cultura Global da Guerra.

Mas isto não responde à pergunta da nossa amiga sobre os 1100 presidiários com os quais trabalha. O ano passado estive na África do Sul numa reunião para tratar sobre o tema da recon-

ciliação. O processo que eles usam na África é muito diferente do processo judiciário usado nos EUA e na Europa. Na verdade é um processo tradicional adotado em toda a África. O objetivo final do processo não é a punição, mas sim a reconciliação.

Penso que precisamos aprender com os africanos e adotar processos de reconciliação em vez de penalidades. Vocês têm problemas com o número de presos no Brasil, e existe um enorme problema prisional nos Estados Unidos. Lá existem hoje 2 milhões de presos. Embora 10% da população americana seja negra, os negros perfazem 50% da população carcerária. Aonde isto nos levará? Eu não disse que a resposta seria fácil. Um comentário que sempre ouvia dos colegas africanos é que nós (do hemisfério Norte) temos que começar a aprender com os povos do hemisfério Sul.

Pergunta: Sou o Anderson, representante da ONG Jovens do Futuro, da zona sul de São Paulo. Às vezes governos e políticos tentam justificar a guerra em vez de compreendê-la. Como fazer com que o jovem compreenda a guerra, principalmente em um sistema globalizado que força as pessoas ao individualismo e ao consumismo? Como fazer com que o jovem entenda e faça com que o governo entenda também a saída para esta situação? Será que o homem aprendeu a viver em sociedade?

Dr. Adams: Vamos começar com este nosso grupo. Quantos aqui concordam com o Anderson que é importante criar uma nova geração de jovens não individualistas, não consumistas? (Todos levantaram as mãos.) Veja, Anderson, somos todos seus colegas. A maioria concorda com isso. Nós somos a maioria, os que desejam a paz e, portanto, o que precisamos é descobrir de que maneira podemos trabalhar juntos. Talvez colaborando com candidatos que estejam comprometidos com esses princípios e que tenham programas para levar a juventude a realizar esses objetivos.

Pergunta: Sou Vilma do Distrito de Saúde em São Mateus. Acho que a paz é fruto da justiça. A falta de oportunidades que os nossos jovens têm é algo assustador. É um engano pensar que no Brasil não existe guerra. A guerra do tráfico é explícita. Falar em construção de uma cultura de paz, com tanta injustiça social e violência nas escolas, é difícil. Há uma parte governamental e uma parte individual por fazer.

Dr. Adams: Vilma, eu concordo com você. Acho que por isso é importante que a gente compreenda o valor da raiva diante de

uma indignação justa. Como você disse, sem justiça não há paz. Portanto, se queremos trabalhar pela paz, devemos trabalhar pela justiça. Mas isto é um pouco complicado porque há um grande número de pessoas que acredita que se pode fazer revoluções por meio da violência, e corrigir a injustiça por meio da violência.

Isto é um problema (é o caso tradicional de Che Guevara), porque quando se estabelecem organizações secretas e violentas e militaristas, quando estas organizações chegam ao poder, você tem um novo Estado que é a mesma coisa que o anterior. Foi o problema da Rússia.

Portanto, a luta pela justiça e a não-violência precisam andar de mãos dadas. Evidentemente, o problema é que as pessoas que não querem a justiça irão empregar a violência. Portanto, precisamos encontrar formas de lutar pela não-violência, mesmo quando o outro lado emprega meios violentos. Não é fácil. É difícil, realmente, porque posso garantir que a televisão nunca vai mostrar isso.

Precisamos criar nosso próprio meio de comunicação, como falei ao Anderson, encontrar novos meios de lutar pela justiça e não-violência. Eu trabalhei no tempo de Martin Luther King. Nós sabíamos que ele seria assassinado. Mas sabíamos que ele seria ainda mais forte depois de morrer, porque nós faríamos dele uma pessoa mais forte, nós multiplicaríamos o poder dele.

Pergunta: Sou Galeno, coordenador da Associação pelos Deficientes. Tive problemas para entrar aqui, por causa das barreiras físicas, e esta é uma das maiores bibliotecas do país. Gostaria de saber se a exclusão não é uma violência.

Dr. Adams: Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso.

Galeno: É uma violência contra a cidadania, que provavelmente acontece em outros países. É uma falta de sensibilidade para com a condição do outro.

Dr. Adams: Obrigado Galeno, tenho certeza de que todos nós ficamos sensibilizados pelo que você falou, e faremos muito mais pelos deficientes no futuro lembrando do que você disse. A sensibilidade para a condição do outro é certamente um fator importante para a criação da cultura de paz.

Pergunta: Sou Helena, do Conselho Popular de Saúde. Se no berço da humanidade, na África, a cultura de não-violência é voltada à reconciliação, entendo que em algum momento da história da humanidade isto se perdeu. Gostaria de saber o que

está faltando para que as demais nações mirem-se no exemplo da África. E gostaria de saber se o Dr. Adams acredita que algum dia essas nações estarão interessadas em seguir esse exemplo. Como julgar os fatos de 11 de setembro da perspectiva da Cultura de Não-violência?

Dr. Adams: Eu usei o exemplo da África, mas podemos encontrar exemplos em vários lugares do mundo. Esse processo de justiça pela reconciliação tem sido usado por muitos povos no mundo, ao longo da história. Tenho certeza de que, se houvesse um antropólogo brasileiro aqui, ele poderia citar exemplos de tribos indígenas onde o processo de reconciliação é praticado para atingir a justiça. Podemos aprender esse processo com muitos povos, e de fato também com muitas tradições familiares, religiosas, comunitárias, que são tradições para resolução de conflitos sem violência. Helena colocou a pergunta de por que perdemos esta tradição. Posso mencionar um exemplo de Ruanda, onde havia uma tradição chamada Ubashingatahe.

Segundo a tradição, os mais velhos eram treinados para mediar os conflitos, e quando os colonizadores chegaram, os primeiros a serem mortos foram esses anciãos mediadores, e por uma razão muito simples, porque estes eram os detentores do poder.

A resolução não violenta de conflitos, conforme aprendemos com Gandhi ou com Martin Luther King, ou com Nelson Mandela, é uma forma de poder. As outras formas de poder se colocam em conflito com o poder da não-violência. Portanto, a luta pela justiça sem violência não será fácil.

Quanto aos eventos de 11 de setembro, a primeira impressão de muitas pessoas foi de que aquilo não foi um ato de guerra, mas sim um crime. E como em outros crimes, era necessário achar os culpados e trazê-los a julgamento. No entanto, esta não foi a abordagem do governo americano, que encarou o atentado não como um crime, mas como uma guerra. Assim, enviaram bombardeiros e começaram a bombardear o povo afegão. Se tivermos um problema de violência aqui em Vila Mariana, será que deveríamos trazer o exército americano aqui e bombardear a Vila Mariana?

Há uma entrevista muito interessante com um monge budista (Thich Nhat Hanh) a quem foi perguntado se Osama Bin Laden fosse pego, o que o monge faria com ele? Ele respondeu de modo muito interessante. Disse que convidaria todos os melhores tomadores de decisões do governo, os melhores psicólogos, sociólogos, historiadores, para uma reunião com Osama Bin Laden e diria: "Por que você fez isso? Nós precisamos entender".

Isso nos remete de volta à questão de saber ouvir e praticar a justiça.

Pergunta: O senhor falou sobre a indignação, e que a indignação não é contrária à Paz. E que a justiça não acarreta a guerra. Isso me fez pensar que em nosso país houve um longo período de governo militar e também de revolta armada. Isso não levou a uma redução da desigualdade. Vimos também os ambientalistas lutando pacientemente pela natureza, e agora começamos a ter alguns resultados. Já sabemos que nossas matas aumentaram em 2,5%. Durante muito tempo o movimento ambientalista foi ridicularizado, e hoje ainda é visto como algo menor. É difícil manter a indignação sem que ela se transforme em guerra. Isto é o que estamos tentando aprender. Como manter a indignação para conquistar mais justiça e menos desigualdade, pois esta é a raiz da guerra – conseguindo transformar a nós mesmos, conciliar as pessoas, nosso ambiente de trabalho, nossa comunidade, e sem nos afetarmos muito com esse processo de desqualificação que inclusive a imprensa pratica?

Dr. Adams: Como manter nossa luta ao longo de anos e gerações? Certamente, precisamos apoiar-nos uns aos outros. Por exemplo, eu disse à Lia Diskin e a outras pessoas aqui que, embora eu esteja longe, nos Estados Unidos, é fácil manter contato por meio da Internet. Quando me aposentei da UNESCO o ano passado, dediquei seis meses para aprender programação de computador porque estou convencido de que podemos usar a internet, como eu uso. Faço meus próprios programas e páginas de internet, e passo diante do computador dez horas por dia. Especialmente porque na outra ponta da internet há adolescentes, e acredito que devemos mesmo trabalhar com as crianças e os jovens. A paz deveria ser encarada como um jogo de computador que eles queiram jogar. Os jovens devem estar em contato com jovens em todas as partes do mundo.

Não sei se vocês conhecem a história da internet. A Internet foi inventada pelos militares, pois eles temiam que, se a Rússia bombardeasse os Estados Unidos, os sistemas de comunicação seriam destruídos e o exército americano ficaria sem condições de reagir militarmente. Inventaram então o sistema que é a base da Internet. Na Internet enviamos uma mensagem, mas ela não vai por uma única via, segue por várias rotas e depois é reconstruída no ponto de destino. Isto significava que, se os russos destruíssem nove canais de comunicação, ainda restariam outros para passar a mensagem. Mas o que os militares não

pensaram é que não seria possível controlar essas mensagens. Se eu mandar uma mensagem para alguém, esta mensagem poderá ser interceptada em alguns pontos, mas não em todos, e de alguma forma, passando pela rede mundial, ela chegará ao destino. E naturalmente isto é o que acontece hoje em dia: todos os jovens estão ligados na Internet.

Assim, se nós não participarmos da Internet, talvez os jovens não encontrem outra coisa senão pornografia ou outros conteúdos ruins na rede. Portanto, precisamos trabalhar com os jovens, ao lado dos jovens, na Internet. Isto responde à sua pergunta sobre como manter a indignação não violenta quando os meios de comunicação não ajudam.

Nós precisamos criar nosso meio de comunicação. E garanto que se tivermos sucesso na criação dessa forma de comunicação pela Internet, então os ricos quererão fazer o mesmo, pois verão que há possibilidade de lucro.

Pergunta: Se a paz é o caminho, e esse caminho faz parte da vida de cada um de nós, como rever e resgatar valores individuais na busca desse caminho, sem perder a especificidade de cada um de nós?

Dr. Adams: Eu não me preocupo com as diferenças individuais. Sempre haverá diferenças. Não me preocupo com críticas, porque sempre haverá críticas. O que me preocupa é que, diante das críticas, nós não tenhamos a capacidade de ouvir. Sempre haverá diferenças e críticas, mas o importante é ter sempre a mente aberta para ouvir e aprender. Fui educado como cientista e ser cientista é ser alguém que sabe que não sabe. A ciência é a busca profissional da verdade, e não a posse da verdade, e nem sempre é a verdade. Se encontrarmos um cientista que diz "eu sou um cientista e eu sei", este não é um cientista. Num dado momento o cientista tem o melhor conhecimento que é possível obter naquele momento, como os dados que coloquei aqui para vocês. Mas precisamos estar sempre abertos para o que virá amanhã.

Lia Diskin: Gostaria de continuar um pouco esta reflexão sobre os valores. De fato sabemos que existem valores que são universais no sentido de sustentar a vida e permitir que a vida aconteça, mas grande parte dos valores sobre os quais estamos refletindo hoje (mesmo sem citá-los), como por exemplo o valor da apropriação, o valor da acumulação, da competição, do consumo irresponsável e obviamente todo o repertório de valores

que se desdobram desses, são valores eminentemente culturais, gerados por uma cultura que está olhando para um horizonte supostamente salutar, desejável, promissor, mas cujos resultados estão sendo literalmente catastróficos.

Estamos aqui reunidos para falar das capacidades, potencialidades e criatividade e, em última instância, dos novos horizontes que podemos deixar para as futuras gerações. Estamos aqui para perguntarmos-nos se haverá futuras gerações. Ter chegado a essa situação tão crítica, desesperadora, a uma indiferença às vezes patológica, é a grande questão dos valores. Se os valores são frutos da cultura, se eles são o horizonte que se persegue, qual deverá ser o novo horizonte que poderá fomentar a saúde no sistema, criar um antídoto, criar um espaço novo onde as experiências da condição humana sejam possíveis?

Dr. Adams falou sobre seu encontro com diplomatas do continente africano. Falou das três perguntas que lhe foram feitas: De onde vêm as armas? Quem produz os filmes aterrorizantes que passam na TV? Quem está decidindo, em última instância, no campo político e econômico, quem tem direitos e quem não tem direitos?

Tudo isso vem de encontro ao posicionamento de culturas baseadas claramente na apropriação, que têm na apropriação um valor, que determinam que a apropriação é algo significativo para a gente, algo que dá sentido à nossa vida. E nós começamos a questionar esse valor. Todos estamos perdendo. Não há ganhadores nesse processo.

Pensou-se que a competição permitia a alguns ganharem, entre parênteses, visto que outros perdem. Mas hoje ninguém está ganhando. Falando concretamente, os filhos de pessoas de posse, pessoas que construíram ou herdaram seu universo de possessões, estão entrincheirados, confinados em redutos afastados do convívio natural da cidade, andam em carros blindados, devem freqüentar espaços muito particulares com congêneres, porque não se sabe que amiguinhos podem aproximar-se.

Hoje temos o inferno de todos. Então, quando tratamos de valores, sempre devemos ter em mente que os produtos de uma cultura são produtos de escolhas. E se nós fizermos novas escolhas, talvez criemos novos horizontes, para nós, nossos filhos, nossos netos. Talvez possamos ter um outro tipo de espaço, uma outra maneira de estar juntos, outra maneira de confiar uns nos outros e de propiciar felicidade e conforto uns aos outros.

Pergunta: Boa tarde. Meu nome é Cláudia. O Dr. Adams nos disse que a natureza do homem não é uma natureza violenta. Estudando a história do homem, percebo que é uma história de violência. Os homens primitivos eram violentos, muito violentos. Os direitos humanos vieram justamente para humanizar a violência. Esta é a história da humanidade e da natureza humana.

Dr. Adams: Cláudia, as mulheres também são naturalmente violentas, ou somente os homens? Pois observamos que só os homens fazem a guerra.

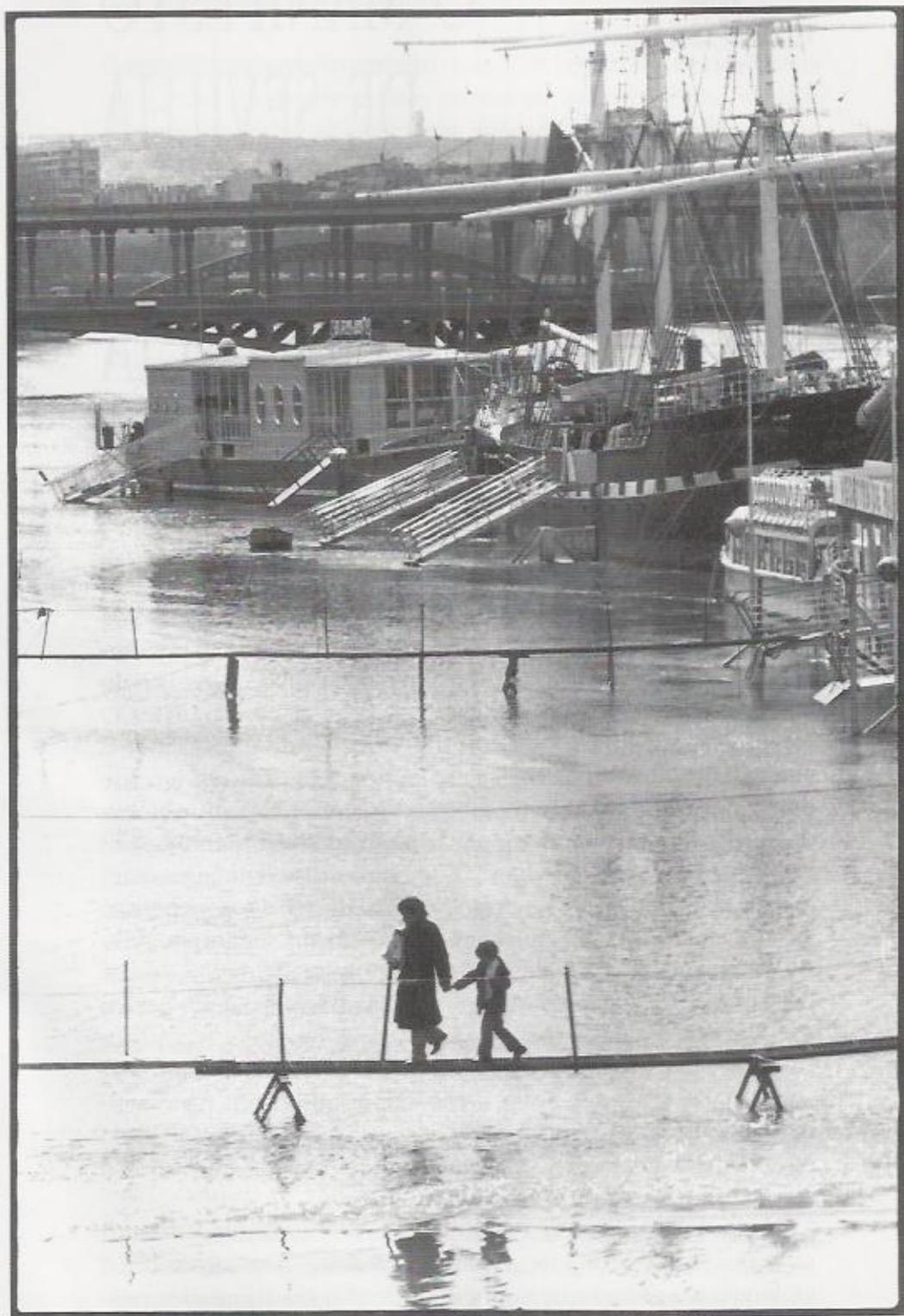
Cláudia: Sim, elas são também violentas.

Dr. Adams: Então, porque as mulheres não fazem a guerra?

THOT

Palestra proferida pelo Dr. David Adams a profissionais de Saúde na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, de São Paulo, em 9 de outubro de 2002. Transcrição e tradução de Tônia Van Acker.

<http://www.culture-of-peace.info> e <http://cpnn-usa.org>



Espanha, 1986.
Posteriormente
adotado pela
UNESCO na 25ª
Sessão da Conferência
Geral em 1989.

O MANIFESTO DE SEVILHA SOBRE A VIOLÊNCIA

Acreditando ser nossa responsabilidade como pesquisadores de diversas disciplinas tratar da questão da violência e da guerra, reconhecendo que a ciência é um produto cultural humano que não pode ser definitivo nem exaustivo, e gratos pelo apoio das autoridades de Sevilha e dos representantes da UNESCO espanhola, nós, abaixo assinados, professores do mundo todo e autoridades nos ramos científicos pertinentes, nos reunimos e chegamos a este Manifesto sobre a Violência. Nele questionamos certos assim chamados achados da biologia que têm sido usados, até mesmo por algumas de nossas especialidades, para justificar a violência e a guerra. Pelo fato destes ditos "achados" terem provocado uma atmosfera de pessimismo em nosso tempo, propomos que a rejeição aberta e ponderada dessas descobertas equivocadas poderá contribuir significativamente para o Ano Internacional da Paz.

O mau uso de teorias e informações científicas para justificar a violência não é algo novo, e vem ocorrendo desde o advento da moderna ciência. Por exemplo, a teoria da evolução foi usada não só para justificar a guerra, mas também o genocídio, o colonialismo e a supressão dos mais fracos.

Nosso ponto de vista é exposto aqui na forma de cinco proposições. Temos consciência de que há outros aspectos sobre a violência e a guerra que também poderiam ser abordados produtivamente do ponto de vista de nossas disciplinas, porém

restringimo-nos àquilo que consideramos um primeiro passo de importância fundamental.

É cientificamente incorreto dizer que herdamos uma tendência a fazer guerra de nossos ancestrais animais. Embora lutas ocorram em todo o reino animal, apenas alguns poucos casos de luta destrutiva intra-espécies entre grupos organizados já foram descritos em espécies que vivem no seu ambiente natural, e nenhum destes casos envolve o uso de ferramentas construídas para serem armas. O comportamento predatório de alimentar-se de outras espécies não pode ser equiparado com violência intra-espécies. A guerra é um fenômeno especificamente humano e não ocorre em outros animais.

O fato de que a guerra mudou tão radicalmente ao longo do tempo indica que é um produto cultural. O elo da guerra com a biologia se estabelece fundamentalmente por meio da linguagem, que possibilita a coordenação de grupos, a transmissão da tecnologia e o uso de ferramentas. A guerra é biologicamente possível, mas não inevitável, como demonstrado pela variação de sua natureza e frequência dentro do tempo e do espaço. Há culturas que não se envolveram na guerra durante séculos, e há culturas que estiveram em guerra frequentemente em alguns períodos e não em outros.

É cientificamente incorreto dizer que a guerra, ou qualquer outro comportamento violento, é geneticamente programado na natureza humana. Embora os genes estejam envolvidos em todos os níveis do funcionamento cerebral, eles oferecem um potencial de desenvolvimento que só pode ser concretizado em conjunto com o meio ecológico e social. Embora a predisposição individual para ser afetado pela experiência seja variável, é a interação entre o potencial genético e as condições do crescimento que determinam a personalidade. Exceção feita a raras patologias, os genes não produzem indivíduos necessariamente predispostos à violência. Tampouco determinam o oposto. Embora os genes estejam co-envolvidos no estabelecimento de nossas capacidades comportamentais, eles não determinam o resultado por si sós.

É cientificamente incorreto dizer que no curso da evolução humana houve uma seleção de comportamentos agressivos mais do que de outros tipos de comportamento. Em todas as espécies que foram bem estudadas, o status dentro do grupo é atingido

pela habilidade de cooperar e preencher certas funções sociais relevantes à estrutura daquele grupo. A "dominância" envolve laços e afiliações sociais, não sendo meramente uma questão de possuir e usar maior força física, embora envolva comportamentos agressivos. Em casos em que a seleção genética de comportamentos agressivos foi instituída artificialmente em animais, conseguiu-se produzir rapidamente espécimes hiper-agressivos, o que demonstra que em condições naturais a agressividade não foi prioritariamente selecionada, visto que não produziu o mesmo efeito. Quando estes animais hiper-agressivos produzidos em laboratório são introduzidos no grupo social, eles desagregam a estrutura social, ou então são expulsos. A violência não está em nosso legado evolutivo, nem em nossos genes.

É cientificamente incorreto dizer que os humanos têm um "cérebro violento". Embora tenhamos o aparato nervoso para agir violentamente, esta reação não é automaticamente ativada por estímulos internos ou externos. Como os primatas superiores, e diferente de outros animais, nossos processos neurais superiores filtram tais estímulos antes que possamos agir em resposta. A forma como agimos é determinada pelo modo como fomos condicionados e socializados. Não há nada em nossa neurofisiologia que nos obrigue a reagir violentamente.

É cientificamente incorreto dizer que a guerra é causada por "instintos" ou por qualquer motivação isolada. O surgimento da guerra moderna foi uma história que nos levou da supremacia de fatores emocionais e motivacionais, por vezes chamados "instintos", até a supremacia de fatores cognitivos. A guerra moderna envolve o uso institucional de características pessoais como a obediência, a sugestionabilidade, o idealismo, habilidades sociais como a linguagem, o uso de raciocínios como o cálculo de custos, planejamento e processamento de informações. A tecnologia da guerra moderna vem exacerbando tendências relacionadas à violência, tanto no treinamento de combatentes em si como também na preparação de apoio à guerra por parte da população em geral. Como resultado dessa exacerbação, tais tendências muitas vezes são tidas erroneamente como causas ao invés de conseqüências do processo.

Concluimos que a biologia não condena a humanidade à guerra, e que a humanidade pode ser libertada da opressão do pessimismo biológico e empoderada com confiança para realizar as

transformações necessárias nesse Ano Internacional da Paz e nos anos que se seguirão. Embora essas tarefas sejam principalmente institucionais e coletivas, dependem também da consciência individual dos participantes, para quem pessimismo ou otimismo são fatores cruciais. Assim como "as guerras começam na mente dos homens", a paz também começa na nossa mente. A mesma espécie que inventou a guerra é capaz de inventar a paz. A responsabilidade é de cada um de nós.

Sevilha, 16 de maio de 1986.

SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO

- David Adams, Psicologia, Wesleyan University, Middletown, CT., Estados Unidos.
- S.A. Barnett, Etologia, The Australian National University, Canberra, Austrália.
- N.P. Bechtereva, Neurofisiologia, Institute for Experimental Medicine of Academy of Medical Sciences of the U.S.S.R., Leningrado, Rússia.
- Bonnie Frank Carter, Psicologia, Albert Einstein Medical Center, Philadelphia (PA), Estados Unidos.
- José M. Rodriguez Delgado, Neurofisiologia, Centro de Estudios Neurobiológicos, Madrid, Espanha.
- José Luis Diaz, Etologia, Instituto Mexicano de Psiquiatria, Mexico D.F., Mexico.
- Andrzej Elias, Psicologia das Diferenças Individuais, Polish Academy of Sciences, Varsóvia, Polónia.
- Santiago Genovés, Antropologia Biológica, Instituto de Estudios Antropológicos, Mexico D.F., Mexico.
- Benson E. Ginsburg, Genética do Comportamento, University of Connecticut, Storrs, CT., Estados Unidos.
- Jo Groebel, Psicologia Social, Erziehungswissenschaftliche Hochschule, Landau, Alemanha.
- Samir-Kumar Ghosh, Sociologia, Indian Institute of Human Sciences, Calcutá, Índia.
- Robert Hinde, Compartimento Animal, Cambridge University, Cambridge, Reino Unido.
- Richard E. Leakey, Antropologia Física, National Museums of Kenya, Nairobi, Quênia.
- Taha H. Malasi, Psychiatry, Kuwait University, Kuwait.
- J. Martin Ramirez, Psychobiology, Universidad de Sevilla, Spain.
- Federico Mayor Zaragoza, Biochemistry, Universidad Autonoma, Madrid, Spain.
- Diana L. Mendoza, Ethology, Universidad de Sevilla, Spain.
- Ashis Nandy, Political Psychology, Centre for the Study of Developing Societies, Delhi, Índia.
- John Paul Scott, Animal Behavior, Bowling Green State University, Bowling Green, OH., U.S.A.
- Riitta Wahlstrom, Psychology, University of Jyväskylä, Finland.

Lançamento Editora Palas Athena!



O VALOR DAS EMOÇÕES

de

Michael Stocker e
Elizabeth Hegeman

416 págs. 16 x 23 cm - R\$ 39,00

ISBN 857242040-1

EM QUE MEDIDA SÃO IMPORTANTES AS EMOÇÕES PARA O SER HUMANO?

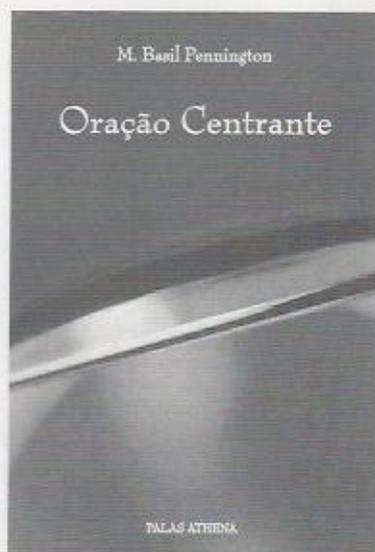
É a pergunta que Michael Stocker (professor de Ética e Filosofia Política da Syracuse University) e Elizabeth Hegeman (professora de Antropologia no John Jay College of Criminal Justice, City University of New York), autores de *O Valor das Emoções*, recém-lançado no Brasil pela Editora Palas Athena, procuram responder exaustivamente em sua obra.

O Valor das Emoções é o resultado da união produtiva entre a filosofia, a psicanálise e a antropologia e explora a complexidade e a importância das emoções. Trata-se, portanto, de uma obra transdisciplinar.

O livro coloca as emoções no âmago da vida, da identidade e dos valores humanos. Mostra como a idealização da racionalidade, em nossa cultura, permeia a tradição filosófica e leva aqueles que lutam com problemas éticos e filosóficos sérios à distorção e à incompreensão. Revela também o quão importantes são os contextos social e emocional dos dilemas éticos e conflitos interiores e questiona as teorias filosóficas que buscam a supergeneralização e a supersimplificação, deixando de lado as particularidades de cada situação.

Ao oferecer uma exposição realística das emoções, e uma análise em profundidade da forma como os fatores psicológicos afetam os julgamentos de todas as espécies, este livro interessa a uma ampla gama de leitores que estudam psicologia e filosofia.

Lançamento Editora Palas Athena!



ORAÇÃO CENTRANTE

de

M. Basil Pennington

296 págs. 14 x 21 cm - R\$ 30,00

ISBN 857242041-X

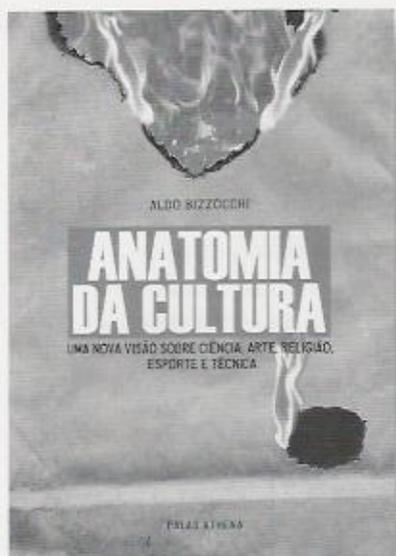
PODEMOS REZAR MELHOR?

Ao longo da história cristã, o espírito humano sempre ansiou comunicar-se com seu Criador. A prática da oração e da meditação na moderna cristandade nos leva a raízes importantes de uma antiga prática de oração da Igreja, sobretudo nas tradições orientais, bem como à sabedoria dos antigos Padres da Igreja.

O monge cisterciense Basil Pennington, autor, entre outros, dos livros *Ó Montanha Sagrada* e *Deus ao alcance das mãos – Experiências religiosas práticas*, desenvolveu uma nova maneira de abordar essas antigas formas de oração cristã. Sua *oração centrante* combina o melhor dos exercícios espirituais da antiga cristandade oriental (como a oração de Jesus) com uma espiritualidade adequada ao mundo atual. Oferece sugestões simples para vencer os problemas que nos desencorajam a rezar bem e o leitor aprenderá como relaxar para a oração, como ouvir e ser dirigido pelo outro, como lidar com a dor e com as distrações que sufocam nossas tentativas de alcançar a mais alta comunicação possível com Deus.

Um livro eminentemente prático, *Oração Centrante* é uma verdadeira fonte de inspiração, que mostra – num amálgama do Ocidente com o Oriente – nossa busca de contato com o divino. Como um comentarista resumiu, “este livro levará jovens e adultos pelos caminhos da oração, tão longe quanto um livro possa levá-los”.

Lançamento Editora Palas Athena!



ANATOMIA DA CULTURA

uma nova visão sobre ciência, arte,
religião, esporte e técnica

de

Aldo Bizzocchi

368 págs. 16 x 23 cm - R\$ 32,00

ISBN 857242042-8

O que é cultura? O que a ciência, a arte, a religião e o esporte têm em comum que ao mesmo tempo não partilham com as demais práticas sociais humanas? Qual é o papel do prazer na constituição da cultura? Qual é a relação entre cultura e comunicação?

É a essas e outras questões que *Anatomia da cultura* procura responder. Numa linguagem acessível ao público leigo, este livro mostra fundamentalmente que todas as práticas humanas são motivadas ou pela necessidade ou pela vontade. O resultado é um importante e abrangente mapa da cultura, em que os territórios das diferentes práticas sociais são delimitados com precisão e rigor científico.

A partir de uma concepção da existência fundada na fuga da dor e na busca do prazer, Aldo Bizzocchi chega aos conceitos de função pragmática e função hedônica, que constituem o princípio fundador de toda a cultura. Como nas ciências da natureza, este livro mostra que também o universo cultural pode ser descrito e explicado por uma teoria geral, unificadora e, além disso, perfeitamente compreensível.

ALDO BIZZOCCHI é Doutor em Semiótica e Lingüística Geral pela Universidade de São Paulo, professor do Programa de Mestrado em Comunicação da Fundação Cásper Líbero e do Curso de Pós-Graduação em Lingüística do Unifício.

Outras obras da Editora Palas Athena!

- Aceitação de si mesmo e As idades da vida, A *Romano Guardini*
Anais de um simpósio imaginário *Beto Hoisel*
Anatomia da cultura *Aldo Bizzocchi*
Animais e a psique, Os *Denise Ramos, et al.*
Árvore do conhecimento - as bases biológicas da compreensão humana, A *Humberto Maturana e Francisco J. Varela*
Ariano Suassuna - O cabreiro tresmalhado *Mª Aparecida L. Nogueira*
Autobiografia - Minha vida e minhas experiências com a verdade *Mobandas K. Gandhi*
Butoh, dança veredas d'alma *Maura Baiocchi*
Carta a um amigo *Nagarjuna*
Conquista psicológica do mal, A *Heinrich Zimmer*
Coração da filosofia, O *Jacob Needleman*
Cultivando a mente de amor *Thich Nhat Hanh*
Deuses do México indígena *Eduardo Natalino dos Santos*
Ética, solidariedade e complexidade *Edgar Morin, et al.*
Falsafa: a filosofia entre os árabes *Miguel Attie Filho*
Filosofias da Índia (edição revisada) *Heinrich Zimmer*
Forjadores espirituais da história *Ignacio da Silva Telles*
Gandhi: Poder, parceria e resistência *Ravindra Varma*
Grinalda preciosa, A *Nagarjuna*
Livro tibetano do viver e do morrer, O *Sogyal Rinpoche*
Máscaras de Deus, As *Joseph Campbell*
mitologia primitiva - vol. 1
mitologia oriental - vol. 2
Mente zen, mente de principiante *Shunryu Suzuki*
Minha terra e meu povo *Tenzin Gyatso, XIV Dalai Lama*
Mitos e símbolos na arte e civilização da Índia *Heinrich Zimmer*
Muito Prazer, São Paulo! - Guia de museus e instituições culturais de São Paulo *Simona Misan e Thereza C. Vasques*
Oração centrante *Basil Pennington*
Paixões do ego - complexidade, política e solidariedade, As *Humberto Mariotti*
Para uma pessoa bonita *Shundo Aoyama Rôshi*
Poder do mito, O *Joseph Campbell e Bill Moyers*
Roca e o calmo pensar, A *Mabatma Gandhi*
San Juan de la Cruz, o poeta de Deus *Patrício Sciadini, OCD*
Soluções de palhaços *Morgana Maselli*
Transdisciplinaridade *Ubiratan D'Ambrosio*
Valor das emoções, O *M. Stocker e E. Hegeman*
Vestígios - escritos de filosofia e crítica social *Olgária Matos*
Yoga - imortalidade e liberdade *Mircea Eliade*
THOT *Publicação de ensaios*
- CO-EDIÇÃO - PALAS ATHENA/EDUSP:
Diálogos dos mortos, Luciano *Henrique Murachco*

Para aquisição de nossas obras e assinatura da publicação THOT, entrar em contato com

EDITORA PALAS ATHENA

Rua Serra de Paracaina, 240 - Cambuci - 01522-020 - São Paulo - SP

Fone: (11) 3209.6288 Fax: (11) 3227.8137

www.palasathena.org

Querubim

O pequeno abandonado
Voa, descalço.
Em seu encaço
Três gigantes bem calçados,
Bem armados.

Seu crime tem nome:
Carência, fome.
E no furto de um pão,
Dá-se a grande confusão:
– “Pega ladrão”.

Mas ele tem a vantagem
Das pernas ágeis. Dos
Pés calejados, que não reagem
À rudeza, dureza do
Asfalto. E das asas invisíveis
Que um querubim
Lhe emprestou.

É lépido, intrépido,
Pois nada tem a perder.
Dribla o trânsito intenso
Pensa que o mundo é imenso
Para o esconder.

E os gigantes frustrados,
Suados e estafados
Desistem da luta, enfim,
Mal podendo imaginar
Que os cansou um querubim.

Suzete Carvalho

